

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Leandro Figueiredo

A dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Leandro Figueiredo

A dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel

Dissertação apresentada À
Banca Examinadora como exigência
parcial para a obtenção do título de
MESTRE em História pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
sob a orientação da Profa. Dra. Maria
Aparecida de Paula Rago.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à colaboração e ao carinho que os meus familiares me proporcionaram nos momentos de concentração acadêmica, o meu pai Benê, a minha mãe Júnia, o meu irmão Marcelo, o meu irmão Rafael, a minha irmã Caroline, o meu avô João e a minha avó Anna.

Gostaria de agradecer profundamente a orientação e sobre tudo a atenção da Profa. Dra. Maria Aparecida de Paula Rago que foi mais que uma orientadora ensinando os métodos de pesquisa históricos que foram assimilados ao longo do curso de mestrado, mas além disso possibilitou que eu continuasse a minha pesquisa acadêmica sobre o Ignácio Rangel, demonstrou de uma maneira que sempre podemos buscar melhorar a dissertação.

Ao longo dos últimos três anos dediquei a fazer a pesquisa acadêmica sobre o objeto de pesquisa definido no começo do curso, entretanto não foi somente a pesquisa que agregou conhecimento a minha existência, também aprendi que sempre devemos acreditar nos sonhos e nunca deixar de acreditar neles por mais que eles estejam distantes, com um passo de cada vez e no final chegaremos à meta, quando esse dia chegar será como uma festa por termos percorrido essa jornada. É exatamente assim que me sinto nessa fase.

Gostaria de agradecer finalmente a todos os amigos e colegas que desde o primeiro ano da graduação me ajudaram na elaboração do trabalho com comentários construtivos e estabeleceram comigo debates acadêmicos amplamente aproveitados no aperfeiçoamento do meu conhecimento científico e econômico.

A PUC-SP a qual desde o início da minha vida acadêmica propiciou debates na sala de aula que me levaram a buscar explicações e simultaneamente estudar as desigualdades que o nosso país está, além das lições de vida que sempre levarei comigo pelo resto da existência.

Agradeço aos professores que diretamente ou indiretamente possibilitaram que hoje tivéssemos uma dissertação completa para apresentar a banca e assim obter o título de mestre, sou grato pela sua confiança no trabalho realizado.

Agradeço à Capes pelo apoio concedido pela bolsa de estudo.

RESUMO

A dissertação debate a maneira original e criativa de Ignácio Rangel em utilizar os referencias teóricos de Marx, Schumpeter e Kondratiev aplicado à realidade socioeconômica brasileira. Introduziu no debate acadêmico brasileiro o conceito da dualidade básica da economia brasileira através de ciclos econômicos, comprovando que a industrialização brasileira agravou o problema existente entre o setor arcaico e rural com o setor moderno e urbano que se consolidou no século XX.

Sumário:

Introdução - 1

Capítulo I – A dualidade básica da economia brasileira – 6

1.1 – História de Vida – 6

1.2 – Importância da Obra – 13

1.3 - A dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel – 16

Capítulo II – A 1ª e 2ª dualidade básica da economia brasileira – 27

2.1 – 1ª Dualidade – 27

2.2 – 2ª Dualidade – 31

2.2.1 – Economia Cafeeira – 34

2.3 – Questão Agrária – 39

2.4 - Primeiro Governo Vargas – 44

2.5 – O Governo Dutra e a Cepal – 50

2.6 – Segundo Governo Vargas – 59

2.7 – Economia Internacional e o ISEB – 66

Capítulo III – A 3ª dualidade básica da economia brasileira – 70

3.1 – A 3ª Dualidade – 70

3.2 - Industrialização Brasileira – 73

3.3 – Economia Periférica – 80

3.4 – O Papel do Estado – 92

3.5 - Setor Arcaico x Setor Moderno - 96

Conclusão - 106

Bibliografia - 110

Introdução

O motivo que proporciona a pesquisa acadêmica é entender os problemas econômicos brasileiros por uma abordagem de ciclos econômicos, o objetivo da dissertação é buscar, através do método histórico, as contribuições que a pesquisa de Rangel teve em sua época, bem como a importância da realidade em que estava inserido para estimular o seu trabalho. A dualidade básica da economia de Ignácio Rangel – que foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores estudiosos para o debate sobre a realidade sócio-histórico nacional na década de 1950.

A pesquisa tem como eixo principal buscar a raiz da formação intelectual de Rangel como moldura a construção da dualidade básica da economia brasileira: quais foram os principais autores que influenciaram Rangel na construção do conceito? E quanto à influência da época nos primeiros estudos?

A busca de conhecimento fez com que me levasse para o campo científico da história, devido desejar aliar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação em ciência econômica com o método histórico para entender a realidade brasileira atual através dos ciclos econômicos como foi observado por Ignácio Rangel.

As pesquisas de Rangel trouxeram ao estudo da realidade nacional a importância de se analisar a formação social brasileira, e tinha por base as combinações dos modos de produção, sendo que eles se alteram em ondas cíclicas e que cada uma destas ondas desemboca em crise política, econômica e social – o que não significa, entretanto, que a história se repita monotonamente.

Fica aberta a hipótese de que essa não seja uma característica somente nacional, sendo a dualidade entre o setor moderno e o setor arcaico um aspecto estrutural do capitalismo realmente existente e de outros modos de produção.

Rangel formulou o conceito da dualidade básica da economia brasileira sua principal contribuição ao entendimento da realidade nacional. A dualidade a que ele se refere não é simplesmente a oposição entre um setor capitalista e outro pré-capitalista, não se restringe somente em analisar que o desenvolvimento capitalista brasileiro passa por etapas correspondentes ao desenvolvimento capitalista mundial, mas como o setor moderno e o arcaico se relacionam e mudam em cada etapa.

Com base na divisão histórica que Rangel faz para explicar o processo de transformações da realidade nacional, observando as distinções na dualidade básica – como o pólo interno e o pólo externo –, é possível analisar quais são os principais pontos que Rangel trabalha para fundamentar a dualidade básica.

A dualidade básica da economia brasileira é uma realidade inicialmente conhecida, a antítese é uma oposição à tese; do conflito entre a tese e a antítese surge a síntese, ou seja, uma situação nova que possui características resultantes desse embate. A síntese torna-se uma nova tese, que contrasta com uma nova antítese, provocando uma nova síntese, em um processo vicioso.

A sociedade brasileira pertencia a um tipo de estrutura denominada setor arcaico, com o desenvolvimento industrial, surge outro tipo de sociedade, chamada de setor moderno. Entre os dois tipos de sociedade dos países subdesenvolvidos, formula-se um termo que designa toda essa complexa estrutura: o dualismo.

Rangel busca reunir sua formação marxista a partir de uma observação dialética das relações sociais e econômicas, encontrando proximidade na interpretação sobre o atraso do desenvolvimento capitalista nas ondas longas de Kondratiev e estruturando a dualidade básica da economia brasileira.

No Brasil, o principal analista a empregar as ondas longas de Kondratiev em suas interpretações da dinâmica da economia nacional é Ignácio Rangel, que as utiliza para explicar o processo de superação das etapas da dualidade e

para interpretar a natureza das crises do capitalismo brasileiro, com a implantação de um departamento produtor de bens de produção.

Trata-se da introdução de um novo modo de acumulação de capital, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá de uma realização parcial interna crescente. Com essa mudança, passa a ter importância a chamada regulamentação dos fatores, ou seja, da oferta e da demanda dos fatores no conjunto da economia, a regulamentação das leis de relação entre trabalho e capital.

O complexo exportador cafeeiro, ao acumular capital, produziu recursos que se transformaram em capital industrial, criando as condições necessárias a essa mudança, oferta no mercado de trabalho e capacidade para importar alimentos e meios de produção – tudo, graças ao auge do modelo capitalista agro-exportador.

Cada novo modo de produção cresce até determinado ponto, a partir do qual surgem em seu aparelho contradições que acarretam em sua decadência e, simultaneamente, vão se desenvolvendo outros fundamentos de um novo sistema – oposto –, até que o antigo seja substituído.

O capitalismo é definido como um sistema que atua simultaneamente no político, social, econômico, cultural e ideológico, decorrente de fatos que marcam a sua historicidade ao longo do processo de transformação do modo de produção, que vai se sobrepondo em lugar do que ficou velho e retrógrado no lugar do que é novo e atualizado.

O clima das relações econômicas internacionais do Brasil nos anos 1930 teve declínio brutal do comércio exterior, suspensão dos fluxos de capitais estrangeiros para o país e sérios problemas na gestão da dívida externa.

Rangel pesquisou a explicação para a expansão industrial a partir de 1933, percebendo que a capacidade ociosa deve ter permitido um primeiro surto de crescimento, uma vez que as importações de equipamentos foram elevadas até 1929. Esgotada a capacidade ociosa, ocorreu a importação de equipamentos e, também, a produção interna de bens de capital.

As economias periféricas têm parte de sua estrutura voltada para a exportação de mercadorias agrícolas, sendo determinante da renda da economia. No sentido de impulsionar a renda, nas economias centrais, não são as exportações que determinam o nível de atividade, pois possui um mercado consumidor interno bem desenvolvido.

O modo de produção capitalista brasileiro sempre teve o setor agro-exportador como locomotiva do país e, sendo o dinamismo oriundo da acumulação de capital, essas economias foram sempre dependentes da absorção externa.

O Brasil iniciou o processo de industrialização em decorrência da crise de 1930, mesmo a presença de uma indústria incipiente, antes da crise, foi importante porque colocou o Brasil em vantagem na sua industrialização. O processo de industrialização por substituição de importações foi acentuado no pós-guerra.

Não se pode, entretanto, dar ênfase a um único setor. É preciso criar vínculos entre os departamentos do modo de produção, para que um possa dar auxílio aos outros, assim como os bens de consumo duráveis, os não-duráveis e os bens de capital devem crescer juntos para que possam se abastecer. Se um crescer mais do que o outro, haverá necessidade de importações, o que levaria novamente ao ponto de estrangulamento. Essa harmonia entre os departamentos só é possível com o planejamento econômico.

A estratégia econômica foi o desenvolvimento industrial e o primeiro setor que se verificou como mais viável era, justamente, o mais próximo da nossa realidade: o de produção de bens imediatos ou de consumo imediato. Bens não-duráveis eram os que mais nos importavam e, com isso, esse setor iria substituir as importações, já que vínhamos encontrando dificuldade para substituir produtos importados por nacionais.

O contexto social era problemático devido ao fato de que, à época, emergiu o trabalhador urbano, no sentido de reivindicar os seus direitos – um fato significativo de envasamento do contexto social.

A estrutura da dissertação se define da seguinte forma, quando no primeiro capítulo iremos abordar a história de vida do Rangel para encontrar como foi construída a sua percepção da realidade brasileira e também a contribuição teórica da dualidade básica da economia brasileira no seu conceito abstrato demonstrando os ciclos econômicos existentes na formação histórico-econômico brasileiro.

No segundo capítulo iremos abordar a primeira dualidade que transcorre na época da abertura dos portos e da independência do Brasil bem como apresentar a transição para a segunda dualidade e discutir as problemáticas existentes de qual forma apresenta a economia cafeeira e os seus reflexos na questão agrária discutida por Rangel

No capítulo final tratamos sobre a terceira dualidade no Brasil debatendo as questões sobre a industrialização por substituição de importações, o papel do Estado e concluímos o trabalho observando o agravamento entre o setor moderno e urbano que vinha se consolidando através da industrialização por substituição de importação com o setor arcaico e rural que era responsável pela produção de bens agrícolas.

Capítulo I – Biografia de Ignácio Rangel

O capítulo inicial busca analisar a história de vida do autor pesquisado, de forma a mostrar as influências recebidas durante a sua formação intelectual. Simultaneamente demonstrar a relevância da obra dentro da história do pensamento econômico brasileiro bem como foi construída a sua metodologia.

1.1 – História de Vida.

Ignácio Mourão Rangel nasceu no dia vinte de fevereiro de 1914 na cidade de Mirador, no interior do estado do Maranhão. Casou-se com Aliette Martins Rangel e tiveram três filhos.

Rangel nasceu em uma família numerosa, possuía mais quatro irmãos, e era filho de José Lucas Mourão Rangel, Juiz de Direito. A tradição da família sempre foi de esquerda, em oposição ao governo federal devido às injustiças sociais e políticas que existiam nas localidades do sertão do Maranhão.

Seu bisavô, cujo irmão foi fuzilado, esteve preso por cinco anos, ambos pela participação na revolução de 1817. Assim como seu bisavô e seu avô, que também eram juizes, ou seja existia uma tradição de juristas na família, recebeu enorme influência da magistratura, com marcante formação intelectual para as disciplinas jurídicas.

Imbuiu-o desse espírito de independência e, por isso mesmo, legou-lhe igualmente o espírito de luta, outra herança fundamental de seu pai: a formação do raciocínio dialético decorrente da própria teoria e prática da magistratura, que exige o conhecimento do chamado dialético. Ou seja, as razões expostas pelos dois lados em questão, que eram seguidas pela síntese produzida pela decisão judicial.

Os relatos de seu pai e a simpatia pelas conquistas da Coluna Prestes explicam a precoce militância de Rangel na política. Seu percurso de formação intelectual é bastante interessante, pois foi um militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e, em 1930, começa a ler e estudar o Capital de Marx.

Devido à oposição ao governo, seu pai era forçado a se deslocar para pequenas comarcas extremamente precárias, onde não existiam escolas públicas. Era obrigando a atuar como preceptor da educação dos filhos, como professor de primeiras letras, preparando-o para a magistratura. O desejo do seu pai sempre foi que Rangel seguisse seus passos na magistratura e foi influenciado por sua formação intelectual, principalmente na doutrina de Augusto Comte.

No ano de 1935, durante o confronto para a implantação do governo revolucionário, coloca-se em oposição ao governo federal, no comando de 200 camponeses com armas no sertão maranhense, armados e prontos para lutar pela reforma agrária. Foi preso na capital maranhense, mas enviado ao Rio de Janeiro, para a penitenciária Frei Caneca.

No período em que foi mantido na prisão, organizou com os colegas presos uma biblioteca e a aplicação de cursos, comprovando seu aprendizado como autodidata. Chegou a estudar alemão, francês, inglês e, dentro dos ramos do conhecimento científico, economia, sociologia, história e matemática, manifestando o interesse no aprendizado, mesmo que de maneira solitária. Foi libertado em 1937 retornou à cidade de São Luís, mas foi proibido de deixar a cidade durante oito anos. (Bresser Pereira, 1998).

Rangel possuía algumas características intelectuais que lhe floresceram muito precocemente e que se mantiveram constantes por toda a vida. Aos doze anos de idade, foi enviado à capital do Maranhão, São Luís, para fazer o ginásio – época em que estudava, no original, Victor Hugo, Alexandre Dumas e Jules Michelet, conforme explica Mercadante:

Rangel era conhecido no meio intelectual: rápida percepção das coisas, humanismo límpido, facilidade de exposição das idéias. Sua nova biblioteca formava-se. Vemos ordenadas, livros encadernados, anotados a lápis, dispostos por assuntos. Dezenas e dezenas de volumes sobre história clássica, gregos, romanos, cujo idioma, o latim dominava perfeitamente. Plutarco, Tácito, Salústio, história medieval, moderna e contemporânea, obras básicas sobre filosofia, ficção, Balzac, Zola, Eça de Queiroz, Machado de Assis, economia, sua coleção vai dos clássicos aos modernos, inclusive

os marxistas. Por fim, os poetas franceses, de preferência, de Racine aos simbolistas e parnasianos. (Mercadante, 1998, p. 89).

Rangel trabalhou na primeira metade dos anos de 1940 na indústria Martins Irmãos & Cia. inicialmente na parte administrativa e, depois, dentro da fábrica onde descobriu e corrigiu nós de estrangulamento nas diversas seções, adquirindo uma experiência importante na compreensão da divisão e da organização do trabalho. (Bresser Pereira, 1998).

Em abril de 1945, é chamado para elaborar dois trabalhos para a Conferência das Classes Produtoras (Conclap), que seria realizada no estado do Rio de Janeiro. Para confirmar sua viagem, no entanto – que naquela época deveria ser feita de navio de passageiros e levaria em torno de dez dias –, foi feita uma nova carteira de identidade e, dessa maneira, liberada sua saída do estado do Maranhão. Na ocasião, é convidado a chefiar a assessoria da Associação Comercial do Maranhão.

A formação intelectual que obteve pela tradição da sua família, as experiências da realidade do sertão nordestino unido à vivência que teve ao longo da sua carreira profissional nas empresas do Rio de Janeiro são importantes para construir o entendimento do contraste da realidade brasileira

Após o evento, Ignácio Rangel decide ficar no Rio de Janeiro, que na época era a capital federal. A princípio, trabalha como tradutor de novelas policiais e, em seguida, para a agência de notícias Reuters.

Em 1947, começa a escrever artigos econômicos para publicação, pois sempre teve facilidade na elaboração de textos. Após uma conversa com um amigo em sua casa, cinco artigos são selecionados e enviados para a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o que possibilitou a Rangel contatos profissionais com Rômulo de Almeida, que chefiava a assessoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e também com Ewaldo Corrêa Lima, sendo que em 1950, passa a trabalhar com ambos.

A essa experiência profissional somou-se a intelectual, no papel de um dos construtores do processo de industrialização por substituição de importações, visando à construção da indústria nacional. Na década de 1950,

tornou-se um pensador desenvolvimentista preocupado com o grande projeto nacional de industrializar o Brasil.

O jornal *Última Hora*¹ era o periódico carioca que apoiava as políticas nacionalistas do presidente Getúlio Vargas, criado para exercer o combate à imprensa de direita. Rangel escreveu nesse jornal e foi pago de forma generosa, o que o assustou. Decidiu, então, reduzir outras fontes de renda, para que a ganância por mais dinheiro não perturbasse seu processo de ampliação do cabedal intelectual (Bresser Pereira, 1998).

Em determinada oportunidade no ano de 1952, devido à produção dos trabalhos para a CNI, Rômulo de Almeida convidou-o para trabalhar no governo Vargas, mas Ignácio recusou o chamado com esta coerente explicação: "Não é razoável, eu faço oposição ao presidente há mais de vinte anos". Getúlio Vargas, porém, chamando-o para uma conversa pessoal, retrucou: "Dr. Rangel, eu conheço o seu currículo, não o chamei por engano, mas porque quero ter comigo pessoas que tenham coragem de dizer que estou errado, e o senhor é um desses homens" (Bresser Pereira, 1998).

Rangel foi convidado a fazer um curso na CEPAL², porém foi com uma formação marxista o que se defrontava com as contradições próprias da formação social do Brasil e precisava de uma base histórica consistente para situar a modernização. O curso na CEPAL promoveu especialmente a análise dos ciclos de longa duração.

Retornou ao Brasil em 1955, após o curso na CEPAL, e começou a trabalhar no BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

¹ O jornal Última Hora foi um marco na história do jornalismo brasileiro. Fundado pelo jornalista Samuel Wainer, refletiu em suas páginas a conturbada situação política do Brasil e do mundo nas décadas de 1950 a 1970.

² A Cepal foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com sede em Santiago. É uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU), visando coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social da região latino-americana e reforçando as relações econômicas e sociais dos países do cone sul, tanto entre si quanto destes com as demais regiões do mundo. A produção teórica e os planos de desenvolvimento são os produtos das concepções analíticas da Cepal, como o conceito de Centro e Periferia. O pensamento cepalino possui preocupação com a independência política, econômica, cultural e a constituição de uma identidade nacional. O resultado do esforço teórico histórico é o método estrutural-histórico de análise do subdesenvolvimento periférico Brasileiro.

Posteriormente, chega a chefe do Departamento Econômico, e teve um papel importante e decisivo no desenvolvimento nacional na criação das grandes empresas estatais. Destaca-se, ainda, como um dos responsáveis pela criação da Petrobrás (1952) e da Eletrobrás (1962). (Bresser Pereira, 1998).

Por todas as qualidades acadêmicas comprovadas nos cargos que ocupa, Rangel é convidado por João Goulart para assumir um posto de relevância em sua equipe de governo, mas não assumiu qualquer compromisso com Goulart. O próprio Rangel relata o episódio: “O Presidente Goulart fez-me chamar à sua presença no Palácio das Laranjeiras. (...) deixava-me a vontade para escolher entre o Ministério Extraordinário do Planejamento e a Superintendência da Moeda e do Crédito. Eu agradeci efusivamente a lembrança de meu nome.” (Bresser Pereira, 1998).

Com o advento do golpe de 1964, Rangel recolhe-se ao BNDE, muito embora suas idéias sigam despertando reações favoráveis em meio aos intermináveis debates travados no âmbito do pensamento da esquerda brasileira, que àquela altura dava claros sinais de esgotamento teórico.

Ignácio Rangel conjuntamente com Caio Prado Jr e Celso Furtado é patrono da Revista de Economia Política (REP) a qual é uma revista acadêmica trimestral bilíngüe que debate os temas econômicos, é editada pelo Centro de Economia Política desde janeiro de 1981, seu editor é Luiz Carlos Bresser Pereira.

Em 1976, Rangel, aposenta-se no BNDE, mas continua a dar consultoria ao banco até o final dos anos de 1980. Ainda no segundo lustro dos anos de 1970, intensifica-se o processo de reavaliação das importantes contribuições de Rangel para o pensamento econômico brasileiro, processo esse que se acelera na década de 1980, a partir de dissertações e teses. Com a saúde bastante abalada, Ignácio Rangel retira-se da vida pública, vindo a falecer em 1994 na cidade do Rio de Janeiro.

Rangel inicia a sua carreira acadêmica quando pesquisou e logo após publicou *O desenvolvimento econômico no Brasil* (1954) originalmente escrito

em espanhol para o curso de capacitação econômica da Cepal (Comissão Econômica da América Latina das Nações Unidas).

No livro *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro* (1955) Rangel informa no prefácio que reúne uma série de trabalhos feitos ao longo do ano de 1955 sob supervisão do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) onde busca responder ao desafio do cotidiano da industrialização no Brasil, retoma aspectos da tese que defendeu na CEPAL.

Na obra *Desenvolvimento e projeto?* (1956) que foi publicado na Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Rangel comprova que a economia é uma ciência histórica por excelência pelo fato de a industrialização brasileira ser estudada no sentido duplo do contexto, ou seja, a articulação dos movimentos sociais, políticos, econômicos e até ideológicos como forma de paradoxo.

A obra *Elementos de economia do projeto* (1959) tem como formulação as aulas proferidas no curso de desenvolvimento econômico de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia em 1959. Na década de 1950 consolida-se a profissão do economista sendo que Rangel permeia em promover a função do economista no aspecto do projeto das empresas e consequentemente na industrialização brasileira.

A análise da inflação ocupa lugar central nas reflexões de Rangel com a publicação do livro *A inflação brasileira* em 1964. Ele a via como parte dos movimentos de reorganização do capital, que procurava se reproduzir numa sociedade cujo mercado se formava sobre suas bases urbanas em expansão, sem entretanto, controlar sua receita de exportação. A formação de interesses no campo, constituía um fator decisivo de modernização, entretanto limitado ao horizonte do mercado interno nacional.

A revisão das idéias de Rangel mostra que houve, realmente, duas etapas do pensamento histórico sobre a inflação no Brasil. A primeira fundamentou-se nessas pressões de reprodução do capital industrial, em busca de liquidez para financiar sua expansão, usando o governo para fortalecer sua posição. A suposta escassez de poupança significava que os

lucros das empresas eram canalizados para outras aplicações, entre elas a especulação imobiliária, ou a diversificação dos interesses dos capitalistas.

A segunda baseou-se nos efeitos cumulativos de programas de obras públicas de lenta maturação, especialmente em obras de infra-estrutura e de acumulação de efeitos dos custos de sustentar indústrias que jamais alcançaram condições de competitividade, tornando-se um meio de obter recursos públicos, diretos e indiretos. Colocava-se, portanto, a questão entre a necessidade social de construir uma economia nacional socialmente adequada e a legitimidade de financiar vantagens para os beneficiados dessa industrialização com o esforço da maioria.

O livro *Recursos ociosos e política econômica* (1960) foi publicado primeiramente pela editora Hucitec em 1980 na coleção Economia e Planejamento, a introdução é uma reedição de *Recursos ociosos na economia nacional*, publicado pela primeira vez pelo ISEB, explica a crise do final da década de 1950 reside na abundância de poupança demandou um caminho teórico nada peculiar, pois, se de um lado Rangel tinha de passar pelo estágio em que suas análises dos aspectos reais do processo econômico (como a relação entre recursos ociosos e desenvolvimento econômico) demandavam uma futura percepção monetária ou, melhor dizendo, uma melhor compreensão das peculiaridades da moeda brasileira, por outro, para sobrepujar o "pensamento único" de então, somente algo baseado em um conhecimento profundo do concreto poderia resistir às provas subseqüentes.

O livro *Economia: milagre e antimilagre* (1985) foi publicado pela editora Zahar em 1985 e demonstra as conseqüências do milagre para o desenvolvimento econômico após o regime militar. Rangel também escreveu o livro *Economia Brasileira Contemporânea* em 1987 pela editora Bial quando debate os problemas da crise da década perdida de 1980.

Rangel publicou inúmeros artigos que foram publicados em diversos pontos acadêmicos como os artigos seguintes: O artigo "A dinâmica da dualidade brasileira" (1962) foi publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas

Gerais. O artigo Dualidade e “escravismo colonial” (1978) foi publicado na revista Encontro com a Civilização Brasileira número 3 de setembro de 1978. O artigo A quarta dualidade (1980) foi publicado na revista Encontros com a Civilização número 24 em julho de 1980. A história da dualidade brasileira (1981) foi publicada na revista de economia política em 1981. Dualidade e ciclo longo (1984) foi publicado na revista de economia política em 1984. O quarto ciclo de Kondratiev (1990) foi publicado na revista de economia política em 1990.

1.2 – Importância da Obra.

Na formação sócio-econômica brasileira, um dos aspectos mais salientes foi à dualidade básica da economia brasileira, na virada da metade do século XX. Com essa noção de dualidade, Rangel analisou os temas centrais da dinâmica econômica e da política brasileira, sempre preocupado em examinar a realidade do presente com a interpretação da sucessão de etapas da dualidade básica da economia brasileira.

A dualidade básica da economia brasileira foi redigida em 1953 – época em que trabalhava na assessoria econômica de Vargas –, mas somente três anos depois foi publicado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição à qual Rangel estava então vinculado. Com esta obra, Rangel obteve o seu condecoramento como economista, devido à sua formação acadêmica na área de Direito, conforme explica na entrevista concedida à revista Geosul, da Universidade Federal de Santa Catarina:

A dualidade, primeiro eu a percebi a partir da perspectiva do jurista que é a minha formação original. Tenho um primeiro texto mais ou menos corrente sobre a teoria da dualidade, uma prova de direito civil que eu fiz em fevereiro de 1947 na faculdade, na antiga Faculdade Nacional de Direito, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É provavelmente o texto mais antigo. Depois minha colaboração com Guerreiro Ramos me fez prestar atenção naquilo que me parecia uma coisa natural e que quase todo mundo tem obrigação de perceber. O Guerreiro me mostrou que não, que aquilo era uma idéia que realmente merecia ser trabalhada.

O livro da *Dualidade Básica da Economia Brasileira* foi o que credenciou Rangel a solicitar o trabalho de economista pelo fato precisar ser conhecido como economista por trabalhar e escrever artigos sobre economia.

Bom... na hora em que foi organizada a profissão de economista, eu não podia me inscrever como economista pela porta normal, que era a porta do curso, porque eu não era formado em economia. Eu também não podia me inscrever como economista alegando ter assessorado o governo em entidades para estatais por cinco anos no mínimo, porque tinha assessorado todas elas, mas por períodos menores do que cinco anos.

O fato de Rangel não poder possuir formação acadêmica em economia não desanimou para continuar as suas pesquisas nesse campo científico:

Então, a única porta aberta era a chamada porta do notório saber. Eu tinha que escrever um livro e requerer na fé desse livro o posicionamento como economista. Esse livro foi escrito em talvez quatro fins de semana, porque durante toda a semana eu não tinha tempo absolutamente de voltar para isso. Eu estava trabalhando na assessoria do Presidente Vargas, inclusive na lei que desembocaria na Eletrobrás e aos sábados e domingos eu ia para minha casa, porque durante a semana ficava na cidade e aí trabalhava. Em quatro semanas, quatro fins de semana, saiu o livro que foi lançado, e com base no qual eu fui reconhecido como economista...

Rangel também esclarece o fato de o livro da *Dualidade Básica da Economia Brasileira* ter somente uma publicação em 1957 e de não se ter feito uma revisão, acrescentando a importância que a publicação teve em sua carreira:

... com base nele também eu tive a bolsa de estudos para as Nações Unidas (Cepal), mas foi um trabalho escrito que tem que ser reescrito. Isso já me tem sido solicitado, inclusive a autorização para republicá-lo, pois a única edição que existe, é de 1957. O livro foi escrito em 1953, mas eu nunca consenti que fosse reeditado. Ele deve ser reescrito, a menos que eu morra antes, então vocês talvez o republiquem sem o meu consentimento, porque eu acho que é um livro que merece ser trabalhado. Eu não tive muito tempo naquela época para trabalhá-lo, pois os capítulos iam saindo e como iam saindo, iam ficando.

Somente em 1958, após a publicação do livro que Rangel recebeu uma posição do Conselho Regional sobre se poderia ser posicionado como um verdadeiro economista:

Mandei datilografar e encaminhei para o Conselho Regional de Economistas profissionais, que é como se chamava na época o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, isso foi em 1953, em 1958 já com o livro publicado foi que o Conselho Regional foi me dar o posicionamento, porque não era fácil para eles, pois não tinham coragem de dizer não, mas também não tinham coragem de dizer sim. Ficaram indecisos durante cinco anos, até que um dia, me convidaram para dar um curso para eles, para os conselheiros eu então disse: 'Não posso dar um curso para vocês conselheiros, porque vocês nem se quer me dão o posicionamento como economista'. Era uma provocação e imediatamente eles me deram o posicionamento, e fui dar o curso para eles. Isso é o que existe sobre a Dualidade. A edição se esgotou e eu nunca mais permiti outra, há vários trabalhos relacionados com o mesmo assunto, que foram publicados na Universidade Federal de Minas Gerais, na Revista de Economia Política de São Paulo, e na Civilização Brasileira. (Rangel. 1991) ³.

O relato acima comprova como foi difícil para Rangel ser reconhecido como um pensador econômico apesar da sua formação em direito, ter trabalho na assessoria do Governo Vargas e acima de tudo pela sua erudição cultural. Foi somente através dos frutos que colheu com a publicação de sua obra *dualidade básica da economia brasileira* que ficou reconhecido como um cientista econômico.

Rangel considerou a *dualidade básica da economia brasileira* sua principal contribuição ao entendimento da realidade nacional. A dualidade a que ele se refere não é simplesmente a oposição entre um setor capitalista e outro pré-capitalista, não se restringe somente em analisar que o desenvolvimento capitalista brasileiro passa por etapas correspondentes ao desenvolvimento capitalista mundial, mas como o setor moderno e o arcaico se relacionam e mudam em cada etapa.

³ Entrevista com o Professor Ignácio de Mourão Rangel na revista Geosul - nº 12/13 – ano VI – 1991.

1.3 - A Dualidade Básica da Economia Brasileira de Ignácio Rangel.

A construção da dualidade permeia por uma metodologia rangeliana em fazer um esforço em categorizar a realidade brasileira com a sua especificidade utilizando a originalidade do autor.

Rangel faz pela primeira vez na história econômica brasileira uma abordagem com entendimento da economia cíclica e não somente estática. Buscou unir os ciclos econômicos de Kondratiev sendo alterados pelos avanços tecnológicos da destruição-criativa de Schumpeter e utilizando o materialismo histórico de Marx, sempre aplicado a realidade brasileira.

No Brasil, o principal analista a empregar as ondas longas de Kondratiev em suas interpretações da dinâmica da economia nacional é Inácio Rangel, que as utiliza para explicar o processo de industrialização por substituição de importações periférica e para interpretar a natureza das crises do capitalismo brasileiro, com a implantação de um departamento produtor de bens de produção, conforme esclarece Rangel: “dentre essas flutuações econômicas merece especialíssima atenção o chamado ciclo longo ou onda longa e que Joseph Schumpeter batizou com o nome do economista russo que o estudou com maior atenção e conseqüência: Nikolai Kondratiev” (Rangel.2005).

Rangel estuda a realidade sócio-econômica a partir de uma interpretação histórica dos fatos que se vão sucedendo. A utilização da observação histórica está essencialmente ligada à origem marxista e, sobretudo, a dialética, apesar de não fazer uma abordagem de cunho ideológico em relação às transposições das fases históricas ocorridas na outras localidades, amparava-se, no referencial teórico sobre os aspectos das transformações dos modos de produção, aplicando na sua particularidade brasileira, conforme explica:

A descoberta do Brasil colocou em presença uma formação social pré-histórica – a comunidade primitiva dos índios – e o capitalismo mercantil europeu que, na época, representava a estrutura mais avançada, não apenas da economia européia, como de todo o mundo....O ‘regime’ resultante era, pois, uma união dialética de contrários, cuja luta responde pelo que há de típico e característico na história do Brasil (Rangel. 2005)

Na teoria marxista, o materialismo histórico pretende buscar a explicação dentro da história das classes sociais em todas as suas épocas, por meio dos fatos essencialmente sociais sobre a maneira como o modo de produção se inter-relaciona com o restante da sociedade.

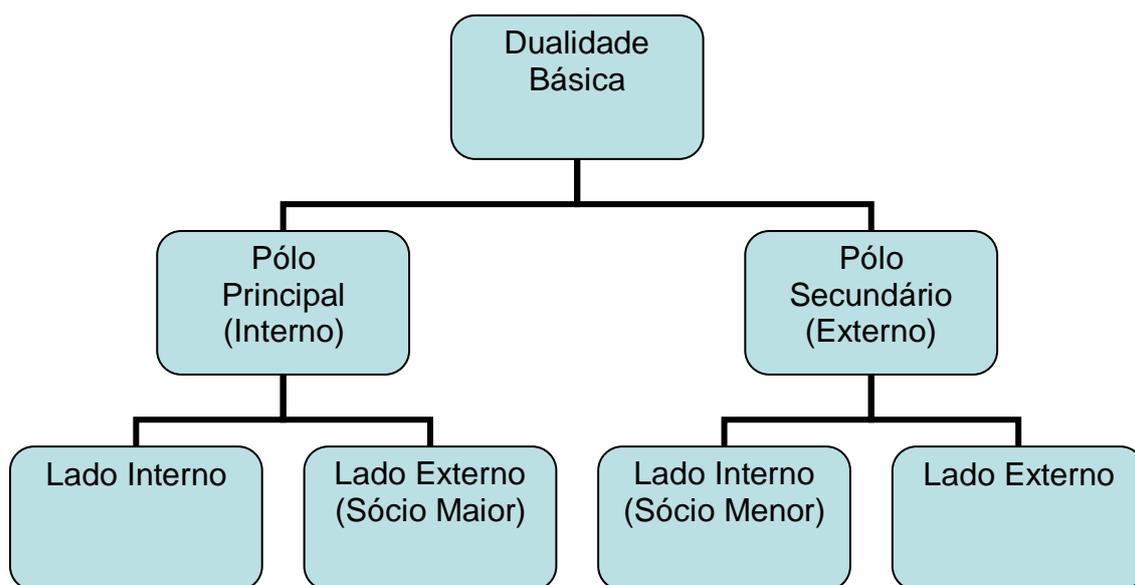
Rangel fez uma explicação – devido à influência do marxismo – para a crise urbana associada à industrialização brasileira. Observa-se que Rangel deve ao marxismo não somente a noção de dualidade (oposição) mas uma concepção de desenvolvimento fundamentada na alocação do trabalho social, diretamente inspirada no *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin (1982) Ou seja, o marxismo fundamenta a interpretação única de Rangel a respeito da passagem da sociedade rural-agrária a urbano-industrial.

Quando foi escrita a *dualidade básica da economia brasileira*, ocorria uma crise no pensamento marxista, geral e estava em uma época de mudanças nas suas categorias analíticas nos meios intelectuais. O marxismo brasileiro – basicamente dogmático – não conseguia mais explicar a história social, econômica e política de um país como o Brasil, que se industrializava e se desenvolvia dentro do mecanismo do capitalismo, conforme explica Bielschowsky:

Rangel não discordava do materialismo histórico marxista. Entendia a história como uma seqüência mais ou menos definida de etapas, cada uma correspondendo a um modo de produção. Admitia, ademais, que um modo de produção começa a transformar-se num outro, mais avançado, no momento em que as relações de produção deixam de estimular o desenvolvimento das forças produtivas e passam a entravá-lo. Considerava, porém, que a forma de inserção do Brasil na economia mundial, isto é, o fato de se ter constituído como economia complementar ou periférica, exigia uma assimilação crítica dessas teses. No caso brasileiro, a seqüência da história universal – comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo – se reproduziria de forma distinta dos países desenvolvidos. (Bielschowsky, 1988, p. 212).

A observação de Rangel consiste em afirmar a existência da dualidade das relações de produção, historicamente defasadas em relação semelhante às fases por que as sociedades européias passaram e, ainda, demonstrar que essa defasagem é dependente das relações de produção existentes na

Europa. Da mesma forma, consiste em apresentar esse processo da dualidade defasado e dependente como encadeado, ou seja, o pólo secundário (externo) de uma dualidade transformando-se no pólo principal (interno) da seguinte dualidade.



Fonte: História da dualidade. Rangel, Ignácio. 2005.

Rangel determina os pólos não como secundário e principal, mas como externo e interno. No entanto, como também detecta um lado externo em cada um desses pólos, correspondente às relações de produção vigentes nos países centrais, prefere usar as expressões pólo secundário e pólo principal, em vez de externo e interno, para tornar o modelo histórico mais didático.

As determinações recíprocas permitiram transmutar os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento sob a ação dos grupos sociais, não considerando apenas o enfoque estrutural, mas uma análise em termos de processo histórico, conforme explica Ramos:

Temos – diz Rangel – o comunismo primitivo nas tribos selvagens; certas formas mais ou menos dissimuladas de escravidão, nas áreas pioneiras, onde, sob aparência das dívidas se compram e vendem, não raro, os próprios homens, temos o feudalismo, sob diversas formas, um pouco por todo o país,

temos o capitalismo em todas as suas etapas: mercantil, industrial, financeira.
Por cima de tudo isto, temos o capitalismo de Estado. (Ramos, p. 89).

O processo de produção capitalista é articulado à dinâmica das classes sociais na *dualidade básica da economia brasileira*, compondo um modelo histórico que, partindo das determinações econômicas e sociais mais gerais, integra os aspectos políticos e jurídicos à análise. A cada momento histórico, busca apreender o conteúdo econômico das instituições, bem como o papel desempenhado pelo aparato institucional nas questões econômicas, políticas e sociais.

A dualidade básica da economia brasileira é o caminho intelectual trilhado por Rangel para explicar a evolução econômica, social e política do Brasil, utilizando leis para regulamentá-la, conforme foi explicado posteriormente por Rangel no artigo História da Dualidade.

1ª lei – Quando as forças produtivas em expansão conflitam com as relações de produção vigentes, que estão presentes na dualidade básica, a mesma se transforma. Esta transformação ficará restrita a um de seus pólos, permanecendo o outro preservado: tanto o pólo transformado quanto o pólo preservado formarão a nova dualidade, adequada ao estágio de desenvolvimento superior.

2ª lei – O pólo interno e o pólo externo revezam-se na mudança.

3ª lei – A mudança do pólo ocorre quando o modo de produção do seu lado externo passa a ser o modo de produção do lado interno.

4ª lei – Ocorre como resultado, da mesma forma, a mudança do lado externo do pólo, que incorporará as instituições típicas de um modo de produção superior. Um e outro lado do pólo em mudança formarão nova unidade contraditória.

5ª lei – As mudanças da dualidade brasileira, por esta ser uma formação sócio-econômica periférica, têm no centro dinâmico da qual é satélite o seu núcleo transformador.

A dualidade básica da economia brasileira, elevada à condição de lei fundamental por Rangel, apoiou-se na percepção da existência de duas ordens tendências que regulavam todas as instâncias das relações internas e externas de produção que constituem a economia brasileira. As duas formações econômicas básicas, reguladas por leis próprias, coexistem em permanente conflito e tensão: ambas são economias dominantes em seus respectivos setores.

No pólo principal, situam-se as relações de produção dominantes e a correspondente classe dominante, que Rangel chama de sócio maior do sistema. No pólo secundário, situam-se as relações de produção secundárias e o correspondente sócio menor – ou seja, a classe social que, na dualidade seguinte, transforma-se no sócio maior, conforme explica Ramos:

Dualidade – As condições que presidiram à formação do Brasil lhe impuseram uma dualidade básica em todos os seus aspectos. Essa dualidade foi inicialmente descoberta no campo econômico, graças ao economista Ignácio Rangel, mas é uma característica global do país. Com efeito, país colonizado é uma coisa externamente e outra internamente. Nas relações com os demais países somos forçados a nos revestir da forma dominante em esfera internacional. Essa forma, no entanto, tem sido sempre do ponto de vista faseológico, superior à que o país apresenta internamente. O Brasil é uma coisa quando visto do exterior e outra, visto de dentro. Essa dualidade é uma lei básica de nossa formação, historicamente inevitável. Quando alguns sociólogos vislumbraram esse fenômeno, não percebendo as suas causas materiais, tentaram explicar em termos de patologia. O país teria sido assim, seguindo eles, por uma deficiência psicológica do caráter nacional, por uma deficiência racial, geográfica. O fato é, porém, puramente histórico. A dualidade do país resulta da conexão histórico-universal de que participa. (Ramos, p. 88 e 89).

O pólo principal corresponde, portanto, à fase ainda predominante, mas que tende a ser superada à medida que o sócio maior é deslocado da posição dominante. Por sua vez, o pólo secundário o é apenas porque o sócio menor ainda não ascendeu e não se impôs à antiga classe dominante.

O estudo recai sobre a maneira como os modos de produção afetam as relações sociais e, conseqüentemente, a cultura, a arte e até a ideologia – comprovando a existência da dualidade no desenvolvimento capitalista.

O estudo dos cinco modos de produção, para Rangel não seria suficiente para dar conta da história da dualidade brasileira, sendo necessário considerar os estágios de desenvolvimento de cada modo de produção, bem como as formas de transição que revestiram a passagem de um modo de produção ao próximo.

Mas como cada determinada localidade ou nação possui a sua especificidade, ou seja, tem características que justamente as diferenciam das outras regiões, seria um equívoco assumir que uma teoria elaborada a partir de uma realidade social, econômica e política fora do Brasil, seja aplicada da mesma maneira na realidade nacional pelo fato da especificidade brasileira, conforme explica Rangel:

O latifúndio brasileiro não é idêntico ao feudalismo medieval europeu ou asiático. Mas, se não tivermos noção do funcionamento de uma economia feudal, jamais poderemos chegar ao conhecimento científico do latifúndio. A indústria brasileira moderna não é idêntica à indústria inglesa do tempo de Mauá, e, no entanto, se não a conhecermos, tampouco lograremos o conhecimento científico de nossa indústria. Nossa escravidão não foi idêntica à greco-romana, todavia sem o estudo desta, que consubstanciou e sistematizou toda a evolução desse regime e o apresentou em forma cientificamente pesquisável nos institutos do Direito Romano, não sairemos do reinado do acaso (Rangel, 2005, p. 294).

Utilizando o método dialético para explicar as mudanças importantes no modo de produção ocorridas durante a história da humanidade, determinando os fatos históricos essenciais, procuram-se os seus elementos contraditórios, ou seja, encontrar aquele elemento responsável pela sua transformação em um novo fato histórico.

Rangel bebeu da fonte teórica de Schumpeter⁴ (1985), sua teoria do ciclo econômico é fundamental para a ciência econômica contemporânea. Segundo o autor, a razão para que a economia saia de um estado de equilíbrio e entre em um *boom* (processo de expansão) é o surgimento de alguma inovação, do ponto de vista econômico, que altere consideravelmente as condições prévias.

Schumpeter argumentava que a sociedade capitalista se desenvolvia em ciclos econômicos, ocorrendo fases de auge, que eram intercalados de forma natural com períodos de estagnação. No quadro traçado, a Grande Depressão de 1929 devido ao fato de a economia entrar em um momento de retração da atividade econômica norte-americana foi apenas um período de retração, dentro da sucessão do ciclo econômico.

O processo de introdução da nova mercadoria não é feito sem alterações estruturais, substitui o que era antigo pelo novo. Os trens e os navios fizeram desaparecer a vasta rede preexistente de diligências, de carruagens e embarcações à vela. Da mesma forma, no século XIX, a adoção dos teares mecânicos na indústria têxtil – primeiro na Inglaterra e, depois, em grande parte da Europa – arruinou o trabalho artesanal, infelicitando milhares de famílias, ao reduzi-las.

A dualidade básica da economia brasileira é a maneira crítica e original que Rangel desenvolveu para interpretar a lógica da formação econômica brasileira ou, em suas palavras: “Sem esta não poderemos entender o Brasil: seu direito, sua economia e sua política. O Brasil é uma dualidade, se não o estudarmos assim, há de parecer-nos uma construção caótica, sem nexos internos estabelecidos e, sobretudo, sem história”. (1978, p 12).

Na visão de Schumpeter, toda inovação implica, pois, numa destruição-criadora: o novo não nasce do velho, mas sim brota ao seu lado e o supera.

⁴ Joseph Schumpeter, nasceu em 1883 na República Checa. Economista da escola austríaca influenciado pela escola do positivismo lógico, então dominante na Europa Central. Schumpeter foi forçado a imigrar e a se fixar nos EUA no início da década de 1930, aprofundou a interpretação e a teorização dos ciclos longos e se tornou uma das figuras mais destacadas dentro da teoria econômica moderna. Em 1909, graduou-se em Viena, com um estudo sobre a metodologia sistemática da ciência econômica.

Pode-se derramar lágrimas pelos que foram massacrados pela tecnologia mais recente, mas isto não detém o progresso nem altera o seu resultado final.

Para Schumpeter, o fluxo circular da mercadoria nos permite apreciar o impacto do trabalho do empreendedor, não meramente como a força impulsionadora do capitalismo, mas há um outro modo de interpretar a estranha justaposição. Os empreendedores não vêm de uma classe social em especial, são apenas possuidores de um talento para a inovação. Portanto, o desenvolvimento capitalista não é intrínseco ao capitalismo, é a dinamização da sociedade nas mãos de uma elite empreendedora.

Rangel incorpora esses conteúdos para explicar que o fluxo circular da mercadoria determina as mudanças que ocorrerão na economia promovendo um impacto (resultado) no surgimento de um novo padrão de acumulação de capital explicando a dualidade básica da economia, ou seja, como uma nova etapa supera a anterior.

Hobsbawm afirma que os ciclos econômicos comprovam as previsões não só sobre economia, mas também, de uma forma mais geral, sobre os cenários sociais, políticos e culturais que acompanham sua alternância. Vai ainda mais longe ao dizer que, se a ciência econômica não pretende permanecer constantemente em atraso, ela precisa redescobrir e desenvolver a perspectiva histórica (Hobsbawm, 1994).

Rangel fez uma interpretação marxista da sociedade brasileira quando cria um conceito singular de dualidade – inteiramente distinto das definições mais comuns atribuídas ao termo “A novidade analítica da conceituação de Rangel reside na subdivisão do conceito marxista de relações de produção em relações internas e relações externas” (Bielschowsky, 1988, p. 251).

A contribuição de Rangel não foi apenas utilizar os referenciais teóricos como metodologia, mas, de forma criativa, entender como a teoria pesquisada em outras realidades sócio-econômicas, com outras especificidades, pode ser aplicada à realidade brasileira.

Rangel buscou a raiz da universalidade e a especificidade do processo histórico brasileiro, construído por estágios sucessivos de dualidades, e sempre interpretou a história econômica brasileira como um processo cíclico e dialético.

As ondas longas dos ciclos econômicos são flutuações de longo prazo com duração média de meio século, fato observado por Nicolai Kondratiev⁵ economista soviético que se dedicou nos anos 1920 ao estudo de indicadores sociais, econômicos e políticos nos países mais industrializados. Dedicou-se, especialmente, à análise da URSS, tendo identificado e caracterizado os ciclos econômicos com as ondas longas e, sobre eles, formulado a teoria das *ondas longas*.

Kondratiev se propõe a analisar o modo de produção capitalista ao longo de intervalos que duram de 48 a 60 anos, divididos em fases A e B, de expansão e recessão, com amplas conseqüências sociais, políticas e ideológicas. A primeira metade (Fase A) teria tendência basicamente de prosperidade e, a segunda (Fase B), constituiria uma fase de estagnação.

Rangel fez deduções extremamente importantes para a construção de seu pensamento, que seria o fato de unir uma abordagem histórica, observando o processo de substituição dos novos modos de produção, à concepção adquirida sobre os ciclos econômicos a partir da leitura de Kondratiev.

O ciclo de Kondratiev, que tem duração média de meio século, é dividido em duas fases. A fase A é caracterizada como um período de forte desenvolvimento dos meios de produção e por conseqüente acumulação de capital, ou seja, a fase ascendente da parte alta da onda longa de Kondratiev.

⁵ Nicolai Kondratiev nasceu em Goloejevskaja no dia 04 de Março de 1892. No decorrer da Revolução Russa de 1917 chegou a ser ministro no último governo democrático de Kerensky, antes da tomada de poder pelos bolcheviques liderados por Lênin e mais tarde seria o fundador do Instituto de Conjuntura de Moscou em 1920. No período que ficou na cadeia continuaria a sua pesquisa de investigação tendo um planejamento para um conjunto de cinco obras, mas nunca poderia concluir este trabalho, foi um apoiante da chamada nova política econômica defendida por Lênin e antes de morrer verificou a ascensão de Stalin o que levaria ao abandono dessa virada estratégica, apesar de Nikolai Kondratiev ter sido assassinado por ordens de Stalin tendo sido executado em 1938 com apenas 46 anos, a sua vida e obra continua a ser mal conhecidas.

Junto com a idéia dos ciclos Kondratiev, que se repetiriam um após o outro, fica um sabor de lei misteriosa que presidiria a trajetória do capitalismo.

O ciclo de Kondratiev, que deve o nome a seu autor, é explicado fundamentalmente pela mudança estrutural associada à inovação tecnológica. Além da reação econômica às flutuações dos ciclos de Kondratiev, engendra ainda, no período depressivo, mudanças estruturais nas coalizões políticas, econômicas e sociais. A depressão econômica que sucede essa fase é determinada pelo esgotamento daquela inovação que imprimiu, na fase anterior, aceleração da atividade econômica.

Exercendo o comando da nação brasileira, as dualidades no argumento de Rangel estabeleciam, assim, relações entre as flutuações cíclicas da economia capitalista mundial (Ciclos de Kondratiev) e a dualidade básica da economia Brasileira e da sociedade. Isto porque o Brasil, com sua formação periférica, vem reagindo de maneira singular aos ciclos de longa duração. Portanto, quando se abre na economia mundial a fase expansiva, provocada por inovações tecnológicas de amplo significado para a estrutura econômica em funcionamento, o Brasil tende a se inserir mais e mais na divisão internacional do trabalho.

Rangel era extremamente preocupado com o tempo formulado pela história e, daí, a importância dada à história e à economia como disciplinas. Em sua interpretação, talvez essa idéia de tempo não fosse algo abstrato, mas que tinha relação com a maneira como as situações no país se sucediam e como iam se suceder. Ele imaginava, por meio de sua teoria, que essa dualidade básica não constituía exatamente uma versão independente dos ciclos de Kondratiev: tratava-se desse fato associado a outro, pois tinha fundamento na história do Brasil.

Ao contrário, sobre as tendências estruturais de longo prazo, fundamentadas pela onda longa de Kondratiev, chega a utilizar uma espécie de reedição elaborada da tendência decrescente da taxa de lucro. Ou seja, ampara-se na profundidade da análise de Marx, para cair numa justificativa substancial sobre as mudanças sociais ocorridas na fase B do ciclo.

Isso levava à crítica de Kondratiev, por sua tentativa de apresentar o conjunto dos fatores políticos como fatores endógenos ou, dito de outra forma, por ignorar a autonomia dos processos sociais em relação à esfera econômica.

Marx, Kondratiev e Schumpeter são autores que muito influenciaram Rangel no decorrer da construção do seu pensamento, pois, utilizando o amparo teórico desenvolvido pelos mesmos, fez que com que a partir de um raciocínio lógico e da criatividade, fosse adaptado à especificidade da realidade social brasileira, ou seja, Rangel possui domínio teórico para poder construir uma nova interpretação da realidade brasileira possuindo como referencial os autores que influenciaram o seu pensamento.

A construção da Dualidade Básica da Economia Brasileira como mecanismo de interpretar a história brasileira, a partir de uma forma de contradição, ampara-se na abordagem metodológica de Marx sobre o materialismo histórico e, simultaneamente, sobre o estudo das ondas longas de Kondratiev.

Ignácio Rangel era possuidor de uma originalidade de extrema grandeza por ter vivido em uma fase de transição sócio-econômica no Brasil. Devido a sua incrível capacidade de observar as contradições nacionais conseguiu de uma forma independente das correntes de investigação moldar uma nova tese sobre a dualidade brasileira

A junção de vários autores para compreender a realidade socioeconômica brasileira na sua especificidade comprova que Rangel possui uma originalidade de forma a construir uma tese que interpreta a formação do capitalismo nacional de maneira cíclica.

Cap. II – A 1ª e 2ª dualidade básica da economia brasileira

O segundo capítulo aborda a 1ª e 2ª pelo fato de ambas tratarem de questões relacionadas, e a 3ª abordado no capítulo seguinte por tratar de questões distintas. A dualidade básica da economia brasileira aplicada 1º inicia em 1815 e termina em 1870 e a 2º dualidade brasileira que começa em 1870 e termina em 1920.

2.1 – 1ª Dualidade.

A primeira dualidade, que se inicia em 1815 e termina em 1870, caracteriza-se internamente, ou no pólo principal, pela utilização da mão-de-obra escrava e por ter externamente, ou no pólo secundário, relações com o mercantilismo europeu.

A Revolução Industrial (1787-1842) constitui-se na mais famosa onda de Kondratiev, o boom iniciou por volta de 1787 e tornou-se uma depressão no início das Guerras napoleônicas em 1801 e em 1814, se aprofundou numa depressão que durou até 1827, quando inicia uma recuperação que dura até 1842. Esta onda de Kondratiev baseou-se nas indústrias têxteis, ferro e das máquinas a vapor.

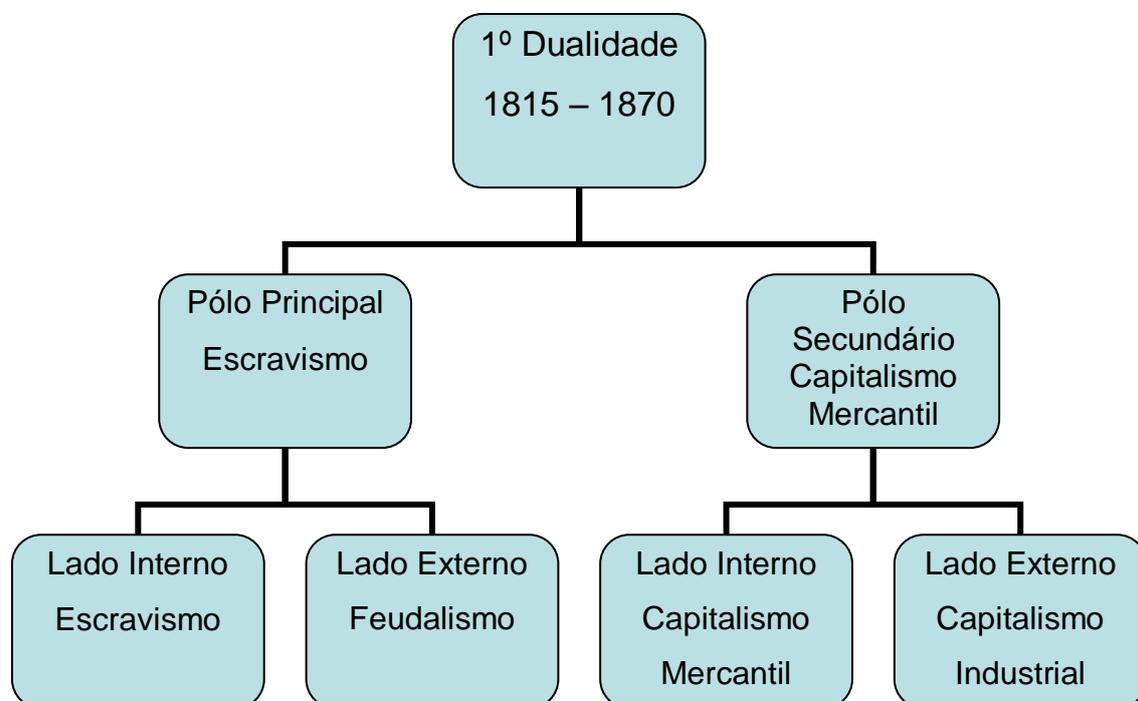
A Primeira Dualidade teve no seu comando duas classes: a classe dos senhores de escravos, a única em condições de exercer a hegemonia sobre toda a sociedade, e a classe que, embora madura na Europa, era uma formação nascente, no Brasil, ou seja à classe do capitalismo mercantil brasileiro, por certo muito mais dinâmica que a outra, mas politicamente inexperiente, não podendo prescindir do comando da primeira, formada e enraizada.

A Abolição, completada pela República, trouxe para o Brasil uma mudança simétrica como a que trouxe o Cristianismo para o Mundo Antigo, vale dizer, a substituição da escravidão pelo feudalismo periférico. Em outras palavras, a fazenda de escravos — base da classe hegemônica da Primeira Dualidade — cedeu lugar ao latifúndio feudal, antes presente apenas em

algumas áreas do País, especialmente no Sul e na parte árida do Nordeste; uma mudança de fundamental importância.

A transição da fase B da primeira dualidade para a fase da segunda, foi uma passagem tumultuosa, pelo menos para os países integrantes do Centro Dinâmico Mundial, o que não deve deixar de causar surpresa, porque se tratava da transição de uma fase recessiva para uma fase expansiva.

O boom acabou em torno de 1857 quando se inicia uma recessão. A recessão torna-se uma depressão em 1870, a qual dura até 1885. A recuperação inicia depois de 1885 e dura até 1897.



Fonte: História da dualidade. Rangel, Ignácio. 2005.

A primeira dualidade começa pela fase B do ciclo de Kondratiev, que é caracterizado ciclicamente pelas fases de crise e recessão, ou seja, a parte baixa da onda longa.

A fase B é caracterizada como um período de forte desaquecimento dos meios de produção. Sua observação é importante, pois é exatamente nesse período que ocorrem as alterações do modo de produção e da substituição do

sócio menor pelo sócio maior, ou seja, a fase descendente da parte baixa da onda longa de Kondratiev.

O período foi marcado pela crise da colonização portuguesa, o que levou ao processo de Independência (1822) e a um maior fluxo de comércio, principalmente com a Inglaterra, cuja produção crescia devido à abertura dos portos em 1808, conforme explica Rangel:

A fazenda de escravos, portanto, comportou-se muito bem na fase B do ciclo longo, mas suas contradições internas – precisamente em função do crescimento das forças produtivas que viabilizou – entrariam a agudizar-se, conduzindo, afinal, ao seu fim e ao da primeira dualidade, ao se inaugurar à fase A do segundo kondratiev. O pólo interno, agora o mais velho, era aquele pelo qual devia chegar ao fim à primeira dualidade. (Rangel, 2005, p. 672).

A fase A do ciclo de Kondratiev da primeira dualidade é marcada ciclicamente pela fase de auge e por mudanças no modo de produção interno, devido à influência externa que afetava as relações internas.

A análise rangeliana argumentava que a fazenda de escravos respondia de forma dinâmica ao ajuste imposto pela fase B, do ciclo de Kondratiev. As contradições internas eram aprofundadas pela expansão das forças produtivas promovida pelo escravismo.

Tendo o Brasil surgido sob a tutela do capitalismo comercial (primeiro estágio do capitalismo), o mesmo permaneceu, segundo a visão rangeliana, externo à nossa formação social – que mais à frente romperia com o capitalismo mercantil europeu, em resposta a estímulos oriundos do próprio centro dinâmico, direcionando-se para o capitalismo industrial essencialmente inglês.

O Brasil que foi recém emancipado seria regido por um fator fundamental de poder integrado em seu pólo externo pelo capitalismo mercantil *do Brasil* (naquele momento não brasileiro), dissidência do capital mercantil português, que foi sob a hegemonia do capital industrial europeu (principalmente o inglês), deixou como legado, para o período pós-colonial, as

fazendas de escravos submetidas à Coroa portuguesa pelas relações de vassalagem.

A classe dos comerciantes, representante do lado interno do pólo externo, juntamente com o capitalismo industrial estrangeiro, lado externo do pólo externo, formariam o pólo externo desta 1ª dualidade. O grupo dissidente proveniente da antiga classe hegemônica era constituído, majoritariamente, por comerciantes não nativos e ainda não amadurecidos politicamente para exercer a hegemonia. A este grupo caberia a condição de sócio menor na estrutura do Estado brasileiro. Mesmo em condições adversas da “fase B” do 1º ciclo de Kondratiev (1815-50), a economia brasileira apresentou um notável desempenho, tendo sua população (livre e escrava) dobrada.

O crescimento do comércio exterior foi razoável, mas extraordinário foi o comportamento demonstrado pela importação de escravos, avaliada em 50 mil peças na década de 1840. As importações deste segundo comércio exterior atingiam um montante próximo ao das importações do comércio exterior regular, que era feito o centro dinâmico. O comércio de escravos era estabelecido com outras regiões periféricas para o suprimento de um insumo essencial para a fazenda de escravos, principal responsável pela substituição das importações.

A fazenda de escravos respondeu de forma dinâmica, segundo a análise rangeliana, ao ajuste imposto pela “fase B”, do ciclo. As contradições internas, aprofundadas pela expansão das forças produtivas promovida pelo escravismo, potencializadas pela chegada da “fase A” do 2º Kondratiev, anunciaram o fim do escravismo e da 1ª dualidade.

O problema da passagem da primeira para a Segunda Dualidade deve ter consciência de que a substituição da escravidão pelo latifúndio feudal, na composição do novo pacto de poder, representava uma mudança radical. Ao contrário da velha classe dos senhores escravos, o latifúndio feudal era uma força emergente — social; política e socialmente inexperiente — não poderia ser senão um sócio menor, na segunda Dualidade, não obstante seu indiscutível dinamismo.

Os Modos de produção coloniais são dominados pela monocultura, economias reflexas com relações estabelecidas a partir da divisão internacional do trabalho, dificuldade para o desestímulo pela ausência de outras atividades econômicas.

2.2 – 2ª Dualidade.

A segunda dualidade, que começa em 1870 e termina em 1920, é caracterizada internamente, ou no pólo principal, pelo feudalismo periférico e, externamente, ou no pólo secundário, pelo mercantilismo europeu. O boom inicia por volta de 1898 com a expansão do uso da energia elétrica e da indústria automobilística e duraria até 1911. A recessão que se segue torna-se uma depressão em torno de 1925 que iria durar até aproximadamente 1935. A recuperação inicia-se após 1935 e dura até 1950.

A transição da 1ª para a 2ª dualidade consumiu um período de tempo para que as contradições exaurissem o pólo interno (lado interno, escravismo; lado externo, feudalismo). O pólo externo (lado interno, capitalismo comercial; lado externo, capitalismo industrial), nesta passagem, além de preservado saiu fortalecido e maduro – de sócio menor na 1ª dualidade transformou-se em sócio maior, hegemônico, na 2ª dualidade.

A mudança deu-se com a internalização do modo de produção do lado externo do pólo interno (feudalismo) e o capitalismo mercantil, afora continuar dominante no lado interno do pólo externo, passaria também a dominar o lado externo do pólo interno. O desafio colocado ao sócio maior na 2ª dualidade era provar o seu talento em realizar alguma forma do processo de substituição de importações, como resposta às difíceis condições impostas pela chegada da fase B do 2º Kondratiev, em 1870. Ao capital mercantil caberia dinamizar a economia por meio do estímulo à diversificação das atividades internas, pelas vias artesanal e manufatureira.

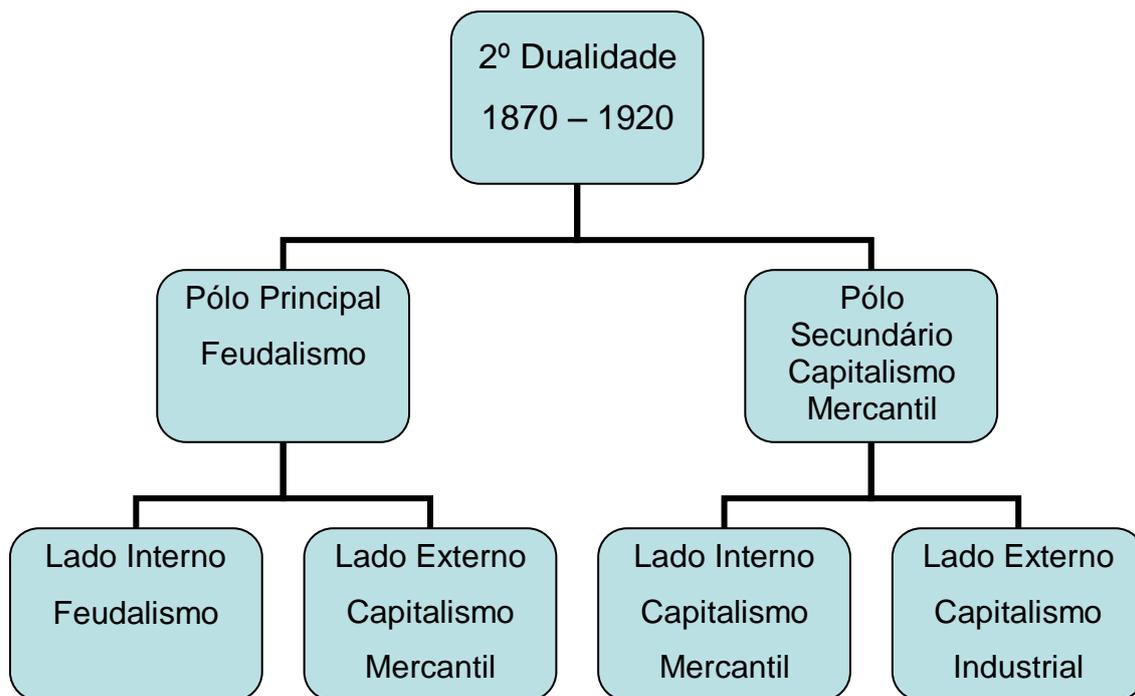
A fazenda de escravos foi o principal espaço mobilizador de acumulação de capital na fase B do 1º ciclo. Com o expressivo aumento de sua renda monetária na fase A do 2º ciclo, os fazendeiros migraram para as cidades acompanhados de uma extensa criadagem de escravos. Mesmo com o refluxo

cíclico, fase B do 2º ciclo, que provocou a queda da renda monetária das famílias nobres, esta população urbana permaneceria nas cidades.

Os escravos que viviam nas cidades foram pouco a pouco emancipados e incorporados ao mercado urbano de trabalho e, em muitos casos, mesmo antes de sua libertação – na condição de negros de ganho –, patrocinados por seus proprietários empobrecidos.

A primeira dualidade é marcada pelo quadro da fazenda, da porteira para dentro, a fazenda era escravista e, da porteira para fora, era feudal. Na segunda dualidade uma mudança se consubstanciava. A fazenda, internamente, estava se tornando feudal e, externamente, estava se tornando comercial. Desta forma, o capitalismo mercantil estava se internalizando no pólo interno.

As mudanças ocorridas na velha fazenda de escravos, anteriormente à emergência do latifúndio feudal-mercantil, não criaram dificuldades à ação do capital mercantil urbano em sua empreitada de substituição de importações. Na segunda dualidade, o latifúndio demonstrou um vigoroso empenho, coincidindo o surto cafeeiro com o início da fase A do 3º ciclo de Kondratiev (1896). A crise comercial decorrente da 1ª Guerra Mundial teve como resposta o esforço artesanal de substituição de exportações, restrito a esta conjuntura.



Fonte: História da dualidade. Rangel, Ignácio. 2005.

O pólo interno foi alterado para o feudalismo periférico, que é diferente do feudalismo europeu da idade média, por ter a sua especificidade. O Brasil é uma economia periférica, que surgiu como opção de abastecimento de matérias-primas não encontradas nas economias centrais e, por isso, tem uma economia mono-exportadora estritamente dependente da produção mercantil do centro.

Assim como na primeira dualidade, a segunda dualidade começa com a Fase B do ciclo de Kondratiev, que começa em 1873 e perdura até 1896, sendo marcada pela fase de crise política que promoveu o processo de abolição dos escravos (1888) e da Proclamação da República (1889).

A fase A do ciclo de Kondratiev começa em 1896 e termina em 1920, período associado à forte produção de café, que permitiu aos grandes latifúndios o acúmulo de capital e que, na dualidade seguinte, seria substituído pelo industrial, fato que seria comprovado pelo surgimento do capitalismo mercantil.

O lugar de sócio maior, ou hegemônico, passou a ser ocupado pelo capitalismo mercantil, a esta altura plenamente amadurecido no Brasil. Com o

advento da fase a ou expansiva do Terceiro Ciclo de Kondratiev — 1898-1921, aproximadamente —, consolida-se a segunda Dualidade, a qual somente entraria em crise com o advento da fase B do mesmo ciclo.

O papel da economia brasileira, ainda incapaz de internalizar seus ciclos, foi brilhantemente desempenhado sob a hegemonia do capitalismo mercantil, a qual levou-nos a uma "abertura" excessiva, sob a forma da importação, principalmente dos países do centro, de produtos industriais, em valor de aproximadamente um quarto do que hoje chamamos de Produto Interno Bruto (PIB).

O ciclo do café é a dispersão do escravo liberto, que reforça o modo de produção de subsistência e a formação de uma massa monetária com trabalho assalariado que compõe o mercado interno, servindo de base para o deslocamento do centro dinâmico agrícola para a indústria.

No final do século XIX e início do século XX, o mundo passa por uma depressão e os cafeicultores se vêem em uma situação inédita. Ocorre uma superprodução do café e, por outro lado, com a crise, o preço do produto cai no exterior, passando então a sobrar mercadoria interna.

2.2.1 – Economia Cafeeira.

A análise inicial de Rangel acerca dessa questão data do início da década de 1930. Para o autor, o centro da questão agrária estaria na formação simultânea de superpopulação rural e enorme oferta agrícola. A superpopulação rural relativa (oriunda do rompimento do complexo rural) convertia-se em superpopulação urbana relativa pela crise econômica.

Primeiro, o café não seria o produto exclusivo do modo de produção: o Brasil teria outros produtos agrários, além do surgimento da indústria como um novo concorrente significativo. Segundo, dever-se-ia recuperar o preço do café, adotando-se uma política corretiva da economia cafeeira.

De 1840 a 1930, o café respondeu por mais de 40% do valor total das exportações brasileiras. Em alguns anos, essa cifra chegou a 80%. A produção iniciou-se nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, deslocando-se para São

Paulo, que se firmou como o principal estado produtor. Entre 1900 e 1930, respondeu por 60 a 70% da produção nacional.

Não é casualmente que na região do café encontra-se a maior parte da indústria nascente, sendo que nela o desenvolvimento das relações capitalistas se dá mais aceleradamente. Durante a crise de 1929, a economia cafeeira e toda a estrutura política que nela se apoiava começavam a ruir.

A burguesia cafeeira, matriz da burguesia industrial, foi explicada pelo capital industrial, que nasceu como um desdobramento do capital cafeeiro empregado no núcleo produtivo do complexo exportador, assim como no aspecto urbano.

Como os capitais cafeeiros excedentes se converteram em capital industrial, os trabalhadores livres, à disposição do capital industrial pela imigração em massa, supriam as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador. Depositava-se nas cidades a força de trabalho.

A crise do café em 1929 tornou a política de defesa do café incapaz de sustentar o setor, embora tenha conseguido minimizar as perdas. Isso se deu por uma confluência de fatores, como a seqüência de safras elevadas nos anos que precederam a crise e nos primeiros anos dela, aumentando significativamente as necessidades de estocagem.

O mercado cafeeiro encontrou-se em uma situação de desequilíbrio estrutural entre demanda e oferta, configurando claramente a superprodução do setor ao longo da República Velha. A própria estrutura do modo de produção cafeeira colaborava para uma propensão à superprodução. A política de defesa do café, ainda que tenha permitido uma sustentação da renda do setor por algum tempo, apenas adiou a resolução do problema e o agravou.

Isso estimulou a indústria, que cresceu como durante a guerra, sem investimento algum. A crise do café, com a redução de seu preço em 1929, e a própria política do governo, esvaziando o padrão do café como âncora da

balança comercial, facilitou o desenvolvimento da indústria e de outros setores, sendo a indústria o único setor urbano importante.

O nascimento e a consolidação do capital industrial na economia cafeeira e a indústria passaram pelas transformações do capital agrícola em capital industrial, transformando a força de trabalho em mercadoria e criando-se o mercado consumidor interno. Ou seja, o capital cafeeiro estimulou o surgimento do capital industrial.

A política de estocar café continuava em alta e, dessa forma, os cafeicultores produziam cada vez mais. Porém, com a crise de 1929, o mundo não comprava mais café como antes. Houve fuga de capitais estrangeiros que antes financiavam os estoques de café e, assim, o que seria uma política de valorização do café no pós 1930 na realidade tornou-se uma política de fomento de renda.

Dessa forma, o país teve que fazer por si só o financiamento do café por meio da emissão de moeda, porém, sem contrair dívida, o que gerou um aumento no nível de renda e, também, de emprego.

A década de 1920 foi a fase em que o país mais exportou café, devido ao momento de crescimento por que o mundo, principalmente os EUA, estava passando. O país entra em um desenvolvimento capitalista inicialmente de pouco efeito, pois os primeiros anos da década de 1930 são de recuperação da grande crise mundial.

O Brasil, então, enfrenta problemas internos e externos, uma vez que todos os países do mundo enfrentavam uma economia alterada – em particular, os EUA e a Europa, por serem os centros econômicos.

O choque externo oriundo da crise de 1929 sobre o modo de produção capitalista manifestou-se primariamente sob a forma de uma queda nos preços e receita de exportações, bem como em uma interrupção do fluxo de capitais estrangeiros.

O período que antecipa o primeiro governo Vargas (1930) desenvolve o processo industrial. Assim como nosso sistema exportador, quem se beneficia

é o consumidor internacional, em detrimento da produção de mercadorias para o mercado interno. Somente um choque externo poderia proporcionar nossa capacidade de produzir para formar um mercado interno.

O primeiro governo de Vargas vai de 1930 até 1945, sendo dividido de 1930 até 1934, pelo fim o governo provisório; de 1934 até 1937, pelo governo funcional, que agrava a constituição; e de 1937 em diante, com uma ditadura absoluta até 1945.

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o começo de outro no modo de produção capitalista, encerrando a hegemonia agro-exportadora e dando início à preponderância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

No período de auge das exportações de café, a importação de máquinas era um fator que favorecia a ampliação da capacidade instalada. Após a crise de 1930, em que a produção respondeu a esse incremento de capacidade produtiva, houve então a restrição das importações, que favoreceu a produção nacional de mercadorias industriais.

Em 1933, ocorre uma nova fase de transição, pois o acúmulo de capital se move de acordo com um novo padrão no processo de industrialização por substituição de importações, restringidas devido à dinâmica de se sustentar com a expansão industrial.

No caso do Brasil, o Governo Vargas adotou uma série de medidas para defender a economia cafeeira, baseado na eliminação do excesso de ofertas para que o preço fosse estabelecido em termos interessantes no mercado externo.

O governo Vargas conciliou as lideranças econômicas liberais do café com as novas lideranças urbanas e sociais que estavam surgindo naquele momento. Getúlio não deixou de lado a elite cafeeira, pelo contrário: inseriu produtos industriais nas atividades econômicas e, de alguma maneira, foi deslocando o eixo decisório da política brasileira do campo para a cidade, ocorrendo uma aproximação da política interna.

Os anos da segunda guerra mundial aprofundaram as dificuldades de exportação dos produtos brasileiros aos mercados do centro. Esse fato acarretou, naturalmente, em estímulos internos para produzir mercadorias que não tinham condições de ser importadas, reafirmando a necessidade de se atingir um processo de industrialização por substituição de importações.

Nesse período, o Brasil teve um aumento nas imigrações, que tinham sido bloqueadas durante a guerra. Era um momento de questões condicionais: do total de países, só podiam entrar 2% do total que havia entrado nos últimos 50 anos. Como a imigração que estava começando naquela época era a japonesa, foi bloqueada.

Com o fim da guerra, houve um grande fluxo de migração oriental, principalmente japonesa, seguida de outros países. Graças a esse movimento, melhoraram muito as condições de mão-de-obra e, uma vez que muitos imigrantes informavam que não eram agricultores, logo eram encaixados na atividade industrial.

A produção cafeeira teve um papel decisivo durante as quatro décadas, determinando o volume de exportações e a renda na economia. Outras atividades exportadoras, no entanto, foram fundamentais: borracha, açúcar, algodão, cacau, fumo, erva-mate, couros e peles. Percebe-se, então, uma diversificação da agricultura e o surgimento da indústria.

Quando do advento da nossa tardia industrialização, apoiada pelo Estado, a substituição das classes proprietárias rurais pelas novas classes industriais não exigiu rupturas – como no modelo clássico da revolução burguesa –, pois o capital industrial nasceu a partir do capital cafeeiro, mantendo nossas estruturas agrárias.

O setor industrial traçava a política de crescimento industrial do país. A comissão de desenvolvimento industrial que estudou e propôs as providências de ordem sócio-econômica no país, com a ampliação das já existentes políticas do governo Vargas, estabelecia políticas de incentivo e proteção tributária e a articulação junto aos empresários nacionais.

Com isso, promovia-se o desenvolvimento capitalista do Brasil. O país se distanciaria de qualquer dependência externa e, por conseqüência, teria o desenvolvimento autônomo avançado na indústria, o que levaria à valorização da burguesia industrial nacional, ou, os dirigentes na atividade econômica.

Esses limites derivam da subordinação do capital industrial ao cafeeiro e da subordinação deste e da economia brasileira ao capital internacional, pois a divisão internacional do trabalho, determinando a especialização da economia brasileira na produção de produtos primários para a expansão, possibilitou o surgimento tardio da indústria de bens de consumo assalariado. Ao mesmo tempo, impediu a autonomia interna da acumulação industrial ao excluir o desenvolvimento do seu núcleo fundamental, ou seja, o da indústria pesada de bens de produção.

2.3 – Questão Agrária.

Rangel argumenta através da dualidade básica da economia brasileira que a questão agrária é fator preponderante para esclarecer a acumulação cafeeira que existe no começo do século XX. O momento de transição que a economia brasileira estava passando é justamente quando termina a segunda dualidade e tem início a terceira, o café era a principal atividade econômica o que esclarece a mudança de dualidade por surgir um novo modelo de acumulação de capital.

Nas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras do século XX, a economia cafeeira constitui o centro dinâmico do modo de produção capitalista brasileiro, promovendo uma série de transformações que já suscitavam um conjunto de condições para a industrialização, como a expansão do trabalho assalariado, a criação de um mercado interno – diretamente via salários e indiretamente via multiplicador – e a criação de uma indústria interna, ainda que de caráter secundário, com dinâmica induzida pelo setor exportador, conforme explica Gremaud: “A hipótese crucial é de que o setor da economia voltado para o mercado interno era incapaz de sustentar seu crescimento de forma autônoma, tendo o seu nível de produto, renda e emprego determinados

pelo comportamento do setor voltado ao mercado externo” (Gremaud, 1997, 106).

A resposta que se deu ao problema foi colher o café, pois deixá-lo no pé implicaria perdas que se concentrariam no setor cafeeiro. Havia também a questão sobre como distribuir as perdas entre os cafeicultores. Com relação ao destino do café colhido, fez-se um pouco de cada coisa: forçou-se o mercado, com o aumento do volume físico exportado de 25%, entre 1929 e 1937; estocou-se o que era viável esperar que fosse vendido num prazo razoável; e se destruiu grandes quantidades de café – entre 1931 e 1943 foram queimados mais de sete milhões de sacas, variando entre 10% e 40% das safras correntes.

A princípio, o crescimento da produção industrial esteve condicionado à capacidade produtiva ociosa, dado o estrangulamento particularmente agudo da capacidade de importação nos primeiros anos de crise. Mais adiante, foi possível contar com a importação de equipamentos usados a baixo custo, junto a empresas falidas, durante a crise. E também já havia, em alguma medida, produção interna de bens de capital, que também se beneficiava da proteção cambial.

As mudanças políticas ocorridas em 1930, e ao longo da década, foram decisivas para a perenidade dessas transformações. Uma reversão da desvalorização cambial seria de se esperar, uma vez que o setor exportador se recuperasse, como resultado econômico desta recuperação sob câmbio flexível. Todavia, tal alteração implicaria em um retrocesso do ponto de vista dos setores voltados ao mercado interno, que perderiam sua proteção cambial.

De qualquer forma, o regime cambial e o nível do câmbio tornaram-se alvo de disputa política, uma vez que, pela primeira vez, setores politicamente dominantes da sociedade brasileira sofriam as variações do câmbio de forma diversa, conforme explica Rangel:

Imaginemos uma indústria que suprise apenas parte das necessidades do mercado nacional (o cimento, por exemplo) e que usasse fatores nacionais ao lado de fatores estrangeiros (em iguais proporções, por hipótese). O preço dos

fatores nacionais é determinado pelo poder aquisitivo interno da moeda e os fatores estrangeiros, pelo tipo de câmbio vigente na importação. Para simplificar, suponhamos que o mesmo tipo de câmbio se aplique aos fatores e ao produto final da indústria, tornando o preço desse produto função do referido tipo de câmbio, tanto para o nacional como para o importado. (Rangel. 2005. p 341)

O choque externo, oriundo da crise de 1929 sobre a economia brasileira, manifestou-se primeiramente sob a forma de uma brutal queda nos preços e na receita das exportações, bem como na interrupção do influxo de capitais estrangeiros.

A atuação dos setores privados nos órgãos e aparelhos econômicos do Estado seguia um padrão dominante desde a década de 1930, por meio da estrutura sindical oficial e da representação hierárquica dos órgãos superiores, como as federações e confederações. Além disso, surgiram novos tipos de associações patronais, desencadeadas em um sistema paralelo de representação dos interesses privados.

Um problema oriundo da crise cambial foi o da dívida externa pública. Foram feitas tentativas de se evitar a desvalorização excessiva, tanto para não perder receita cambial gerada pelas exportações de café, quanto para tornar mais suficiente à liquidação dos compromissos em moeda conversível. Ainda assim, a crise tornou inviável o pagamento dos serviços da dívida.

No início de 1935, ocorre outra crise cambial. O ministro da fazenda adota um novo regime de câmbio, que vigora até 1937, em que 35% dos títulos cambiais de exportação deveriam ser repassadas ao Banco do Brasil à taxa oficial. Os demais 65% seriam negociados no mercado livre, onde seriam adquiridas também as cambiais necessárias ao pagamento de compromissos no exterior, exceto do governo.

Uma das conseqüências da adoção dessas políticas, em especial o controle (via câmbio) das importações, foi à proteção da indústria nacional, por dois lados: o acesso a bens de capital baratos, em função da desvalorização, e a proteção da produção doméstica no mercado interno, em função do controle cambial, conforme explica Rangel:

Esse sistema era também trabalhado por uma contradição interna, cujos efeitos se agravariam com o correr do tempo. A posição privilegiada em que fora colocada a indústria, operando em mercado interno fortemente protegido – vendendo a preços altos – ao mesmo tempo que contava com equipamento e ‘matérias-primas’ cada vez mais baratos, suscitou o aparecimento de ‘industria que nunca deveriam ter nascido’, nas palavras do ministro Osvaldo Aranha. (Rangel. 2005. p . 340)

A situação se estabiliza e apresenta mesmo alguma melhora ao longo do período, em função de um aumento de 20% no valor das exportações, até a recessão norte-americana de 1937 e 1938. Ocorre então, por essa época, um aumento das importações, em razão da recuperação do nível da atividade e que estivera muito deprimido no período de 1930 a 1932.

No período de 1934 a 1937, a agricultura cresce a 2% ao ano, a indústria, a 11%. Há crescimento de gêneros industriais não tradicionais, ou seja, alguma diversificação, mas ainda a maior da produção é a de bens de consumo.

Do ponto de vista dos parceiros comerciais do Brasil, há algumas alterações no período que merecem referência. Aumenta a participação alemã no comércio exterior, que passa de 12% em 1928 para 20% em 1938, à custa da Inglaterra, que reduz sua participação de 19% para 11% no mesmo período. Isto ocorre com base em um tratado de comércio bilateral de compensação entre Brasil e Alemanha, no final de 1934.

Em 1937, com o aumento das importações e a escassez de divisas, a política econômica brasileira passou a dar prioridade aos programas de investimento frente à liquidação de compromissos externos. No final do ano, após o golpe de novembro, foi novamente adotado o monopólio cambial do governo, com base em uma taxa única desvalorizada e um sistema de controle cambial semelhante ao que havia sido implantado em 1931. Esse regime cambial seria mantido até 1939, quando a missão Aranha visita os EUA, marcando o início de um longo período de relações especiais entre o Brasil e os Estados Unidos.

A participação norte-americana se mantém relativamente estável, entre 25% e 30% entre 1928 e 1938. Em 1935, é realizado um tratado de comércio com os Estados Unidos, no qual o Brasil concede redução de tarifas a produtos norte-americanos em troca de manutenção dos principais produtos brasileiros nos Estados Unidos livres de impostos.

Nos períodos anteriores (1940 e 1950) o crescimento industrial absorvia imenso contingente de mão-de-obra, amenizando os efeitos da crise agrária. Isso dá à questão agrária brasileira um caráter cíclico. A esse problema soma-se um segundo: a superprodução de determinados produtos voltados ao mercado externo (como o café). Contudo, aponta Rangel, havia escassez de mão-de-obra agrícola nos períodos de maior necessidade e, também, de determinados alimentos, gerando crises de abastecimento.

A realização ou não de uma reforma agrária e o seu modelo estaria ligada a uma melhor estratégia levando em conta a dualidade em que o país estaria vivendo. Dessa forma, a reforma agrária (ou o modelo de reforma) não seria uma bandeira de todos os tempos, mas era motivada pelas características econômicas da época em que é proposta, conforme explica Rangel:

Com efeito: há tempos que o preço da terra comporta-se como função da conjuntura do setor capitalista da economia. Não como função direta, mas inversa: o preço da terra sobe quando a economia entra em declínio cíclico e baixa quando a conjuntura volta a elevar-se – nas fases recessivas e ascendentes dos ciclos internos ou juglarianos brasileiros, respectivamente. (Rangel. 2005. p. 701)

Para Rangel estava claro que a superação dos problemas da crise agrária brasileira deveria vir pelo recurso a novas formas de produção com o aprofundamento da divisão social do trabalho: “Dia virá em que esse modo de produção estruturado na fazenda capitalista terá que ceder o passo a algo de mais progressista ainda, mas esse novo esquema será ou a fazenda coletiva, ou a fazenda do Estado, nunca o retorno à pequena produção familiar de mercadorias, como teria resultado se nós, os revolucionários dos anos 1930,

nos quadros da Aliança Nacional Libertadora, tivéssemos podido impor nosso ponto de vista de então” (Milagre e Antimilagre, p.91).

Assim, a fazenda capitalista é algo progressista em relação ao antigo latifúndio semifeudal, que mantinha no seu interior a família camponesa com sua produção de subsistência e baixíssima produtividade (tanto da mão-de-obra quanto da terra). O capitalismo na agricultura traz novas possibilidades técnicas que distanciam as condições de produção da fazenda e da pequena produção de mercadorias, com a introdução de inovações mecânicas e aplicação de conhecimentos da biologia e da química para o tratamento dos solos e desenvolvimento de novas plantas.

Atualmente parece haver entre as esquerdas uma aversão, e condenação, à tecnologia para a melhoria das condições de vida no campo. Para Rangel, o desenvolvimento capitalista sob a hegemonia da terceira dualidade gerou transformações na agricultura que provocaram grande crise agrária. A modernização gerou um excedente de mão-de-obra no campo desestruturando o complexo rural, onde a unidade familiar tendia à auto-suficiência. À medida que o processo de industrialização promove a modernização da indústria pesada – ao mesmo tempo em que ocorre a modernização do campo –, a questão agrária, antes só manifestada nos períodos de crise, torna-se permanente.

Diferentemente do pensamento corrente na esquerda de então, para Rangel a solução não viria da recomposição da economia camponesa, mas sim do incentivo ao uso capitalista da terra para enfraquecer o latifúndio atrasado e combater o alto preço da mesma. Além disso, propunha a sustentação do complexo rural através de lotes onde a família pudesse obter uma produção de autoconsumo complementar, aplicando o seu excedente de mão-de-obra.

2.4 - Primeiro Governo Vargas.

O período que se inicia é a Revolução de 1930, reconhecido por ser o começo do processo de industrialização por substituição de importações brasileiro, não só por conta da alteração da conjuntura política interna, mas também em função de uma situação peculiar engendrada pela dimensão da

crise do café de 1929 – e que, segundo a tese clássica de Furtado (2001), permitiu, pela primeira vez na história do país, a internalização da dinâmica da economia.

O mercado cafeeiro encontrou-se em uma situação de desequilíbrio estrutural entre demanda e oferta, configurando claramente a superprodução do setor ao longo da República Velha. A própria estrutura do modo de produção cafeeira colaborava para uma propensão à superprodução. A política de defesa do café, ainda que tenha permitido uma sustentação da renda do setor por algum tempo, apenas adiou a resolução do problema e o agravou.

A crise do café em 1929 tornou a política de defesa do café incapaz de sustentar o setor, embora tenha conseguido minimizar as perdas. Isso se deu por uma confluência de fatores, como a seqüência de safras elevadas nos anos que precederam a crise e nos primeiros anos dela, aumentando significativamente as necessidades de estocagem.

Em 1927 e em 1929 houve safras recordes e a produção máxima seria atingida em 1933, devido aos plantios realizados em 1927 e em 1928. Outros fatores foram à inviabilidade de obter empréstimos capazes de sustentar os estoques, em função da crise mundial, e a depressão econômica nos principais países importadores.

O resultado foi à redução dos preços do café e das receitas de exportação e, logo, da capacidade de importar do país. A crise foi seguida pelo fim da Caixa de Estabilização e da desvalorização cambial, o que ajudou a amenizar os efeitos da baixa do preço sobre o setor cafeeiro. Contudo, não se resolvia o outro lado da questão: não havia como absorver a totalidade da produção, conforme explica Furtado: “Dependendo, assim, fundamentalmente da estrutura de oferta, o preço do café atravessou o decênio dos anos trinta totalmente indiferente à recuperação que, a partir de 1934, se operava nos países industrializados” (Furtado, 2001).

A reação do governo federal à situação foi a de retomar a política de defesa do café, gerando conseqüências fundamentais para o desenvolvimento

futuro da economia brasileira. Decisiva foi à maneira como foi executada esta defesa.

A resposta que se deu ao problema foi colher o café, pois deixá-lo no pé implicaria perdas que se concentrariam no setor cafeeiro. Havia também a questão sobre como distribuir as perdas entre os cafeicultores. Com relação ao destino do café colhido, fez-se um pouco de cada coisa: forçou-se o mercado, com o aumento do volume físico exportado de 25%, entre 1929 e 1937; estocou-se o que era viável esperar que fosse vendido num prazo razoável; e se destruiu grandes quantidades de café – entre 1931 e 1943 foram queimadas mais de sete milhões de sacas, variando entre 10% e 40% das safras correntes.

O financiamento do excedente retirado do mercado, evidentemente, teria que ser feito com base em recursos internos, que vieram de duas fontes principais: a tributação do café exportado e a expansão de crédito (ou emissão de moeda).

Do ponto de vista do setor cafeeiro, a política de defesa adotada contra a crise foi capaz tanto de impedir que os preços caíssem mais, quanto, novamente, socializar grande parte das perdas oriundas da situação. Mas ainda que se observasse os efeitos pretendidos pela política levada a cabo, suas conseqüências a suplantariam em muito.

Ao se realizar a colheita do café, ainda que para destruí-lo – na medida em que a compra do excedente colhido foi feita com base em crédito –, a política de defesa resultou na manutenção da renda monetária tanto do próprio setor cafeeiro quanto nos setores cuja renda era introduzida por este, via multiplicador.

A política de defesa do café constitui, portanto, uma política anticíclica de manutenção da renda e do emprego. Trata-se, segundo Furtado, de uma política keynesiana *avant la lettre*. "Dessa forma, a política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados" (Furtado, 2001).

Este foi o motivo pelo qual o impacto da crise no Brasil foi relativamente menor e a recuperação da economia, mais rápida do que em outros países – particularmente os EUA. Além disso, há conseqüências estruturais da maior importância para o modo de produção do país. A peculiar gravidade da crise, associada à reação à mesma, engendrou algumas situações historicamente inéditas.

Além disso, a situação de prostração do setor cafeeiro – embora a produção para o mercado interno se tornasse relativamente interessante –, propiciou um desvio do setor, que perdia, pela primeira vez desde sua ascensão, a posição de foco de investimentos.

Ocorreu, portanto, um conjunto de transformações: começando pelo desvio da demanda para o mercado interno, simultaneamente à proteção da produção interna pela desvalorização da moeda, e maior atratividade do investimento para esta produção.

Esse conjunto de fatores, praticamente de forma imediata, implicou em uma redução do coeficiente de importações da economia brasileira, que se tornou estrutural na medida em que atuou o terceiro fator. Mais do que isso, o que aconteceu foi um deslocamento do centro dinâmico do modo de produção capitalista, que passou a residir pela primeira vez no mercado interno – em particular, no setor industrial.

A princípio, o crescimento da produção industrial esteve condicionado à capacidade produtiva ociosa, dado o estrangulamento particularmente agudo da capacidade de importação nos primeiros anos de crise. Mais adiante, foi possível contar com a importação de equipamentos usados a baixo custo, junto a empresas falidas, durante a crise. E também já havia, em alguma medida, produção interna de bens de capital, que também se beneficiava da proteção cambial.

As mudanças políticas ocorridas em 1930, e ao longo da década, foram decisivas para a perenidade dessas transformações. Uma reversão da desvalorização cambial seria de se esperar, uma vez que o setor exportador se recuperasse, como resultado econômico desta recuperação sob câmbio

flexível. Todavia, tal alteração implicaria em um retrocesso do ponto de vista dos setores voltados ao mercado interno, que perderiam sua proteção cambial.

A revolução de 1930 e a ascensão política do setor industrial ao longo da década formaram as condições políticas para uma política cambial diferente daquela praticada durante a República Velha. A expansão do setor industrial, mais sensível às variações cambiais, forneceria as condições econômicas.

De qualquer forma, o regime cambial e o nível do câmbio tornaram-se alvo de disputa política, uma vez que, pela primeira vez, setores politicamente dominantes da sociedade brasileira sofriam as variações do câmbio de forma diversa.

O choque externo, oriundo da crise de 1929 sobre a economia brasileira, manifestou-se primeiramente sob a forma de uma brutal queda nos preços e na receita das exportações, bem como na interrupção do influxo de capitais estrangeiros. Rompe-se com a caixa de estabilização em meados de 1930 e, a partir de 1931, o mil-réis desvaloriza 55%. Neste período, adota-se uma política cambial restritiva.

Em setembro de 1931, os pagamentos da dívida pública são suspensos, o monopólio cambial do Banco do Brasil é reintroduzido e se estabelece um controle cambial, com distribuição de divisas de acordo com prioridades, que se manteve até 1934.

Uma das conseqüências da adoção dessas políticas, em especial o controle (via câmbio) das importações, foi à proteção da indústria nacional, por dois lados: o acesso a bens de capital baratos, em função da desvalorização, e a proteção da produção doméstica no mercado interno, em função do controle cambial.

Um problema oriundo da crise cambial foi o da dívida externa pública. Foram feitas tentativas de se evitar a desvalorização excessiva, tanto para não perder receita cambial gerada pelas exportações de café, quanto para tornar mais suficiente à liquidação dos compromissos em moeda conversível. Ainda assim, a crise tornou inviável o pagamento dos serviços da dívida.

O Brasil decidiu unilateralmente a forma de pagamento, suspendendo os empréstimos norte-americanos, e apenas gerou mais problemas, uma vez que incorreria novamente em atrasos comerciais em 1932 e em 1934.

A partir de 1934, cresce a pressão norte-americana contra o controle cambial no Brasil, em busca de um regime de câmbio preferencial. Uma missão é enviada ao Brasil, solicitando apenas um relaxamento do controle. Em setembro de 1934, como consequência, toda a cobertura cambial gerada por exportações, exclusive de café, foi liberada do controle cambial.

No início de 1935, ocorre outra crise cambial. O ministro da fazenda adota um novo regime de câmbio, que vigora até 1937, em que 35% dos títulos cambiais de exportação deveriam ser repassadas ao Banco do Brasil à taxa oficial. Os demais 65% seriam negociados no mercado livre, onde seriam adquiridas também as cambiais necessárias ao pagamento de compromissos no exterior, exceto do governo.

A situação se estabiliza e apresenta mesmo alguma melhora ao longo do período, em função de um aumento de 20% no valor das exportações, até a recessão norte-americana de 1937 e 1938. Ocorre então, por essa época, um aumento das importações, em razão da recuperação do nível da atividade e que estivera muito deprimido no período de 1930 a 1932.

No período de 1934 a 1937, a agricultura cresce a 2% ao ano, a indústria, a 11%. Há crescimento de gêneros industriais não tradicionais, ou seja, alguma diversificação, mas ainda a maior da produção é a de bens de consumo.

Do ponto de vista dos parceiros comerciais do Brasil, há algumas alterações no período que merecem referência. Aumenta a participação alemã no comércio exterior, que passa de 12% em 1928 para 20% em 1938, à custa da Inglaterra, que reduz sua participação de 19% para 11% no mesmo período. Isto ocorre com base em um tratado de comércio bilateral de compensação entre Brasil e Alemanha, no final de 1934.

A participação norte-americana se mantém relativamente estável, entre 25% e 30% entre 1928 e 1938. Em 1935, é realizado um tratado de comércio com os Estados Unidos, no qual o Brasil concede redução de tarifas a produtos norte-americanos em troca de manutenção dos principais produtos brasileiros nos Estados Unidos livres de impostos.

2.5 – O Governo Dutra e a Cepal.

Em 1945, a individualidade democrática do proletariado derrubou o governo Vargas e, antecipando-se a esse fato, o General Dutra fez-se o candidato da oposição pelo voto direto.

O General Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da República em 02/12/1945, com mandato de cinco anos. Constituiu um governo afinado com o norte-americano de Truman, desenvolvendo uma política liberal que contrastava com a política intervencionista de Vargas.

O início do governo Dutra é marcado por uma ênfase nas virtudes do liberalismo econômico. Do ponto de vista externo, as motivações para tanto residiam nas expectativas geradas pelos acordos de Bretton Woods (1944) – que preconizava a livre convertibilidade das moedas, num sistema que teria o dólar como moeda internacional de reserva, a redução dos obstáculos e a multilateralização do comércio internacional – e a criação do FMI, do BIRD e do GATT.

Internamente, também havia motivações. O governo brasileiro, naquele momento, considerava confortável sua posição de ponto de vista de suas reservas internacionais, que havia se avolumando durante o conflito. Também se julgava credor dos EUA devido à colaboração na guerra, tinha a expectativa de aumento nos preços do café em decorrência da eliminação do preço-teto em julho de 1946 pelos EUA, e a expectativa de aumento de fluxos de capital para o país.

Diante desse quadro de otimismo em relação ao setor externo, a política econômica definiu como prioritário o combate à inflação, diagnosticando como

causa os déficits orçamentários do governo da União. Em decorrência, foram adotadas políticas monetária e fiscal contracionistas.

A política econômica externa promoveu um relaxamento dos controles cambiais e a taxa cambial foi fixada. O câmbio encontrava-se sobrevalorizado, uma vez que foi mantido no mesmo nível em que estivera durante a guerra, e a inflação brasileira durante o período ultrapassou significativamente o patamar norte-americano.

Os motivos para sustentar essa política foram o atendimento à demanda contida de matérias-primas e de bens de capital para reequipamento da indústria, desgastada durante a guerra, a contenção dos preços industriais, e o estímulo ao ingresso de capitais pela liberalização relativa dos controles cambiais.

Das reservas internacionais existentes, metade era em ouro – mas esta parte era considerada estratégica –; um terço, em libras esterlinas, não conversíveis naquele momento; e um sexto, efetivamente, conversível em dólar. Entretanto, parte do superávit que o país obtinha dava-se na área inconversível, enquanto incorria em déficits com os EUA. O fato é que houve rápido esgotamento de divisas conversíveis.

O problema, aliás, estava longe de ser exclusivamente brasileiro naquele momento. Conhecido como escassez de dólares, resultava de um forte desequilíbrio nas transações em ouro e em dólar do resto do mundo com os EUA.

A esperança de captação de recursos externos também se revelou excessiva, na medida em que se alterou a posição dos EUA com relação ao Brasil, dada a prioridade da reconstrução européia. Esse fato resultou da impossibilidade prática de se instaurar o acordo de Bretton Woods e da conseqüente adoção de uma implementação gradual. Acordos internacionais provenientes dessa alteração são o Plano Marshall e o malogro da conversibilidade da libra esterlina, ambos em 1947.

Desfeitas as ilusões a respeito das restrições externas, a desvalorização do câmbio seria uma alternativa natural. No entanto, não foi adotada pelo governo Dutra, pois, dada a inelasticidade-preço da demanda por café, o câmbio sobrevalorizado podia ser utilizado para sustentar os preços e a receita de exportação do produto. Porém, existia temor de pressões inflacionárias, já que 40% das exportações dirigiam-se à área de moedas conversíveis.

Por um lado, desvalorizar o câmbio – devido a inelasticidade-preço da demanda por café – levaria a uma queda da receita de divisas da área conversível, justamente o problema a ser resolvido. Por outro lado, resultaria em superávits na área conversível, pressionando a base Monetária, dado o câmbio fixo.

O sistema de licenciamento de importações foi eficaz na redução do déficit com a área conversível, mas resultou em perda da competitividade das exportações brasileiras – em função da sobrevalorização e da reorganização da economia mundial no pós-guerra e, conseqüentemente, contração das exportações. A exceção era o café, que se recupera no período de 1946 até 1950 graças ao aumento de preços, dado o fim do preço-teto.

O sistema de licenças teve outras conseqüências e foi importante para o crescimento da indústria no pós-guerra, que resultou no controle de importações, agravando o desequilíbrio externo. De qualquer forma, o controle das importações implicou em uma proteção da indústria doméstica, na medida em que restringia a entrada de produtos competitivos, mas tidos como não essenciais.

Por outro lado, o câmbio sobrevalorizado representou um subsídio à indústria na medida em que permitia a aquisição de bens de capital importados relativamente mais baratos. Tal situação, conjugada à expansão do crédito para a indústria, no período, configurou um significativo incentivo à inversão em atividades industriais. Entre 1946 e 1950, a indústria de transformação cresceu 9% ao ano, com destaque para os bens de consumo duráveis e para o setor privado.

Em 1949, há uma reversão dessa postura com a entrada de Guilherme da Silveira no Ministério da Fazenda. A partir desse momento, passam a ser registrados déficits públicos, ampliação real do crédito via Banco do Brasil e aumento da inflação e do crescimento.

Na década de 1940, delineavam-se dois blocos de interesses: forças sociais em favor do desenvolvimento capitalista autocentrado e fortalecimento da nação, e outro, com forças agro-exportadoras e imperialistas, interessadas em manter a periferia como celeiro do mundo.

O início do governo Dutra é marcado pela ênfase nas virtudes do liberalismo econômico, cujas motivações residiam nas expectativas geradas pelo acordo de Bretton Woods (1944), que preconizava a livre convertibilidade do comércio internacional.

O desenvolvimento capitalista surgiu na década de 1950. Um fator crucial e favorável para incentivos políticos econômicos – que para muitos é conhecido como estado de planejamento – foi o modo de produção do pós-guerra, favorável à expansão do capitalismo brasileiro. O Brasil levou vantagem durante o conflito mundial, pois em um primeiro momento, permaneceu na posição neutra, sendo que possuía uma estrutura totalitária do Estado Novo. Quando o Brasil optou pelo lado dos aliados, tratava-se de uma fase de vitória garantida, e o incentivo militar que o país enviou à guerra foi irrisório.

O choque adverso da segunda guerra mundial teve um efeito positivo no modo de produção nacional, uma vez que não podia importar e foi obrigado a iniciar o processo de industrialização por substituição de importações. Isso permitiu ao Brasil aumentar sua produção industrial com a mesma capacidade instalada e chegar ao pós-guerra com um nível de produção favorável.

Tendo alcançado a primeira etapa do desenvolvimento capitalista industrial, de bens de consumo não duráveis, avançou para a segunda etapa, de bens de consumo duráveis, que cumpriu e lhe abriu caminho para a terceira, de bens de capital para a fomentação de completar a indústria de base.

Na década de 1950, a economia mundial favorecia os interesses brasileiros. A Europa encontrava-se em reconstrução social, econômica e política, e os EUA utilizavam seu capital por meio do plano Marshall para conter a invasão vermelha pela URSS, favorecendo o crescimento capitalista. A situação externa era difícil e veio a se agravar, com a bipolarização entre EUA e União Soviética, e com a internalização do capital em sua fase de expansão.

A prioridade eram os 41 projetos de investimento em infra-estrutura nos ramos de transporte ferroviário, energia elétrica, navegação costeira, portos, agricultura, indústria básica, estradas de rodagem e armazenagem.

O obstáculo era a valorização cambial, que estimulava a importação de bens de capital e desestimulava o investimento do exterior, embora constatada a necessidade de investimentos externos devido à insuficiência da poupança nacional.

A Cepal foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com sede em Santiago. É uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU), visando coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social da região latino-americana e reforçando as relações econômicas e sociais dos países do cone sul, tanto entre si quanto destes com as demais regiões do mundo, conforme explica Barbosa:

... por isso, a formação das comissões econômicas para a Europa (Cepe – EEC), para a África (Cepa – ECA), para a América Latina (Cepal – Ecla) e para a Ásia e Extremo Oriente (Cepaeo – Ecafe). A teoria keynesiana, ao descobrir vários equilíbrios parciais e possíveis, eliminou pelo menos por um tempo a idéia fixa de que as condições de equilíbrio precisavam ser preservadas para o crescimento econômico. Esta concepção era fruto de uma extrapolação excessiva das condições dos países mais industrializados para todas as economias e não podia sequer ser aplicada a tais países, senão se abstraindo o comércio internacional. A estagnação ou a depressão podendo ser vistas como uma ausência de procura afetiva, faziam ressaltar o caráter necessário das flutuações econômicas e reforçavam o papel da gestão econômica e do planejamento. (Barbosa. 2004. p. 178).

Na década de 1950, recebeu forte herança desenvolvimentista, moldando seu pensamento com as teorias do argentino Raul Prebisch. Entre os brasileiros que se destacam na construção do pensamento cepalino, podemos citar Celso Furtado, esclarecendo em uma reunião com Getúlio Vargas, a importância do apoio recebido pelo governo brasileiro:

Vargas nos recebeu na grande sala de despacho e nos convidou a sentar. Manobrando o charuto, podia desviar a vista para um lado e outro, observando-nos discretamente. Era evidente que Cleantho o havia posto ao tanto do essencial, e ele estava contente. Começou indagando sobre as pessoas dos interlocutores. Cleantho atalhando uma observação dele argüiu que não era assim tão jovem, pois havia sido oficial da expedição brasileira na Itália. Ele mostrou um vivo interesse. Mas foi quando se falou de problemas internacionais que se expandiu. Indagou da composição da Comissão, da forma como trabalhava e até mesmo de seu custo para os países membros.

Furtado continua esclarecendo sobre a constituição da Cepal destacando a inteligência de Prebisch em levar adiante um projeto de pesquisa econômico para a América Latina.

A este respeito Prebisch esclareceu que eram modestos os custos para os países latino-americanos, posto que se inseriam no conjunto dos gastos das Nações Unidas, que eram financiados por todos os membros da organização. Certamente estava dando eco ao argumento que circulava nas chancelarias de que a fusão com a OEA representaria importante economia para os governos da região. Fazendo-se de desentendido, Vargas indagou se não se tratava de instituição cuja liquidação havia sido objeto de *démarches* recentes. E sem esperar resposta foi afirmando: 'sabendo que havia interesses mobilizados para eliminá-la, procurei informar-me do que se tratava. Foi então que me decidi a apóia-la'. Prebisch aproveitou a oportunidade para relatar o que havia ocorrido e enfatizar o quão decisivo tinha sido o apoio do governo brasileiro. Vargas ouviu imperturbável e, como se desejasse abreviar um ponto sensível, passou a perguntar sobre a natureza dos trabalhos que vinha produzindo a Comissão. Prebisch aproveitou para fazer uma daquelas sínteses magistrais, que lhe dão um tremendo poder de convencimento. O propósito central, disse, era contribuir para o esclarecimento dos principais problemas com que se defrontam os países latino-americanos na fase atual. (Furtado. 1985. p. 122).

A Cepal fomentou uma escola de pensamento especializada em exames das tendências econômicas e sociais dos países latino-americanos, teve seu trabalho ampliado para os países do Caribe e incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento capitalista.

A produção teórica e os planos de desenvolvimento são o produto das concepções analíticas da Cepal, como o conceito de Centro e Periferia. O pensamento cepalino possui preocupação com a independência política, econômica, cultural e a constituição de uma identidade nacional. O resultado do esforço teórico histórico é o método estrutural-histórico de análise do subdesenvolvimento periférico Brasileiro, conforme explica Bielschowsky:

Em outras disciplinas das ciências sociais, como a lingüística e a antropologia, onde o 'estruturalismo' se origina, este tipicamente corresponde a um instrumental metodológico sincrônico ou a - histórico. Diferentemente, na análise econômica cepalina, o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que se presta mais ao método 'indutivo' do que a uma 'heurística positiva'. Daí resultam fundamentos essenciais para a construção teórica da análise histórica comparativa da CEPAL: as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam – mais que determinam – comportamentos específicos, de trajetórias a priori desconhecidas. Por essa razão, merecem e exigem estudos e análises nos quais a teoria econômica com 'selo' de universidade só pode ser empregada com qualificações, de maneira a incorporar essas especificidades históricas e regionais. (Bielschowsky. 2000. p. 20 e 21).

Mediante uma forma didática, o paradoxo contido na convivência entre o discurso universal da burguesia esclarecida e a dependência econômica associada à manutenção de estruturas sociais eticamente condenáveis, na posição do trabalho servil, pode se reafirmar na recapitulação crítica do pensamento econômico latino-americano – a formulação cepalina.

A Cepal preconizava que o desenvolvimento do país deveria passar, necessariamente, por um amplo programa de industrialização por substituição de importações, visando fomentar o mercado interno, aumentar a renda nacional e a produtividade do trabalho, evitando a deterioração dos termos de troca. O modelo de crescimento para dentro insere o dinamismo em nossa nação como fator decisivo para o desenvolvimento capitalista independente.

A existência da deterioração dos termos de troca nas economias periféricas deve-se a descontinuidades internas dessas economias e à importância do setor de produtos primários para abastecer o externo. O programa tinha o intuito de possibilitar o surgimento de um setor industrial, produtor de manufaturados, que permitisse um acúmulo de capital suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento capitalista, conforme explica Prebisch:

O aumento da renda média *per capita* só poderá ser obtido de duas maneiras. Primeiro, através do aumento da produtividade, e segundo dada uma determinada produtividade, através do aumento da renda por trabalhadores na produção primária, comparada a rendados países industrializados que importam parte dessa produção. Esse reajuste, como já foi explicado, tende a corrigir a disparidade de renda provocada pela forma como o fruto do progresso técnico é distribuído entre os centros e a periferia. (Prebisch. 2000. p 116).

A Cepal forneceu subsídios analíticos e ideológicos de afirmação nacional para os setores nacionalistas, traduzidos em estratégias e planos para o desenvolvimento do continente, representando as forças nacionalistas.

O padrão de acumulação teve expansão no D3, para a existência de uma demanda reprimida, conforme apontava o relatório do BNDE-CEPAL. Com o excedente de mão-de-obra, os salários reais tornavam-se constantes e o grau de concentração de renda se ampliava a partir de uma classe social de trabalho improdutivo, o que sustentava o excedente social produzido pelo setor privado.

A análise cepalina revela que as economias subdesenvolvidas não são meros apêndices do imperialismo, mas responsáveis por sua própria capacidade propulsora interna. O pensamento cepalino apresenta soluções para superar o subdesenvolvimento, como a política deliberada de desenvolvimento industrial para o mercado interno por meio de reforma agrária, alocação de recursos produtivos e retenção de produtividade do trabalho.

A reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente dentro do modo de produção brasileiro, face à ausência de bases materiais de produção de bens de capital e de outros meios de produção.

O processo de constituição dos meios de produção capitalistas, como o processo de passagem ao modo específico capitalista de produção, é caracterizado pelo capitalismo industrial. Prende-se a um desenvolvimento capitalista dos meios de produção cuja natureza e ritmo estão determinados por um tempo de acumulação de capital.

Os países subdesenvolvidos têm como características econômicas o predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e o predomínio do mercado externo sobre o interno. As decisões econômicas que evidenciam a situação de dependência dos países subdesenvolvidos quanto à produção e ao consumo são provenientes das economias desenvolvidas, conforme explica Rodriguez:

De uma perspectiva estritamente analítica, a interpretação que a CEPAL dá ao processo de industrialização de periferia aparece como a justaposição de uma série de análises parciais, que mostram graus distintos de precisão e coerência. Parte da argumentação se desenvolve com base em instrumentos extraídos da teoria dos ciclos e parte, com base em conceitos de cunho neoclássico, como os de inadequação da tecnologia e disparidade de elasticidade. No entanto, em todos os casos, a adaptação de instrumentos se realiza com a finalidade de incorporar à análise certas características de estruturas que se consideram próprias da condição periférica. São elas que, em última instância, explicam os fenômenos e as tendências consideradas. Assim, a necessidade da industrialização, o seu caráter substitutivo de importações, a mudança na composição das importações e inclusive a tendência ao desequilíbrio externo refletem a especialização da estrutura produtiva da periferia e o tipo de relação entre periferia e centro, implícito no conceito de especialização. Ou, em outras palavras, tais fenômenos e tendências refletem o modo como se vai transformando a estrutura produtiva periférica durante o desenvolvimento voltado para dentro, visando a superar a especialização e chegar à diversificação, mas sem consegui-lo cabalmente. (Rodriguez. 1981. p. 95).

É necessário entender o atraso e os entraves ao desenvolvimento das economias periféricas, ou seja, o subdesenvolvimento, acolhido ao capital

estrangeiro para financiar indústrias de bens de capital, insumos e bens de consumo.

Os países que se encaixam na situação de subdesenvolvimento estão subordinados às relações exteriores e à reorientação do comportamento social, político e econômico em função dos interesses nacionais.

A teoria cepalina do desenvolvimento do capitalismo nacional não era contra a participação do capital internacional nem da burguesia nacional, que, pelo contrário, aumentava a acumulação de capital. Mas avaliou os desdobramentos dessa forma de desenvolvimento com dependência exterior e conseqüências sociais e políticas.

2.6 – Segundo Governo Vargas.

No dia 03/10/1950, Getulio Vargas, candidato do PTB à Presidência da República em aliança com o PSB, é eleito democraticamente, tomando posse em 30/01/1951. A ênfase da política adotada estava no incentivo ao desenvolvimento capitalista e no fomento da indústria no país. Em função disso, até o final da época democrática o “efeito Getulio” constitui o chamado Getulismo, com os candidatos à oposição formando o anti-getulismo.

Quando Vargas volta à Presidência da República, retoma a aspiração à industrialização por substituição de importações, acelerada como condição para o progresso social e a autonomia nacional. Tratava-se de um projeto político e econômico profundo e complexo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Ainda antes da posse de Getúlio, em dezembro de 1950, é constituída a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, com o objetivo de elaborar projetos de infra-estrutura a serem financiados pelo Banco de Exportação e Importação (Eximbanck) e pelo Banco Mundial. Por meio da Comissão, assegurava-se o financiamento de tais projetos, que permitiriam a superação de gargalos na infra-estrutura básica do país.

Definiu-se um programa capitalista de agricultura com um bloco integrado de inversões visando à indústria pesada, ou seja, de bens de capital,

paralelamente a um projeto de desenvolvimento urbano e de integração das massas de trabalhadores no processo de modernização.

Somente o Estado, por meio do planejamento econômico e da visão geral para comandar esse processo, poderia harmonizar a industrialização por substituição de importações. Além de promover a expansão da democracia e da liberdade no pós-segunda guerra mundial, o Estado se fez bastante presente na coordenação do planejamento econômico do país.

Diante da relativa melhora no cenário externo e dos desequilíbrios internos – inflação e déficits orçamentários –, Vargas definiu um projeto para seu segundo governo, a ser implementado em duas fases: a primeira, de austeridade econômica visando à estabilização, e a segunda, de obras e realizações.

Nos dois primeiros anos de governo, tratou-se efetivamente de comprimir as despesas do setor público, aumentar na medida do possível a arrecadação e conduzir a política monetária ortodoxa. A política creditícia, ainda que se pretendesse contracionista, moveu-se em direção contrária, dadas as dificuldades de controlar o Banco do Brasil. Houve também persistência do processo inflacionário.

A taxa cambial foi mantida fixa e sobrevalorizada. No entanto, houve um afrouxamento do controle sobre as licenças de importações ao longo dos sete primeiros meses de governo, tendo em vista uma possível generalização da Guerra da Coreia e a contenção de pressões inflacionárias. Essa liberalização acarretou um aumento significativo das importações, com destaque para os bens de capital, resultando em graves desequilíbrios na balança comercial – não apenas em decorrência do aumento das importações mas, também, de uma queda de 20% nas exportações em 1952.

A liberalização na concessão de licenças é progressivamente limitada. No entanto, as licenças já concedidas tinham vida útil de 6 a 12 meses, fazendo com que o nível das importações continuasse elevado, a despeito das restrições. Esse quadro se agrava até o colapso cambial, com o esgotamento

das reservas na área conversível, acúmulo de atrasos comerciais e continuados déficits comerciais.

Em janeiro de 1953, é promulgada a Lei 1807 ou, Lei de Mercado Livre, criando as taxa múltiplas de câmbio, com o objetivo de estimular as exportações e desestimular as importações não essenciais, e promovendo a liberalização do fluxo de capitais.

Além disso, no final de 1952, Eisenhower é eleito presidente dos EUA, o que trouxe um novo endurecimento da posição norte-americana com relação ao Brasil e, conseqüentemente, perda de apoio daquele país à Comissão Mista Brasil - Estados Unidos. Ainda assim, a Comissão trouxe conseqüências importantes, entre as quais certamente figura a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com o intuito de gerir os financiamentos dos projetos.

O mês de outubro de 1953 assistiria, também, à criação da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. – que, juntamente com o BNDE, constituiria a médio e longo prazos um importante fundamento institucional para o desenvolvimento capitalista do Brasil.

Nessa conjuntura, o programa inicial do segundo governo Vargas perde seus fundamentos quando o presidente decide então reorientar a política econômica do governo e, em junho de 1953, promove uma reforma ministerial. João Goulart assume a pasta do Trabalho e, Osvaldo Aranha, a da Fazenda – cuja política consistiu em nova tentativa de estabilização, agora com ênfase no ajuste cambial.

A Instrução 70 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), que instituiu o sistema de leilões e as taxas múltiplas de câmbio, permitiu encaminhar resoluções para diversos dos problemas em questão. Ou seja, promoveu a realização de amplas desvalorizações cambiais, que constituiriam um novo mecanismo para equilibrar a balança comercial, em substituição ao controle das importações. Assim, foi capaz de manter a política de importações seletiva, orientando as divisas disponíveis para bens considerados essenciais e protegendo a produção industrial doméstica. O recolhimento dos ágios nos

leilões tornou-se importante fonte de receita da União, ajudando a equacionar o desequilíbrio fiscal.

A Instrução 70 da Sumoc conduziu a uma evolução favorável do setor externo, deslocando o centro das preocupações para a inflação. A própria Instrução, ao promover desvalorizações, já introduzia alguma pressão inflacionária. Além disso, o aumento de 100% do salário mínimo concedido em 1º de maio de 1954 – a partir de uma proposta de João Goulart que havia desencadeado intensa polêmica e tensão política –, colocaria o programa de estabilização em dificuldades. Além disso, houve um boicote dos consumidores nos EUA ao café, apoiado por campanha governamental norte-americana, que provocou queda abrupta nas exportações brasileiras e recolocou no horizonte a possibilidade de uma crise cambial.

O traço característico do plano de desenvolvimento capitalista é a projeção de um bloco solidário de inversões no setor de bens de produção, que seria a condição para o crescimento continuado da produção nacional e a superação da dependência em relação às importações – reduzindo, assim, o grau de dependência do centro, que havia expandido e generalizado à produção e o consumo.

A política industrializante do segundo governo Vargas tinha como principal objetivo a superação de pontos de estrangulamento mediante investimentos nas áreas de energia e transportes.

Em 1951, delineava-se as bases da industrialização por substituição de importações, a partir de uma distinção entre os requerimentos de infra-estrutura e os de implantação das indústrias de base – como as de energia e transporte – a ampliação e a modernização da distribuição do serviço estatal.

As exigências de um plano de desenvolvimento econômico e social de ampla dimensão, devido à sua inserção na divisão internacional do trabalho, imporiam ao aparelho estatal impactos mais amplos com a criação de órgãos estratégicos, como o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

Em 1951, os políticos propunham novas ações de modo explícito, integrado e compatibilizado: o desenvolvimento da indústria de base no Brasil como forma de industrialização por substituição de importações de uma maneira autônoma.

A Comissão Mista Brasil - EUA, instalada em 27/01/1951, propunha investimentos prioritários em energia elétrica e transportes para eliminar os pontos de estrangulamento, aumento da produção agrícola e mineral, ampliação e instalação de novas fábricas, integração ao mercado interno e descentralização da indústria. Nos dois primeiros anos de governo, tratou-se de comprimir despesas do setor público e aumentar a arrecadação de impostos.

A avaliação da Comissão Mista Brasil - EUA sobre a economia brasileira tinha proposições próximas às da Cepal, pois o diagnóstico demonstrava que o crescimento industrial devia ser maior do que o da agricultura, e que a vocação industrial era superior à agrícola, fundamentando a hegemonia industrial.

Em 1952, Vargas anunciou uma reforma administrativa radical, montando uma comissão de especialistas para elaborar um projeto visando uma distribuição harmoniosa das atividades do Estado. Estas deveriam ser agrupadas pela semelhança de seus objetivos, amplificando o campo de ação de cada ministério e assegurando uma coordenação adequada de todas as atividades do sistema.

Também em 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que contou com um empréstimo compulsório sobre o imposto de renda e tinha o intuito de financiar investimentos em infra-estrutura.

Formado em 1953, o grupo nacionalista misto BNDE - CEPAL planejava na 1ª etapa fomentar a infra-estrutura e, na 2ª etapa, favorecer investimentos privados em bens de capital, promovendo a inserção do Brasil no cenário internacional. O objetivo era eliminar os pontos de estrangulamento, como energia elétrica, transportes e insumo básico, ou seja, a infra-estrutura com alocações de recursos do capital privado.

As recomendações visavam o esforço de uma poupança interna, fortalecendo os investimentos e a manipulação da taxa de câmbio. O aumento da procura por bens de capital, devido à desvalorização cambial, criou condições propícias à instalação de uma indústria de bens de capital.

O desequilíbrio provocou rápida desvalorização da moeda nacional e foi combatido, principalmente, com medidas de política cambial que impunham restrições ao uso de divisas obtidas com exportações.

Os projetos do segundo governo de Getúlio Vargas foram à implantação do projeto nacionalista, planejando consolidar o D1 (bens de capital), o controle do capital internacional e a busca pela autonomia do crescimento industrial.

Embora o governo Vargas não tenha criado estímulos específicos para a indústria privada, a importação de máquinas e equipamentos para a indústria foi facilitada mediante a concessão de licenças.

O aumento da demanda por importados criou dificuldades no balanço de pagamentos e respondeu parcialmente pelo declínio da taxa de expansão do produto industrial, no biênio 1951-1952.

A regulamentação do BNDE, em 1952, era a realização para as empresas nacionais, apesar do fracasso da política industrial – como toda a política pretendida –, devido à impossibilidade de construção do D1, mesmo com a construção da siderúrgica de Volta Redonda e CSN (Companhia de Siderurgia Nacional). Era a estrutura de um Estado técnico-administrativo e com elementos de planejamento, como fora a Comissão Mista Brasil - EUA e o grupo BNDE-CEPAL.

A expansão do Estado se complementaria com outros elementos, como a empresa pública e a vinculação setorial do empresariado aos projetos salientes de desenvolvimento capitalista, como a criação da Petrobrás e da Eletrobrás. A estatal seria a fórmula operacional para enfrentar as atividades de caráter industrial que o Estado reservara à implementação do plano de desenvolvimento capitalista.

O governo Vargas teve como um de seus pilares a regulação das relações entre capital e trabalho. A simples menção da legislação trabalhista, editada no primeiro governo Vargas, é suficiente para avaliar a extensão em que se promoveu a regulação das relações de trabalho.

Uma das dificuldades enfrentadas por Vargas advinha do fato de que a burguesia industrial brasileira possuía limites no comércio internacional de importações e exportações e, da mesma forma, não assumia o projeto Varguista nacionalista de industrialização por substituição de importações.

O caráter Varguista na área de infra-estrutura econômica não se esgotava – pelo contrário: favorável à ampliação e à modernização, tinha o programa de desenvolvimento da infra-estrutura superior à demanda existente, e vinculado à instalação, no país, de indústrias complementares para a execução e expansão.

É nessa ascensão da acumulação capitalista, que "não requer a destruição completa" das relações não-capitalistas – perpetuando-as –, que reside a "especificidade particular" do desenvolvimento capitalista brasileiro, segundo Oliveira (Oliveira. p. 37).

Ao analisar a substituição no padrão de acumulação, para dar mais ênfase à indústria de base e, assim, preparar o desenvolvimento econômico, Oliveira (2003) cria um padrão de acumulação a favor da industrialização por substituição de importações, por meio da divisão em três setores da economia:

DI – Bens de Capital;

DII – Bens de Consumo não duráveis (Principalmente dos Assalariados);

DIII – Bens de Consumo duráveis (Principalmente dos Capitalistas).

O DI é uma característica que já estava presente no primeiro governo Vargas, porém, só se materializa e se concretiza no segundo governo, mostrando que a industrialização foi idealizada em Vargas. Para Oliveira, a industrialização é uma resposta à crise dos anos 1930, na qual se baseia a lógica da divisão internacional do trabalho e os conceitos de centro e periferia.

A solução, então, só poderia partir de uma recessão – reduzindo a demanda interna por importações, o que poderia levar o Brasil de volta à condição de subsistência –, ou, ter a produção interna de todos os bens industriais demandados. Assim, no governo Vargas, planejava-se o desenvolvimento capitalista dos setores para a base da industrialização. Para Vargas, sem o DI não seria possível ter o DII e o DIII e, portanto, seria o que traria a autonomia da economia nacional periférica das economias centrais. Houve um rompimento não traumático da interdependência do centro com a periferia, sendo que o Brasil tentava alcançar o seu desenvolvimento independente.

Vargas abre mão do capital internacional para financiar a industrialização e não aceita os financiamentos estrangeiros. Não queria ter sócios no processo de industrialização, pois era necessário conseguir recursos por meio das exportações que trouxeram moeda forte para o financiamento, principalmente das importações de bens de capital.

As medidas desencadearam benefícios para a industrialização brasileira, com subsídio de importação de bens de capital e intermediário e protecionismo contra a importação de bens competitivos, aumentando a rentabilidade da produção para o mercado interno.

No entanto, ocorre uma transferência de recursos do setor exportador para a indústria e uma diminuição das exportações. Era assim, necessário, fazer a transferência sem reduzir a rentabilidade das exportações, tentando manter o preço do café no mercado internacional.

Tratava-se de uma época de nacionalismo e hostilidade ao imperialismo existente nas atividades agro-exportadoras, bem como de restrição a investimentos estrangeiros em serviços públicos, energia, ferrovias, atividades ligadas à exportação de produtos primários e à segurança nacional.

2.7 – Economia Internacional e o ISEB.

A segunda guerra mundial foi um catalisador do desenvolvimento industrial. A interrupção das navegações dificultou a importação de bens de

capital, impossibilitando o aumento da capacidade produtiva, impactou no aumento da utilização da capacidade de produção de artigos têxteis e alimentícios e restringiu a expansão da capacidade de produção.

Os ramos de maior crescimento após a segunda guerra mundial foram cimentos, ferros, aços e metal-mecânicos – máquinas agrícolas pesadas, máquinas industriais, aparelhos elétricos, equipamentos de construção e de transporte, entre outros –, papel e celulose, produtos de borracha, química e farmacêutica, óleo de caroço de algodão, têxteis, carnes congeladas e industrializadas.

Nos anos que precederam a segunda guerra mundial e nos primeiros anos do conflito, o recurso por parte dos EUA a incentivos econômicos para garantir apoio e influência política na América Latina pautou a relação de companheirismo. Ainda assim, contribuíram para fim da do Estado Novo.

Inicialmente, a segunda guerra mundial provocou restrições ao funcionamento da indústria, dada a limitação de diversos tipos de importações. Entre 1939 e 1942, a indústria cresceu apenas 3,9% a.a., inferior ao registrado nos anos 1930.

Entre 1942 e 1945, a indústria cresce aceleradamente: média de 9,4% a.a. Alguns ramos foram beneficiados pelos esforços de guerra, como a borracha e os têxteis, que cresceram 20% e 9,4%, respectivamente.

A segunda guerra mundial representou um período de aumento na produção. Houve pouca formação de capital durante a guerra, com exceção das indústrias siderúrgica e de cimento. A dificuldade de aumentar a capacidade produtiva levou à utilização mais intensa do capital existente.

Ao final da guerra, grande parte da capacidade industrial encontrava-se em estado de deterioração e obsolescência. Em 1941, a balança comercial foi superavitária devido ao aumento das exportações para países aliados, à recuperação do preço do café e à redução das importações.

A guerra da Coreia ameaçou os fluxos de comércio exterior, forçando, no Brasil, uma antecipação de importações. Vargas iniciava programas de

investimento em infra-estrutura (energia e transportes) que exigiam importações e, portanto, demandavam divisas.

Furtado (2001) verificou que o desempenho industrial no período 1939-1945 dependia muito de insumos importados. Assim, a evidência empírica sugere que a limitação das importações restringiu o crescimento da indústria. Com as importações restringidas, a reposição de máquinas antigas e desgastadas era difícil e, assim, durante a segunda guerra mundial, a indústria manteve elevada à ocupação da capacidade produtiva.

O ISEB (Instituto Superior de Estudo Brasileiro) foi criado no dia 4 de julho de 1955, pelo decreto de lei número 57.608 para substituir o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). O ISEB era subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, mas tinha liberdade de pesquisa e estudos.

O ISEB era formado por um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades, que formulou uma observação lógica e abrangente sobre o Brasil e seu processo de desenvolvimento econômico via industrialização. Além disso, buscou uma nova interpretação fundada nos conceitos de revolução capitalista e, principalmente, revolução nacional. A perspectiva abrangente do ISEB é contemporânea e, ao mesmo tempo, equivalente ao pensamento cepalino.

O Instituto tinha como objetivo o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, além de permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Foi um dos centros mais importantes na elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista, justamente de onde Rangel recebeu a maior influência teórica.

Rangel realizou debates acadêmicos na fase de efervescência da inteligência nacional por meio do ISEB, no Rio de Janeiro. Pertencia a um grupo heterogêneo, cuja única centralidade era uma grande preocupação com o Brasil, juntamente com figuras como Roberto Campos, que fazia parte do

ISEB. Havia também seu debatedor predileto – aquele com quem gostava de brigar, passou a vida inteira brigando, brigou até a morte, de forma extremamente carinhosa: Guerreiro Ramos, o conhecido Guerreirão. Tratava-se do grande sociólogo, mestre de gerações e com o qual ele debatia de maneira franca e saudável a propósito dos grandes temas do Brasil.

Entre seus debatedores, Rangel teve em Rômulo Almeida um planejador que, todavia, escrevia pouco. O fundador do planejamento regional no Brasil e que também ajudou o presidente Vargas, no primeiro momento. A criar as grandes instituições que formaram o Brasil moderno.

Ignácio Rangel era o grande formulador, era a pessoa chamada para dizer não apenas quais eram as idéias centrais a serem tomadas, mas a forma como fazê-las vingar. A presença, em uma só pessoa, dessas duas qualidades: a de pensar uma nação perante o mundo e a de apontar as formas de realização prática desse pensamento.

Na sede do grupo, no Rio de Janeiro, eram conferidos cursos, conferências e seminários para divulgar suas idéias, ligadas, entre outros, ao marxismo, ao existencialismo, à sociologia do conhecimento, à fenomenologia, ao humanismo cristão para os representantes da sociedade, como autoridades do governo, das forças armadas e também para empresários, líderes sindicais e estudantes (Toledo, 1997).

O grupo do ISEB, que era composto por sociólogos como Alberto Guerreiro Ramos e por cientistas políticos como Hélio Jaguaribe, também contou com a participação de Rômulo de Almeida, Ewaldo Corrêa Lima, Candido Mendes de Almeida, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun.

Capítulo III – A 3º dualidade básica da economia brasileira

O capítulo em questão apresenta a 3º dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel dentre os temas recorrentes, a forma como foi abordado o conceito da industrialização capitalista brasileira, o papel do Estado e o contraste do setor arcaico com o setor moderno.

Rangel entende a indústria brasileira como um fenômeno capitalista devido um reflexo do capitalismo central como um fato corrente da situação em que o mundo se encontrava e no qual o Brasil foi impulsionado devido a ocorrências externas. Mesmo assim, era um país periférico de linhagem dependente dos demais e que, portanto, não pode ter sua estrutura industrial comparada à dos países do centro.

3.1 – A 3º Dualidade.

A terceira dualidade, que se inicia em 1920 e termina em 1970, caracteriza-se internamente , ou no pólo principal, pelo capitalismo mercantil como primórdios da industrialização e por ter externamente, ou no pólo secundário, o capitalismo financeiro como que corresponde a um tipo de economia em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos e outras instituições financeiras.

Rangel explica a dualidade pelo modo de produção capitalista, isto é, não existe no Brasil modo de produção feudal, modo de produção escravista, modo de produção capitalista, mas pelo contrário, existem sim, as dualidades, ou seja, combinações de modos de produção e relações de produções como forma de industrialização, conforme explica Rangel:

A presente dualidade – a terceira – caracteriza-se por uma substituição de importações feita em condições peculiares, isto é , via desenvolvimento do capitalismo industrial. Como gênero, surgiu como um movimento de substituição de importação, similarmente ao observado nos quadros da primeira dualidade (primeira Kondratiev) e da segunda (segundo ciclo longo). (Rangel. 2005. 698)

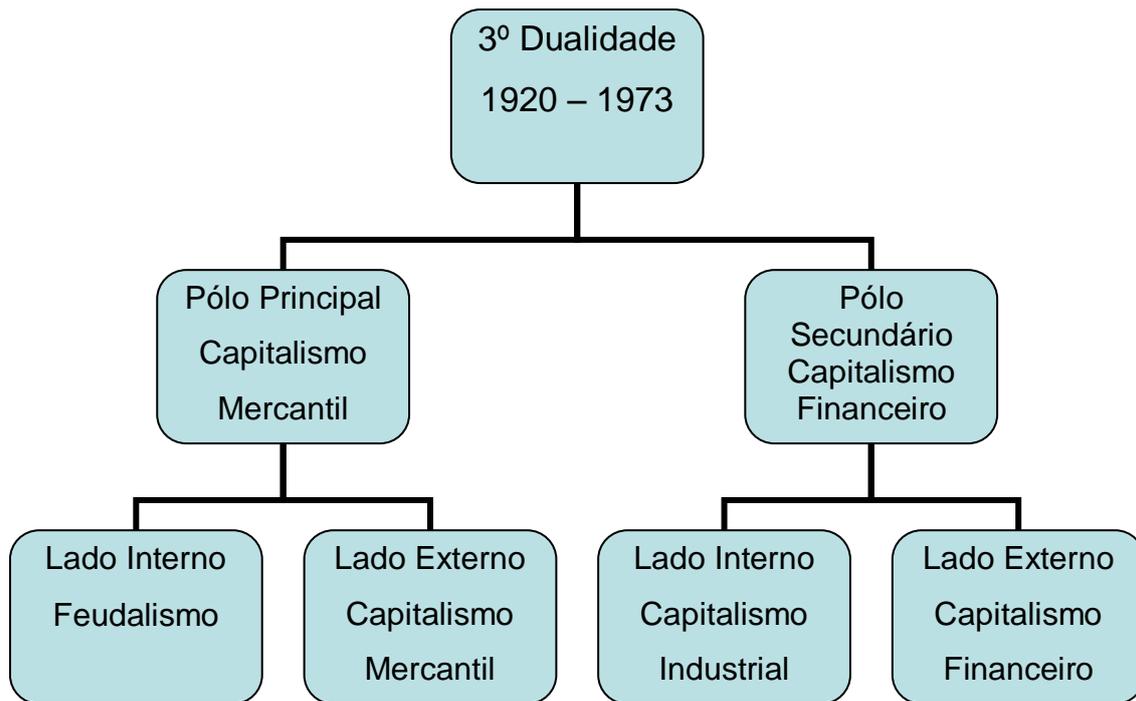
A 3º dualidade inicia com a Revolução de 1930, terá a incumbência de realizar a modernização da economia e da sociedade brasileira. Assim, serão

os representantes do latifúndio feudal voltado para o abastecimento do mercado interno que chegam ao poder junto com o capital industrial e passam a comandar, do ponto de vista político e econômico, o desenvolvimento industrial brasileiro.

O contexto da fase A do terceiro ciclo de Kondratiev (1896-1920) foi marcada pela I Guerra Mundial. Tal evento fez com que o comércio exterior brasileiro sofresse restrições. Já a fase B do supracitado ciclo (1920-48), testemunhou a Crise dos Anos 1930 – que tem como marco inicial a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 – assim como a II Guerra Mundial.

O pólo interno passava intacto às mudanças da terceira dualidade, assim sendo, a classe que se configurava o sócio maior do pacto de poder, eram os fazendeiros e comerciantes. Estes, agora estavam amadurecidos para exercer o poder do aparato Estatal. O sócio menor da terceira dualidade eram os industriais. Por ser recém criada, ainda não se percebia muito distinta dos comerciantes e não possuía experiência na utilização do poder. Com o passar do tempo, esta classe se diferenciaria em relação aos comerciantes devido ao seguinte fato: apenas ela seria capaz de fazer um processo de substituição de importações de caráter industrial, ou seja, Rangel utiliza da conceituação de substituição de importações.

Neste momento, o pólo externo, o mais antigo da presente dualidade, iria passar por mudanças. Se de um lado o capitalismo mercantil já havia crescido e acumulado bastante poder, os fulcros do capitalismo industrial já nasciam em nosso país. Então, da mesma forma que o capitalismo mercantil entrou no país com a Abertura dos Portos em 1808, as duas guerras mundiais – juntamente com a Crise dos Anos Trinta, que esteve entre elas – fizeram com que o capitalismo industrial entrasse no pólo externo da dualidade brasileira.



Fonte: História da dualidade. Rangel, Ignácio. 2005.

Rangel faz um resumo sobre o equilíbrio da economia como forma de analisar a dualidade e observar as mudanças que vêm ocorrendo, nas palavras do autor: “Em resumo, quebrou-se o delicado equilíbrio da economia, característico da terceira dualidade, responsável por um extraordinário desenvolvimento, que multiplicou por mais de 20 vezes a produção industrial, mais do que o observado em qualquer outro país capitalista do mundo, nos 40 anos a contar de 1938” (Rangel. 2005). A passagem de agrário-exportador para urbano-industrial refletia a necessidade de se sair da crise mundial que assolava a década de 1930 e que afetava as exportações – fato comprovado pelo agravamento do câmbio como forma de desenvolvimento capitalista, conforme explica Rangel:

A industrialização, que, contrariamente ao que julgávamos muitos dentre os contemporâneos dos anos 1930, compatibilizou-se historicamente com uma estrutura agrária carregada de sobrevivência feudal, com profundas repercussões sobre todo o edifício socioeconômico, inclusive sobre a própria indústria nascente, do que faz prova o direito trabalhista de cunho corporativo, que chegou aos nossos dias. (Rangel. 2005. 699).

Quanto ao sócio menor da terceira Dualidade, surgiu como força plenamente amadurecida, capaz, portanto, de assumir a posição de sócio maior, ou hegemônico, da nova dualidade. Nenhuma outra classe pode fazê-lo nas presentes circunstâncias. Refiro-me ao capitalismo industrial, que surgiu, na terceira Dualidade, como dissidência progressista, dinâmica, mas política e socialmente imaturo, do capitalismo mercantil, sócio maior da Segunda Dualidade.

No âmago dessa crise geral, vamos encontrar o centro dinâmico contemporâneo da economia mundial. De ambos os lados da antiga cortina de ferro, assistimos ao colapso das formas pretéritas de planejamento. Esse planejamento terá, obrigatoriamente, que assumir âmbito muito mais geral do que antes.

Os países de economia de capitalismo financeiro não mais poderão prescindir de formas amadurecidas de planejamento — muito ao contrário de um absurdo retorno à anarquia da produção, também enfeitada com os apelidos de modernização e de liberdade de competição ou império da mão invisível. Com efeito, instituições criadas para os tempos de capitalismo são recomendadas para economias monopólicas, cada vez menos compatíveis com a velha anarquia da produção.

Seguindo a lógica dos fatos, aparecia uma demanda insatisfeita de produtos externos dentro da economia brasileira, esta poderia ser considerada uma reserva de mercado para as indústrias nacionais. Desta forma iniciou-se o processo de substituição de importações industriais no Brasil.

3.2 - Industrialização Brasileira.

Rangel discute na dualidade brasileira quais foram os impactos internos que teve o fato de o Brasil fomentar a sua indústria devido aos reflexos externo das economias centrais, ou seja, o fato de o Brasil ser uma economia complementar e possui em seu quadro social antagonismos que serão agravados pela industrialização por substituição de importações.

O desenvolvimento econômico é consequência da interação dos três fatores, ou seja, da ação exercida pela economia de mercado sobre a economia natural, a ação da primeira sobre a segunda ocorre de forma reativa ao impulso gerado pela economia capitalista de monopólio. Na experiência histórica brasileira o caminho trilhado é a via trilhada pelo desenvolvimento do capitalismo, o que não significa que possa ter ocorrido de maneira distinta.

A industrialização brasileira somente parte dos bens que se destina ao consumo, isto é, nas palavras de Rangel, à produção de mão de obra, porque, a rigor, uma parcela é constituída por matérias primas, combustíveis e equipamentos que são empregados no processo de produção. Da mesma forma, podemos dizer que somente parte da mão de obra é alocada na produção de bens, visto que parcela significativa da mesma é utilizada na produção da própria mão de obra, o trabalho de professores e médicos pode ser dado como exemplo. O consumo e a produção intermédios tanto quanto os recursos que lhes são destinados são condições para a promoção da produtividade social.

Apesar do consenso quanto ao fato de que o nascimento da indústria está associado a condições criadas pela expansão cafeeira, há divergências entre peculiaridades que a industrialização teria assumido no Brasil e mecanismos econômicos que viabilizaram o crescimento da indústria.

A dualidade é uma interpretação do projeto do capitalismo industrial do centro, em nível global, que se faz por meio de empresas capitalistas modernas sobre estruturas arcaicas, formando economias híbridas e profundamente heterogêneas, conforme explica Rangel:

No conjunto porém, o movimento autarcizante das economias das quais nos desenvolvemos como complemento acabou por repercutir nos países de economia complementar que haviam sido privados dessa função. Dotados de produções agro-primárias excessivas, procuramos a auto-suficiência, principalmente, pela via da industrialização, mas não podemos fugir ao imperativo da divisão internacional do trabalho, inclusive no que se refere aos bens primários e aos viveres, mesmo dispondo, como é nosso caso, de amplos e variado recurso natural, porque o aproveitamento desses recursos pressupõe uma tecnologia fora do nosso alcance. Um amplo comércio

internacional continua a ser, pois, a primeira de nossas necessidades, como foi assinalado anteriormente. (Rangel. 2005. 327).

No caso brasileiro, cuja economia é complementar de outras, há uma alternância entre períodos de aumento de exportações, o que caracteriza o tipo de desenvolvimento, com períodos de queda das mesmas. Em conformidade à conjuntura externa, o ajustamento da economia brasileira, segundo Rangel, será feito através da orientação do esforço produtivo ora para o aumento das exportações, ora para a substituição de importações.

A indústria brasileira deve-se à formação da estrutura social-econômica ser pouco diversificada e heterogênea. E embora o processo de industrialização por substituição de importações viabilizasse o pólo dinâmico industrial, o Brasil era como um país periférico, porque depende da exportação de bens agrícolas.

O aumento da produção requer aumento das importações de máquinas e equipamentos (Bens de Capital). No primeiro momento, usou-se a capacidade ociosa existente da indústria têxtil e, depois, veio à importação de equipamentos usados a preços mais baixos, devido à falência de muitas empresas do centro econômico.

O Brasil importa tecnologia do centro para obter uma indústria de aparafusamento, termo utilizado pelo autor para explicar a indústria nacional, semelhante a uma economia desenvolvida. Porém, ao fazer isso, observamos que esse mecanismo de industrialização é próprio para o tipo de sociedade central.

A industrialização gera a necessidade de um novo ramo de importação de bens de consumo. Por isso, o mesmo não pode ser construído da base para o pico, pois sempre que se intensifica a produção, intensifica-se a demanda por esses bens industriais importados.

A capacidade de importar bens industriais é o principal problema do desenvolvimento brasileiro, um ponto de estrangulamento constante. O crescimento da produção industrial esteve condicionado à existência de

capacidade produtiva ociosa, dado o estrangulamento particularmente agudo da capacidade de importação nos primeiros anos da crise.

Mais adiante, pôde-se contar com a importação de equipamentos usados a baixo custo, de empresas falidas durante a crise, e já havia, em alguma medida, produção interna de bens de capital que se beneficiava da proteção econômica, conforme explica Rangel:

Com efeito, o estrangulamento da produção pode ocorrer por motivos endógenos ou exógenos. Em dado momento, muito embora o mercado mundial ofereça oportunidade e estímulo ao desenvolvimento de nossa produção e o aparelho existente possa propiciar um comércio muito maior e melhor, podemos entrar em crise pelo fato de estar nossa produção organizada de forma e não permitir essa expansão. Ao contrário, a estrutura interna pode revelar-se capaz de viabilizar e permitir expansão muito maior, mas as relações econômicas externas – quer por causa de deficiência do nosso aparelho comerciante, quer por força de condições insatisfatórias, para nós, no mercado mundial – serem tais que impeçam o desenvolvimento ulterior. (Rangel. 2005. 304).

Rangel detecta que as relações econômicas, principalmente por meio de inovações tecnológicas e científicas, têm mudado com muito mais rapidez do que o extrato social, criando uma pressão por transformações. A técnica assumiria o papel genético de transformação, possibilitando descortinar uma ordem de mudança na evolução histórica.

A indústria de aparafusamento é explicada pelo fato de a economia brasileira ser periférica e ter ocorrido como um reflexo dos movimentos das economias centrais. O elo entre essas economias é justamente o comércio externo e as mudanças que vão acontecendo são as raízes para as transformações no Brasil, conforme explica Rangel:

Impunha-se um passo à frente. A 'indústria de aparafusamento', apresentando-se sob o disfarce de 'indústria substitutiva de importações', encontrava-se em condições privilegiadas perante a indústria nacional autêntica. Quanto maior fosse o peso, na composição do custo final do produto a ser vendido no mercado interno, dos bens e serviços importados, mais lucrativa se tornava à atividade, porque maior era a

parcela de fatores de produção comprados em condições privilegiadas.
(Rangel. 2005. p. 344).

Rangel define que um país desenvolvido em toda a sua estrutura econômica, ou seja, que já se encontra no ápice de seu desenvolvimento, só pode aumentar a produtividade por meio de inovações tecnológicas, bem como internalizando técnicas produtivas existentes. Os países periféricos têm que importar técnicas produtivas e, por isso, o processo de industrialização aparece como um processo de industrialização por substituição de importações.

Análise feita com influência na Teoria de Schumpeter quando esclarece o processo de Criação-Destrutiva, ao explicar que o processo é automático quando ocorre a substituição de uma tecnologia nova (de ponta) pela tecnologia velha (atrasada).

Furtado (2001) inicia sua teoria se contrapondo a todas essas teorias convencionais liberais, argumentando que são insuficientes para explicar o desenvolvimento capitalista – necessariamente, uma abordagem histórica. Nesse momento, verifica-se a necessidade de intervenção por parte do Estado na economia, para que ocorra o desenvolvimento capitalista.

Qual a explicação de Furtado para a expansão a partir de 1933? A capacidade ociosa deve ter permitido um primeiro surto de crescimento, uma vez que as importações de equipamentos foram elevadas até 1929. Esgotada a capacidade ociosa, ocorre a importação de equipamentos e a produção interna de bens de capital. Havia a possibilidade de importação de máquinas usadas a preços baixos, devido aos efeitos da Grande Depressão sobre a indústria americana e européia. A evidência empírica confirma a hipótese de ampliação da capacidade produtiva nos anos 1930.

Inicialmente, a industrialização por substituição de importações no Brasil não tinha tanta importância e a atividade industrial funcionava mais como um complemento à atividade exportadora. Assim, o setor perde sua capacidade de autonomia e sua dinâmica.

Segundo Furtado (2001), o Governo praticou uma política de manutenção da renda e do emprego (keynesiana) mediante o crédito utilizado

na compra do excedente de café, evitando a redução da renda e do desemprego do setor cafeeiro e a dos setores voltados ao mercado interno. A recuperação da economia brasileira foi mais rápida do que a da norte-americana graças a essa política e, também, ao aumento das exportações de algodão.

Com o passar dos anos, a indústria passa a ser vista como um meio de melhorar a situação do balanço de pagamentos mediante a redução das importações, evitando problemas sociais mediante a geração de empregos. Durante a primeira guerra e nos primeiros anos após seu término, questões de defesa nacional justificam estímulos às indústrias específicas. Destacam-se os incentivos à produção interna de aço, soda cáustica, óleo de caroço de algodão e carnes industrializadas.

Outro fator favorável foi a economia de guerra que, por meio de lei, permitia ou exigia que houvesse um aumento da produção interna, gerando aumento da exportação durante a segunda guerra mundial. O Brasil supriu muitos países que estavam na frente de batalha e que careciam de produtos, devido à devastação de toda sua atividade agrária.

Furtado (2001) não entende a industrialização por substituição de importações como um fenômeno capitalista consciente mas, pelo contrário, como um fato corrente da situação em que o mundo se encontrava e no qual o Brasil foi impulsionado devido a ocorrências externas. Mesmo assim, era um país periférico de linhagem dependente dos demais e que, portanto, não pode ter sua estrutura industrial comparada à dos países do centro.

Apesar do consenso quanto ao fato de que o nascimento da indústria está associado a condições criadas pela expansão cafeeira, há divergências entre peculiaridades que a industrialização teria assumido no Brasil e mecanismos econômicos que viabilizaram o crescimento da indústria.

O fator principal foi o protecionismo do governo, que determinou sobretaxas aos produtos importados, visando desestimular as importações durante a segunda guerra mundial. A própria ação militar bloqueou as

importações, e o Brasil, com sua pequena indústria, conseguiu dobrar a produção usando apenas a capacidade instalada.

A crescente produção para o mercado interno merece destaque: tanto o açúcar quanto o algodão, produtos originalmente de exportação, foram direcionados para o consumo dentro do país. Essa mudança deve-se à expansão cafeeira, que resultou na urbanização rápida em algumas áreas do país e no surgimento da indústria – a transformação mais importante do período.

Isso estimulou a indústria, que cresceu como durante a guerra, sem investimento algum. A crise do café, com a redução de seu preço em 1929, e a própria política do governo, esvaziando o padrão do café como âncora da balança comercial, facilitou o desenvolvimento da indústria e de outros setores, sendo a indústria o único setor urbano importante.

A política de industrialização por substituição de importações acaba encontrando um limite, ou seja, chegaria um momento no qual o modelo não poderia mais constituir a base da expansão da economia brasileira. O problema pode ser dividido em três motivos:

- Baixa produtividade da agricultura;
- Estrangulamento externo;
- Desemprego Estrutural.

Este último é explicado da seguinte maneira: a demanda por mão-de-obra do setor industrial crescia menos do que a disponibilidade desta, ou seja, a indústria não absorvia uma parte da força de trabalho, formando o exército industrial de reserva – o que também decorre da baixa produtividade do setor agrícola.

Um desafio ao processo de industrialização por substituição de importações foi o de encarar o estrangulamento externo. Para que o processo tivesse êxito, era necessária a importação de vários itens, principalmente bens de capital e intermediário.

A industrialização por substituição de importações privilegiou a acumulação de capital, tendo na concentração de renda o mecanismo de aceleração do desenvolvimento capitalista.

3.3 – Economia Periférica.

O fato de o Brasil ser uma economia periférica significa que possuímos uma dependência tecnológica das economias centrais, ou seja, a nossa industrialização foi restringida levando a economia brasileira a ser uma economia periférica conforme as características a serem explicadas.

Rangel faz observações importantes da nossa condição de economia periférica, a dinâmica histórica brasileira se distingue dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações que este mantém com as economias centrais.

O mundo capitalista produziu uma extensa periferia em torno do seu centro dinâmico. É deste último que partem os fluxos e refluxos que norteiam o comércio internacional. Este movimento, alterna com regularidade estímulos a restrições capitalistas, que se apresentam na forma de ciclos.

O capitalismo se espalha do centro para a periferia e, em cada lugar, encontram-se especificidades históricas. Isto é caracterizado por parte da produção ser atrasada e, a outra, moderna: o fato de existir, simultaneamente, o setor agrícola e o industrial, sendo que ambos se relacionam produtivamente.

A questão principal do desenvolvimento capitalista diz respeito à acumulação de capital em relação à periferia. Rangel tem o cuidado de esclarecer as contradições e os impasses políticos gerados pelo modo singular com que o processo de industrialização por substituição de importações foi feito. Além disso, observa os aspectos não percebidos pela história política brasileira e, portanto, liberto do olhar clássico que analisa o Estado como um fator determinante na sociedade.

A estrutura política da sociedade dual, por ser parte integrante de uma formação periférica, muda sob o impacto do advento de choques adversos do comércio internacional - queda das exportações, deterioração dos termos de intercâmbio, retração da capacidade de importar.

Estes choques têm a sua origem na contradição que se estabelece entre a expansão das forças produtivas com as relações de produção vigentes no centro dinâmico, momento característico do início da fase B ou fase descendente do ciclo de Kondratiev. Este fato exógeno aprofunda as contradições, que se encontrava em curso na economia dual, atingindo o lado interno do pólo em crise, certamente seu elo mais frágil.

Furtado fez uma digressão da história do pensamento econômico, fundamentando que a questão do desenvolvimento capitalista é algo que se faz presente desde o começo da ciência humana, conforme explica:

O enfoque faseológico do desenvolvimento constitui, desde o início, um esforço interpretativo da história moderna, com base em certos elementos da análise econômica. Dada à complexidade dos processos históricos, torna-se necessário elevar extremamente o nível de abstração, o que evidentemente reduz a eficácia explicativa aos modelos construídos. A despeito dessas limitações, esse tipo de análise tem produzido frutos valiosos: graças a ela temos hoje uma melhor compreensão do papel dos fatores não-econômicos que interferem nos processos de desenvolvimento e das características específicas de economias constituídas em processos históricos diversos. Entretanto, em razão de sua extrema generalidade, o valor dessas análises, como base de previsão dos processos históricos, terá que ser reduzido ou nulo. Marx limitou a sua análise aos fatores que lhe pareceram comandar as transformações do sistema capitalista da sua época. Já vimos anteriormente que a evolução do capitalismo se afastou substancialmente das tendências implícitas na dinâmica de seu modelo. Tratava-se, neste caso, não de um esforço previsor da história e sim antecipador das transformações de um sistema econômico, cuja caracterização fora insuficiente. (Furtado. 1968. p. 110 e 111).

O caminho percorrido passa pelo instrumental histórico como uma estrutura de relações de determinação entre o movimento e a transformação. Sobre o exemplo dos argumentos do materialismo histórico, Furtado afirma que

as relações econômicas é que dão o impulso inicial da transformação, produzindo, por extensão, novas relações sociais.

Para Furtado (1968), o capitalismo se espalha do centro para a periferia e, em cada lugar, encontram-se especificidades históricas. Isto é caracterizado por parte da produção ser atrasada e, a outra, moderna: o fato de existir, simultaneamente, o setor agrícola e o industrial, sendo que ambos se relacionam produtivamente.

A industrialização por substituição de importações deve-se à formação da estrutura social-econômica ser pouco diversificada e heterogênea. Embora o processo de industrialização por substituição de importações viabilizasse o pólo dinâmico industrial, ainda classificamos o Brasil como um país periférico, porque depende da exportação de bens agrícolas. A capacidade de importar bens industriais é o principal problema do desenvolvimento brasileiro, um ponto de estrangulamento constante.

O desvio econômico de nossa formação para uma prioridade industrial permitiu, em termos cronológicos, a constituição em três fases:

- 1 - A primeira fase da indústria de bens de consumo não duráveis;
- 2 - A segunda fase de bens duráveis;
- 3 - A terceira fase da indústria de base.

O Brasil importa tecnologia do centro para obter uma industrialização por substituição de importações semelhante à das centrais. Porém, ao fazer isso, observamos que esse mecanismo de industrialização é próprio para o tipo de sociedade central. Sendo assim, ao trazer para a periferia, só iria atingir as classes com o mesmo padrão de consumo das sociedades centrais – as classes altas, conforme explica Furtado:

Assim, a classe industrial que se forma no Brasil atua num quadro estrutural próprio que deve ser levado em conta se pretende compreender o seu comportamento. Assimila-la a uma *burguesia nacional* constitui simplificação que contribui mais para ocultar do que para revelar a realidade. Seus interesses estão, de maneira geral, positivamente vinculados ao comércio

exterior. São as exportações que criam o mercado interno e permitem a aquisição de equipamentos no exterior a bom preço; por outro lado, só excepcionalmente as indústrias locais concorrem com as importações, das quais são em muitos casos complementares. Isso não significa que inexistissem conflitos no plano subjetivo. Inúmeras pessoas influentes, particularmente altos funcionários, tinham consciência de que à indústria deveria caber e que para esse fim o Brasil deveria seguir uma política protecionista como os Estados Unidos. Trata-se, entretanto, de tomada de posição subjetiva, não vinculada diretamente à situação da maioria da classe industrial. Compreende-se, portanto, que, ao entrar em crise a economia de exportação tradicional, a classe industrial não se manifeste como uma força realmente autônoma, capaz de oferecer ao país uma clara opção de rumos. (Furtado. 1978. p. 19 e 20).

Ao se gerar um novo ramo de necessidades de consumo – de importação de bens industriais – não há como esgotar esse processo. Por isso, o mesmo não pode ser construído da base para o pico, pois sempre que se intensifica a produção, intensifica-se a demanda por esses bens industriais importados.

Furtado (2001) se utiliza do termo "internalização dos centros de decisão" para definir as alternativas que se abrem à economia nacional para o desenvolvimento capitalista. A importância deste fato é de tal magnitude que pode dar resposta a um persistente problema da formação brasileira: a consolidação da nacionalidade.

Assim, o aumento de renda a partir das exportações se concentra nas mãos de uma parcela menor da população, que irá alocar essa renda para o aumento de produção agrária do setor exportador, propiciando a acumulação de capital, conforme explica Furtado:

A industrialização latino-americana assumiu a forma de um processo de substituição de importações. Trata-se, na realidade, de um processo de modificação da estrutura produtiva, que permite reduzir a participação das importações na oferta global sem reversão para a economia pré-capitalista. Reduzem-se ou eliminam-se certos itens das importações – substituídos no mercado por produção interna – e ampliam-se aqueles itens de substituição mais difícil. Como a um só tempo reduz-se o coeficiente de importações e amplia-se a renda *per capita*, a composição da demanda interna tende a

modificar-se, o que exige maiores alterações na estrutura da oferta do que as ocorridas ao se iniciar o processo substitutivo. O tempo requerido para que a oferta interna se adapte às modificações na composição da demanda – tempo que muitas vezes é ampliado por obstáculos institucionais – dá origem a pressões inflacionárias, particularmente quando o setor externo apresenta pouco ou nenhuma flexibilidade. (Furtado. 2003. p. 137 e 138).

O Brasil tem na sua pauta de exportações bens agrários em proporções que permitem aos seus proprietários renda o suficiente para promover os altos padrões de consumo do centro. Já a maior parcela da população, que não faz parte desse núcleo, encontra-se fora desse consumo, presa a um processo de capacitação do trabalho junto ao o setor agrário.

Para resolver esse problema, foi ressaltado que nem toda produção é substituição de importação. Tavares (1979) faz uma interpretação de que essa industrialização por substituição de importações deveria se tornar um processo independente do comércio internacional e que, por outro lado, incentivasse a construção do mercado consumidor interno.

Com os choques externos, o Brasil perdeu capacidade de importar e, a partir desse momento, houve um estímulo à industrialização por substituição de importações, que começou pelo “terceiro andar”. Em outras palavras, os bens de consumo começaram a ser fabricados internamente.

A industrialização por substituição de importações começou nesse ponto. Havia demandas internas, embora se mantivesse a importação de outros bens industriais. O início da industrialização mostrou-se problemático, criando uma série de dificuldades internas, como a concentração de renda, o estrangulamento externo e o desemprego.

Tavares faz um resgate do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, informando que o comércio internacional sempre desempenha funções essenciais para qualquer economia, devido às exportações de bens agrícolas. Estas, por sua vez, desenvolvem a economia, aumentando o nível de atividade econômica e ampliando seu mercado externo, além da produção interna da mercadoria e das importações, no sentido de abastecer a demanda de bens industriais não disponíveis internamente.

Tavares descreve como foi o processo de industrialização por substituição de importações, o modelo usado para impulsionar o setor industrial brasileiro, já que o processo de industrialização tem inúmeras particularidades.

Tavares afirma que a industrialização por substituição de importações, junto com o setor agrícola, era insuficiente para dar à atividade interna um dinamismo próprio, ou seja, o desenvolvimento capitalista estaria atrelado à demanda externa por bens primários.

O grau de subdesenvolvimento é determinado pela proporção do setor atrasado em relação ao setor moderno, e pelo processo de industrialização, com a importação de tecnologia para ampliar o moderno. Nessa conjuntura, promove-se no Brasil um esforço de se produzir internamente parte dos produtos que eram antes importados (processo estrutural de substituição de importações) utilizando-se os meios de produção disponíveis – terra, mão-de-obra e capital.

A noção de subdesenvolvimento vai se consolidando como uma situação econômica, social, política e cultural na qual se misturam, de forma negativa, a monocultura, a questão racial, o colonialismo interno e o dualismo. Esses conjuntos de elementos atuam uns sobre os outros, configurando um quadro de atraso ou subdesenvolvimento, tornando-se necessário romper com tais laços e avançar para o desenvolvimento capitalista.

Dada a dificuldade de se importar, houve um deslocamento da demanda para o mercado interno. O que antes era importado passa a ser produzido no Brasil, forçando a produção nacional. O mercado interno passa a ter o papel de fator dinâmico principal.

O aumento da produção requer aumento das importações de máquinas e equipamentos. No primeiro momento, usou-se a capacidade ociosa existente da indústria têxtil e, depois, veio a importação de equipamentos usados a preços mais baixos, devido à falência de muitas empresas na Europa e nos EUA, com a Grande Depressão.

O crescimento da produção industrial esteve condicionado à existência de capacidade produtiva ociosa, dado o estrangulamento particularmente agudo da capacidade de importação nos primeiros anos da crise. Mais adiante, pôde-se contar com a importação de equipamentos usados a baixo custo, de empresas falidas durante a crise, e já havia, em alguma medida, produção interna de bens de capital que se beneficiava da proteção econômica.

Paralela à importância do café na pauta de exportações, havia uma crescente produção agrícola voltada para o mercado interno, fonte de alimentos para a população urbana – cada vez mais numerosa – e de matérias-primas para a indústria nacional (algodão, arroz, feijão, mandioca, milhos etc).

Produzia-se, internamente, novos produtos que não constavam ainda na pauta de importações – não há eliminação de itens da pauta de importações, mas redução do coeficiente de importações (valor das importações em relação ao produto interno).

Para Furtado (2001), quanto mais avançasse a substituição de bens de consumo não-duráveis, maior seria a pressão sobre o balanço de pagamentos devido à necessidade de importações de bens de capital e de insumos intermediários, além dos bens duráveis de consumo.

Os problemas apontados por Tavares (1979) são os marcos nacionais – processo para atender ao mercado interno –; o reduzido mercado interno, devido à distribuição de renda; a produção com custos elevados, na ausência de competição externa; e as tecnologias importadas, poupadoras de mão-de-obra. Todos esses problemas tendiam a se agravar, na medida em que a industrialização por substituição avançava.

Para Tavares, o estrangulamento externo, que no modelo de substituição de importações era o indutor do crescimento industrial, passa a ser um obstáculo ao mesmo. O estrangulamento externo era indutor do processo quando havia, internamente, uma demanda contida por importação de bens de consumo. Quando o processo atinge uma fase avançada, restando substituir bens de capital ou matérias-primas – e com a reserva de mercado esgotada –, o estrangulamento externo passa a ser obstáculo.

Em outro estudo, denominado “*Acumulação de capital e industrialização no Brasil*” (1986), Tavares elabora uma nova perspectiva quanto ao papel do estrangulamento externo: a industrialização não aparece como resposta ao estrangulamento externo e, sim, como fruto de um processo de acumulação de capital. A industrialização surge antes de 1930, não como resposta a uma crise do setor externo, mas no auge do café, como prolongamento e diversificação do capital cafeeiro.

Foi feita uma análise crítica desse padrão de acumulação de capital. A forma de desenvolvimento capitalista foi capaz de constituir o parque industrial nacional mais diversificado e denso das economias periféricas e, desta maneira, podemos estudar o capitalismo industrial brasileiro, com Furtado se contrapondo às concepções convencionais.

O subdesenvolvimento é umas das linhas históricas de projeção do capitalismo industrial do centro, em nível global, que se faz por meio de empresas capitalistas modernas sobre estruturas arcaicas, formando economias híbridas e profundamente heterogêneas, conforme explica Furtado:

Com os elementos indicados, já podemos reconstituir as linhas gerais do mecanismo do desenvolvimento das comunidades pré-industriais. Primeiramente, aparecem os fatores exógenos provocando a criação ocasional ou permanente de um excedente de produção. O excedente permanente, conforme vimos, acompanha o sistema de escravidão. Em segundo lugar, está a apropriação desse excedente por grupos minoritários, o que provoca elevação do nível do consumo desses grupos e a conseqüente necessidade de diversificar o mesmo. Em terceiro lugar, estão os padrões mais altos do consumo dos grupos minoritários abrindo a possibilidade e mesmo criando a necessidade do intercâmbio com outras comunidades. Em quarto lugar, está o intercâmbio, que possibilita a especialização geográfica e a maior divisão do trabalho, com conseqüente aumento de produtividade nas comunidades dele participam. Em quinto lugar está a concentração da riqueza, possibilitada pelo intercâmbio. Finalmente, surge a possibilidade de incorporar ao processo produtivo os recursos acumulados pelos comerciantes, pois era este o meio pelo qual os intermediários podiam aumentar a corrente de comércio, incrementando suas rendas. Ao transformar-se o excedente de produção em fonte de renda, o processo acumulativo tenderá a automatizar-se. (Furtado. 1963. p. 119 e 120).

Uma das implicações do subdesenvolvimento é que a industrialização constitui a forma de superar a pobreza e reverter à distância crescente entre a periferia e o centro. Mas a problemática principal é a baixa diversidade industrial, gerando necessidade de investimentos simultâneos em muitos setores. O processo exige divisas devido à especialização em bens primários, pois a capacidade de geração de recursos é limitada, e a pressão por divisas, elevada.

Quanto à economia brasileira, o Estado fez, o tempo todo, indagações à aceitação governamental: onde deveria intervir, que setor tinha mais dificuldade, que setores teriam condições de desenvolvimento – baseado na influência externa. Diante dessas questões, abertas em virtude da industrialização por substituição de importações, somente Getulio Vargas não queria o modelo de transação dependente.

O governo brasileiro adotou uma mudança fundamental por meio do intervencionismo estatal, sendo que este foi o grande modelo mundial de recuperação, nos EUA e, até certo, na Europa. Foi o modelo adotado pelo governo brasileiro e pela industrialização, já que havia uma suposição mais ou menos correta de que, à medida que se tem na sua economia de ponta a atividade industrial – indústria como fator preponderante –, o desenvolvimento capitalista é praticamente natural para os outros segmentos. Ou seja, foi espontaneamente o raciocínio adotado pelo Brasil, com uma etapa de intervencionismo estatal e a promoção da industrialização por substituição de importações.

O Estado é o agente nacional e central para operar as transformações na economia, viabilizando recursos, infra-estrutura e as condições necessárias. O Estado está acima e à frente dos conflitos de classe como agente do progresso social da nação, abrigando técnicos e burocratas para desencadear a modernização, devido à incapacidade ou impossibilidade da burguesia.

Com o aumento da intervenção, o Estado tornou-se cada vez mais essencial no desenvolvimento capitalista brasileiro e ocorreu um processo de

centralização do poder político nas mãos do Presidente Vargas. Este nomeava o governo estadual e, subseqüentemente, prefeitos municipais.

A atuação dos setores privados nos órgãos e aparelhos econômicos do Estado seguia um padrão dominante desde a década de 1930, por meio da estrutura sindical oficial e da representação hierárquica dos órgãos superiores, como as federações e confederações. Além disso, surgiram novos tipos de associações patronais, desencadeadas em um sistema paralelo de representação dos interesses privados.

O princípio era descentralizar a administração e também ampará-la com um mecanismo seguro de coordenação, para garantir o controle da unidade e a doação governamental. Cumpriam o papel formulando os objetivos gerais e específicos e atuando como órgãos supremos do planejamento e programação das atividades governamentais.

Furtado (2001) propunha que houvesse um ordenamento dos fatos econômicos por meio da ação do Estado. Isso serviu de modelo para a sociedade brasileira, com a transformação do Estado nacional via políticas públicas em busca do desenvolvimento capitalista – obras de habitação, saúde, educação e transportes, visando garantir o emprego, a renda e o consumo da população.

O pacto populista imobilizava o Estado para realizar a reforma fiscal com o financiamento interno da acumulação de capital nas empresas estatais. Inviabilizando o projeto populista de Vargas, com a aliança dos assalariados, o nacionalismo de Estado defendia que as estatais seguissem seu papel de potencializadoras da acumulação de capital.

No segundo governo Vargas, a expansão do aparelho e as alterações não se limitaram à centralização crescente, mas também à inadequação do aparelho estatal às tarefas que nasciam do projeto industrializante do próprio Estado, ou seja, a aceleração do desenvolvimento capitalista brasileiro devido aos impactos na estrutura do Estado.

Nesse contexto, observa-se a maior atuação do Estado no modo de produção, operando em outros fatores, além do trabalho: na fixação dos preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Tudo isso visando criar as bases para que a acumulação de capital industrial pudesse se reproduzir.

Aparelhava-se o Estado com órgãos e instrumentos que permitissem a elaboração e a concretização de uma política nacional de desenvolvimento capitalista, sendo que a comissão nacional de bem-estar era responsável pelas providências e pela estruturação de uma política de melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro.

O Governo Vargas foi o período de construção da identidade nacional, o momento de se repensar o Brasil, ou seja: que nação iria ser moldada. A construção do nacionalismo está atrelada ao papel do Estado, ao adotar políticas públicas voltadas aos interesses nacionais.

O aumento crescente do capitalismo mundial foi a grande mudança ocorrida após a segunda guerra mundial. Com a expansão da democracia e da liberdade, em combate a todos os governos totalitários – governos de direita e de esquerda –, houve uma crítica ao socialismo autoritário e, principalmente, ao fascismo e ao nazismo. Estes haviam liberado de alguma forma o autoritarismo de direita, que, com a vitória dos aliados na segunda guerra mundial, perdeu totalmente o seu significado.

O processo de modernização no Brasil ocorreu durante o período Vargas, com a consolidação do Estado Novo, que promoveu o princípio da troca do modo de produção estritamente agrícola e rural para o da indústria e da urbanização.

O projeto de Nação, para Vargas, era refundar o país por meio do surgimento de uma nova classe operária industrial, contratada para trabalhar nas fábricas de café das cidades paulistas. Produzir-se-ia, internamente, o que

antes era importado, em favor do modelo de desenvolvimento capitalista baseado na industrialização por substituição de importações.

Getúlio Vargas era um líder político com visão para comandar o país, conhecido pelos cidadãos de baixa renda como o “pai dos pobres”, devido à sua política de incentivo ao trabalhador quando promulgou a CLT – além de outras medidas para valorizar o trabalhador e, desta maneira, poder moldar os mecanismos de acumulação de capital.

Tanto que durante a era Vargas houve, de fato, uma tentativa de se planejar o desenvolvimento capitalista. Por meio de investimentos públicos, houve o surgimento da indústria de base, cujo investimento partiu da crise internacional, que promoveu a industrialização por substituição de importações.

O Presidente Vargas também era conhecido como a “mãe dos ricos e da elite burguesa”, pois incentivou os industriais a investirem em suas fábricas e a fomentar, desta maneira, a industrialização por substituição de importações – fator importante para dar respaldo aos planos de Vargas.

A queda da estrutura política pode ser melhor visualizada quando Vargas assume o poder em 1930, associada à consolidação e à centralização do poder federal. Com isso, passa a existir um agente capitalista – o Estado, capaz de planejar e executar políticas sociais e econômicas voltadas ao desenvolvimento capitalista.

O papel do Estado era proteger a nascente indústria nacional contra a importação de bens que estavam começando a ser produzidos internamente e, simultaneamente, investir em infra-estrutura para adequar o parque industrial.

Os fatores de origem na esfera econômica acabam produzindo um conflito ideológico que se traduz em uma forte disputa pelo controle e direção do aparelho de Estado. Essa interpretação do fenômeno leva à interação da economia com a política, segundo argumento de Furtado.

A idéia de nação, para Furtado, era a construção de um ambiente em que o interesse social sobrepujasse o interesse capitalista e, assim, o Estado

pudesse criar leis e políticas sociais atreladas ao interesse econômico visando promover o desenvolvimento capitalista.

Furtado (2001) encara o papel do Estado e a maior participação política dos setores populares como uma forma superior e inevitável de organização das relações socioeconômicas na sociedade moderna, formando uma teoria de mudança social.

O Governo Vargas centraliza, no poder executivo, as principais decisões do Estado, aproximando a burguesia industrial nacional. Aos poucos, a população se acostuma à centralização e não percebe que o país encontra-se sob um governo autoritário, em que ambas as camadas sociais são ineficazes como oposição.

Getulio Vargas não queria um modelo de desenvolvimento dependente, ao contrário do período anterior. Segundo a meta traçada, o Estado seria o provedor, oferecendo condições para o desenvolvimento dessa atividade.

3.4 – O Papel do Estado.

O papel do Estado está estritamente ligado ao desenvolvimento econômico e conseqüentemente a industrialização brasileira pois é o Estado o agente propulsor da acumulação de capital industrial.

A dualidade oferece ainda interpretação para o entendimento da integração das classes sociais ocupantes do Estado e as suas diretrizes no direcionamento dos regimes político e medidas político-institucionais. Assim, o Estado brasileiro é composto por duas delas: uma hegemônica politicamente e outra dominante economicamente.

A mudança no plano político é um processo complexo, delicado e lento, dele participando a classe dual, rachada em duas facções, uma progressista e outra retrógrada ou conservadora, e o restante da sociedade. O grupo dissidente, progressista, dado suas origens comuns, possivelmente não deverá enfrentar uma resistência radical do grupo conservador, mesmo porque o outro sócio do condomínio do poder, classe representante do outro pólo, não se encontrará em crise.

O capitalista que investe os seus recursos em obras que aumentam a capacidade instalada e a produtividade social é movido por razões próprias ou induzido pelo Estado. As condições dominantes que inspiram o capitalista privado a aumentar as suas inversões são fortemente influenciadas pelo amparo do governo.

Rangel teve a oportunidade de viver na etapa das transformações da segunda revolução industrial no Brasil, com o aparelhamento do governo central como condutor desse processo, e com sua subsequente crise, diante das contradições suscitadas pela expansão do capital monopolista. Profundamente brasileiro, moveu-se com grande independência frente aos dogmas de sua época.

O governo brasileiro adotou uma mudança fundamental por meio do intervencionismo estatal, sendo que este foi o grande modelo mundial de recuperação, nas economias do centro. Foi o modelo adotado pelo governo brasileiro e pela industrialização, à medida que se tem na sua economia de ponta a atividade industrial – indústria como fator preponderante – o desenvolvimento capitalista é praticamente natural para os outros segmentos. Ou seja, foi espontaneamente o raciocínio adotado pelo Brasil, com uma etapa de intervencionismo estatal e a promoção da industrialização por substituição de importações.

O Estado é o agente central para operar as transformações na economia, viabilizando recursos, infra-estrutura e as condições necessárias, e está acima e à frente dos conflitos de classe como agente do progresso social da nação, abrigando técnicos e burocratas para desencadear a modernização, devido à incapacidade ou impossibilidade da burguesia.

Rangel fundamentava que era necessário haver um ordenamento dos fatos econômicos para isso serviu de modelo para a sociedade brasileira, com a transformação do Estado nacional via políticas públicas em busca do desenvolvimento capitalista – obras de habitação, saúde, educação e transportes, visando garantir o emprego, a renda e o consumo da população.

Rangel capta muito claramente a dimensão da nossa tragédia burguesa: avançamos em um modo de produção capitalista da organização de produção, dentro da sociedade brasileira, sem romper com toda a dimensão do nosso modelo tradicional.

O caminho para o desenvolvimento capitalista industrial, resultou em uma acomodação entre a burguesia em ascensão e grupos agrários decadentes que detinham centros de decisão política nacional, conforme explica Rangel: “A rigor, nossa história acompanha *pari passo* a história do capitalismo mundial, fazendo eco às vicissitudes. O mercantilismo nos descobriu, a industrialização nos deu a independência, o capitalismo financeiro e a república” (Rangel. 2005).

Rangel observa uma questão muito interessante: a dificuldade de diferenciação ideológica entre a burguesia industrial e setores agrários atrasados. No plano político, essa indefinição ideológica da classe industrial impede a emergência de novas lideranças capazes de modernizar os marcos institucionais brasileiros, fazendo com que aqueles ligados às oligarquias tradicionais continuem a controlar os centros de decisão política no Brasil. Ou seja, a necessidade de reforma política do estado brasileiro move-se quando ainda se discute os níveis dessa reforma.

A análise de Rangel levou, ainda, a uma dimensão além da questão permanente conciliatória entre os setores agrários e industriais, colocando o dedo na ferida. Ainda que não trabalhe com a questão do imperialismo, já que não é disto que trata sua teoria, Rangel afirma que a burguesia brasileira busca o caminho para a concessão dos capitais estrangeiros e que essa associação “talvez tenha sido a solução mais racional do ponto de vista dos interesses empresariais privados” (Rangel, 2005).

Trata-se de uma burguesia cujas peculiaridades somente podem ser explicadas pelas condições naturais do brasileiro: uma classe com dificuldade de diferenciação ideológica frente aos produtos agrários; um grupo disposto a conciliar cinco setores atrasados – mesmo os latifundiários mais perversos, ligados, por exemplo, ao consumo interno em defesa da propriedade privada –;

impossibilitado de apresentar um perfil empresarial empreendedor; e sempre disposto a fazer concessões a grupos externos. Ou seja, não temos nem tínhamos uma burguesia industrial capaz de levar à frente um projeto de desenvolvimento nacional. (Rangel. 2005).

A resposta de Rangel a essas questões tem os limites e a marca do tempo: se o Brasil mantém as instituições políticas adequadas, se são moderadas frente às tarifas da modernização capitalista, se as lideranças industriais não conseguem levar à frente esse processo; então algo deveria tomar o lugar desses grupos no caminho para o desenvolvimento do capitalista autônomo e do processo de industrialização por substituição de importações.

Havia, no entanto, um setor pré-industrial com atividades extremamente ligadas à principal atividade exportadora, embora não tivesse dinâmica própria. Tanto é que são conhecidas as teses que apontam os indicativos de um processo de estagnação econômica, ao contrário daquilo que se observa ao se instalar a década de 1950, conforme explica Rangel:

A economia brasileira tem, portanto um setor capitalista e outro pré-capitalista. O próprio setor capitalista, no entanto, não é homogêneo, uma vez que, como elemento do mercado mundial, o Brasil é parte de um sistema econômico avançado, representando assim um capitalismo que perdeu a capacidade de reajustamento automático e se acha no ramo descendente de sua curva evolutiva. Por outro lado, internamente, a própria crise mundial do capitalismo está fazendo surgir um vigoroso capitalismo nacional, com uma problemática própria, centrada não na procura, mas na oferta, à maneira clássica. O capitalismo nacional desenvolve-se na base da substituição de importações, mas de tal modo que cada substituição feita induz e precipita novas inversões em substituição de importações. (Rangel. 2005. p. 292).

Pode perceber outras observações na interpretação de Rangel, que foram capazes de identificar crises no processo de industrialização por substituição de importações na admissão histórica do subdesenvolvimento. Percebe, também, a impossibilidade da burguesia brasileira em levar à frente um projeto autônomo, além do caráter passivo das experiências nacionais pelo alto, conseguiu entender de fato imediato ao ver à etapa da acumulação

capitalista no esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações.

3.5 - Setor Arcaico x Setor Moderno.

Uma das mais célebres versões do dualismo brasileiro é o livro *Os Dois Brasis*, de Jacques Lambert, em que o autor caracteriza os setores arcaico e moderno por meio do diagnóstico das dimensões histórica, econômica, política, social e cultural.

O Brasil possuía uma só cultura e uma só nacionalidade, mas dois sistemas de organização econômica e social que “não evoluíram ao mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separados por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade” (Lambert. 1967. p. 101).

Quando a interpretação transita para o campo sociológico, é a estrutura social que se apresenta no âmbito entre coronéis e empresários, ofuscando uma oposição entre burguesia nacional e setores agrário-exportadores. Em relação ao trabalho, essa mesma estrutura social encontra o setor informal alimentando a super-exploração da parcela assalariada da força de trabalho, aumentando a acumulação de capital que se faz pelas vias clássicas do conflito entre o capital e o trabalho.

O Brasil moderno e o Brasil arcaico representam algumas regiões brasileiras. O moderno localiza-se nas regiões Sul e Sudeste, caracterizado por uma civilização urbana e industrial, com uma estrutura social complexa organizada pelo mercado consumidor e pela moderna divisão do trabalho, além de contar com a presença de instituições políticas e culturais. O arcaico encontra-se nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os bens de consumo imediato eram produzidos para consumo local, por meio de um processo artesanal industrial. Não tínhamos grandes indústrias, mas pequenas fábricas rudimentares localizadas junto aos pontos de consumo, porque o fluxo de matéria-prima era relativamente pequeno e, a distribuição, local. São Paulo já tinha melhores condições e, em pouco tempo, ultrapassou o

Rio de Janeiro no volume de produção industrial, com o Rio Grande do sul em terceiro lugar.

Parte importante dos estudos sobre o processo histórico brasileiro, inclusive, é feita sob o viés do Sudeste como representante do setor moderno, que detém o privilégio de interpretação da nação brasileira. Da mesma forma, os modelos de análise dos processos econômico, histórico e cultural do Sudeste são generalizados, englobando outras regiões e encobrendo discursos regionais diversos, principalmente por meio das estratégias homogêneas da educação e do ensino.

Além disso, a agricultura passa a ter nova importância e função. De um lado, por constituir um sub-setor dos produtos de exportação, deve suprir as necessidades de bens de capital de produção externa, antes de servir como pagamento dos bens de consumo – tornando necessário, portanto, mantê-la ativa. De outro lado, por se tratar de um sub-setor de produtos destinados ao consumo interno, à agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para elevar o custo de alimentação e, secundariamente, o custo das matérias-primas – além de não barrar o processo de acumulação de capital pela empresa capitalista industrial, fundada em uma ampla expansão do exército industrial de reserva.

A manutenção, ampliação e combinação do padrão primitivo com as novas relações de produção no setor agropecuário têm importância sobre os setores urbanos, pois permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços. Para tanto, contribuíram de duas maneiras: fornecendo os contingentes populacionais para formar o exército industrial de reserva das cidades, permitindo uma redefinição das relações de capital-trabalho e ampliando as possibilidades de acumulação industrial; e fornecendo os excedentes alimentícios, cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinando esse elemento com o próprio volume da oferta de trabalho urbana para rebaixar o preço desta. Em outras palavras, o preço da oferta de trabalho era composto pelo custo com alimentação mais o custo com bens e serviços propriamente urbanos.

A burguesia cafeeira se apossava dessas terras, que se tornavam propriedades. Para isso, utilizavam sua influência política e, em alguns casos, a própria força. Em outros casos, quando havia terras que já eram propriedades de cafeicultores menores, eram vendidas para a ampliação da produção e, com a expansão cafeeira, as terras passavam a ter um valor muito maior.

Com relação à terra onde o café era plantado, os ocupantes não possuíam os títulos de propriedade: as terras eram ocupadas por qualquer agricultor, pois não pertenciam a ninguém. Essas confusões jurídicas constituem o ponto de partida da expansão capitalista baseada no café. Tal desenvolvimento, portanto, tem o efeito de uma terra sem valor em termos de medição, mas que possui sua importância à medida que permite a apropriação da mais-valia e da acumulação de capital.

Um dos fatores responsáveis pela expansão cafeeira foi à abundância de terras, embora nas fases iniciais do capitalismo isso não bastasse. A disponibilidade de terra, em particular para o capital que implica a não disponibilidade para os agricultores, constitui uma disponibilidade relativa de terras.

Rangel demonstrou que o desenvolvimento capitalista brasileiro é complementar ao externo, formando uma dualidade que sofre consecutivos processos de mudanças. As mudanças internas são muito mais aceleradas do que as externas, o que significa que o Brasil tem assimilado e ultrapassado os modos de produção clássicos muito mais rapidamente. Conforme avançam os modos de produção internos vão ficando para trás as tecnologias atrasadas; por isso encontram-se várias relações sociais típicas de modos de produção passados, combinando-se, assim, ao longo do processo histórico brasileiro quatro dualidades, abertas, sobretudo, na crise da economia mundial.

Rangel deixou importantes contribuições à explicação da dualidade brasileira e da industrialização no Brasil, relacionando ambas com necessidades estratégicas do capital, contribuindo com relação a projetos de investimento, que tratou como parte do referencial geral do planejamento.

A economia capitalista brasileira é formada por dualidades e Rangel relaciona esse fato a superexploração do trabalho, devido a uma industrialização por substituição de importação sem reforma agrária prévia, conforme explica Mantega:

Na interpretação de Rangel, os principais problemas do capitalismo brasileiro surgem do fato de que a nossa industrialização empreendeu-se sem a devida modificação da estrutura agrária do país. E, assim, permaneceu uma velha organização feudal, ainda responsável, segundo Rangel, pela maior parcela do campo brasileiro, que tem sido incapaz de absorver os grandes contingentes populacionais agrários, parte dos quais não encontra outra solução para fazer frente a suas precárias condições de vida senão a de emigrar para os centros urbanos em busca de trabalho. Assim, a acumulação industrial brasileira dispôs e um enorme exército industrial de reserva que resultou em fraco poder de barganha para os trabalhadores e permitiu praticar altas taxas de exploração. Tal situação era agravada pela própria capitalização da agricultura brasileira (com a transformação do latifúndio feudal em latifúndio capitalista) que libertava novos contingentes de trabalhadores a engrossar o caudal de força de trabalho que se dirigia às cidades. (Mantega. 1985. 103).

A dualidade do país contava com um parque industrial razoavelmente completo, não obstante sua montagem ter sido feita às avessas: partiu da substituição de importações de bens consumo não durável para chegar aos bens de investimento e de insumos básicos no término desta dualidade. Uma agricultura em adiantado estado de industrialização, que contribuía para potencializar as contradições tanto deste setor rural, como de todo o sistema econômico.

A dualidade é caracterizada pela proporção do setor atrasado em relação ao setor moderno, e pelo processo de industrialização, com a importação de tecnologia para ampliar o moderno. Nessa conjuntura, promove-se no Brasil um esforço de se produzir internamente parte dos produtos que eram antes importados (processo estrutural de substituição de importações) utilizando-se os meios de produção disponíveis – terra, mão-de-obra e capital.

O país pode se industrializar com uma elevada razão capital/produto sem que a estrutura agrária tivesse sido reformada prévia ou

concomitantemente. A prioridade era a questão agrária, pois a sua solução permitiria que o pólo interno da dualidade em crise mudasse.

A importância do complexo rural, tanto no campo, quanto na forma residual de serviços domésticos na cidade, está no fato de que o mesmo absorve parcela majoritária da força de trabalho de uma economia subdesenvolvida. Parte significativa das atividades aí realizadas destina-se à produção extramercantil voltada ao atendimento das necessidades do consumo direto.

A dualidade é provocada pela introdução de inovações tecnológicas, ainda em definição, no lugar de técnicas assimiladas anteriormente pela experiência e produto de um nível de conhecimento científico superado. A tensão estabelecida entre a tecnologia corrente e a novíssima tecnologia cria um conflito, que será potencial enquanto as novas instalações, ou aquelas em via de implantação, se limitaram à demanda insatisfeita do mercado ou ao deslocamento da produção da concorrência, caso a última utilize tecnologia arcaica., conforme explica Rangel:

Enquanto a produção à base da tecnologia nova não é encontra os limites do mercado, o conflito entre ela e a tecnologia novíssima é apenas potencial, dado que as novas instalações, em processo de implantação, ou se destinarão a atender a uma demanda ainda insatisfeita ou estarão deslocando a produção de estações cristalizadoras de uma tecnologia nem nova, nem novíssima, porque velha e arcaica. (Rangel, 2005, 664)

Toda vez que uma atividade é subtraída do complexo rural, o modo de produção desta atividade transforma-se, o complexo rural torna-se mais simples e o camponês terá a seu cargo a partir deste momento. Das obrigações remanescentes, certamente o mais importante é o cultivo da terra, isto é, a agricultura no sentido técnico da palavra.

Inicialmente, a industrialização no Brasil não tinha tanta importância e a atividade industrial funcionava mais como um complemento à atividade exportadora, assim, o setor perde sua capacidade de autonomia e sua dinâmica.

Com o passar dos anos, a indústria brasileira passa a ser vista como um meio de melhorar a situação da renda mediante a redução das importações, evitando problemas sociais com a geração de empregos. Destacam-se os incentivos à produção interna de aço, soda cáustica, óleo de caroço de algodão e carnes industrializadas.

Representando duas fases de uma mesma civilização, definida por uma língua, uma religião e uma história comum, o Brasil arcaico ou tradicional caracteriza-se por uma estrutura social simples e hierarquizada, em que pequenas comunidades isoladas apegam-se a velhos costumes e tradições, resistindo às mudanças e modernizações.

O incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total, sem embargo. O simples aumento da participação da indústria ou do setor secundário, como um todo, não seria responsável pelos incrementos da urbanização no Brasil.

O setor arcaico elaborava uma política agrária, estudando os problemas peculiares à atividade rural, sugerindo medidas executivas ou legislativas convenientes à organização e ao crescimento da agropecuária nacional.

Percebem-se diferenças de crescimento na estrutura industrial. A participação de ramos tradicionais, como têxtil, alimentos e vestuários/calçados, apresentou declínio, enquanto a participação de ramos novos – metalúrgica, químicas e minerais não-metálicos – apresentou ascensão. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entrou em funcionamento no ano de 1946, contribuindo para a mudança na estrutura industrial.

O crescimento dos grandes centros urbanos resultou no alargamento do mercado para a produção manufatureira, por meio da massa de trabalhadores assalariados cujo consumo – diferentemente do que ocorria com o trabalhador rural –, dirigia-se integralmente para o mercado, estimulando a produção industrial.

Rangel afirma que o desenvolvimento industrial promove melhorias nos sistemas de transporte, ferrovias, navegação costeira, portos e rodovias,

simultaneamente a um aperfeiçoamento no fornecimento de energia elétrica, ao crescimento da indústria de eletrodomésticos e à urbanização.

No setor energético, existia a preocupação com o carvão nacional e foco em energia elétrica. Para superar a crise de energia elétrica, o governo investiu em grandes usinas hidrelétricas, além de constituir o Fundo Federal de Eletrificação – com recursos tributários – para financiar os investimentos na área. Em 1952, foi criada a Petrobras.

O valor da força de trabalho era determinado pelo mercado livre, mas os salários urbanos eram rigorosamente superiores aos rurais. Isto porque a produtividade das atividades urbanas possuía uma taxa de lucro maior, explicada pela taxa de exploração ser maior do que a das atividades no setor arcaico.

O papel da agricultura era suprir as necessidades do consumo interno, abastecendo as massas trabalhadoras urbanas para diminuir os custos de alimentação da classe trabalhadora.

Devia-se impedir o aumento nos custos de produção agrícola em relação ao industrial, o que levaria a um impacto negativo na reprodução da força de trabalho urbano.

O setor moderno não precisa do setor arcaico, pois a indústria voltada ao mercado urbano interno reproduz o seu consumo, dado o crescimento da acumulação de capital e a realização da mais-valia. O setor arcaico somente fornece a mão-de-obra e abastece os alimentos para reprodução da força de trabalho.

O desenvolvimento capitalista se expandiria economicamente, fundado em novas bases – possivelmente devido ao desempenho da capacidade de acumulação de capital, favorecida pela intervenção do Estado, conforme explica Rangel:

O desenvolvimento do capitalismo no campo compatibilizou-se com a preservação do direito feudal de propriedade da terra, até porque esse capitalismo nasceu como uma variante de latifúndio. Um latifúndio diferente do outro, do tradicional, por certo, mas latifúndio, grande propriedade em todo caso. Para esse novo latifúndio, o monopólio da terra não é essencial, mas apenas acessório, dado que sua autoridade sobre as massas trabalhadoras é decorrente do seu domínio sobre a tecnologia agrícola de vanguarda – máquinas, adubos, ciência agrônômica. (Rangel. 2005. 700)

Os proprietários rurais, parcialmente hegemônicos, somente poderiam manter o controle das relações internas do modo de produção caso o Brasil permanecesse como exportador de bens primários.

O Industrial que se formava articulou o apoio das classes trabalhadoras urbanas, para se esquivar politicamente da antiga classe proprietária rural. O sentido político mudou a estrutura do poder, passando, para a nova classe burguesa industrial, a posição hegemônica.

Houve a necessidade de se criar outros paradigmas. O principal deles deveria conter uma integração maior entre os setores dinâmicos e os de subdesenvolvimento para, assim, aumentar a demanda e o dinamismo interno.

Ao contrário do que ocorria no setor arcaico, as relações pessoais e familiares encontram-se enfraquecidas e subordinadas aos imperativos do individualismo e do egocentrismo. No setor moderno, o tempo é rápido e marcado pelo surgimento incessante da novidade, conforme explica Rangel:

O reconhecimento da dualidade no que diz respeito a determinado instituto, como, a fazenda de escravos ou o latifúndio, não apresenta dificuldades especiais, porque o fato é quase óbvio. Mais complexo se torna o problema quando tentamos aplicar o mesmo conceito a institutos como a fábrica brasileira. Ai temos um instituto capitalista, tanto em suas relações internas quanto em suas relações externas, mas a dualidade perdura porque o mercado capitalista para o qual a fábrica trabalha e do qual tira muitos dos fatores de

produção que emprega é menos capitalista, se comparado com o latifúndio, comporta-se como feudal, do ponto de vista da fábrica. Assim como certos corpos químicos que se comportam como base em presença de um ácido e como ácidos em presença de uma base. O mercado nacional é capitalista antes da Revolução. Resultava, em grande parte, da concorrência de produtores feudais. Esse capitalismo não é industrial, como o que Smith e Ricardo estudaram, mas mercantil. E muitos dos “dogmas” do mercantilismo podem ser úteis para a compreensão de certas reações do nosso mercado. Devemos, nesses casos, retornar aos mercantilistas sem nenhum preconceito. (Rangel. 2005. 301).

Os grandes latifundiários, que migraram para a forma de produção industrial sem alterar a estrutura de poder, não perderam o seu caráter concentrador. Esse setor nasce internacionalizado, pois os agricultores já produziam para o mercado interno (mercadorias agrícolas de subsistência) e externo (mercadorias afro-exportadoras). Assim, onde se oferecesse maior rentabilidade, o produto seria fornecido.

Na dualidade está contida por inteiro a história da humanidade, até mesmo o porvir, e pela interpretação rangeliana os caminhos a serem percorridos pelo homem entre o ponto de partida – comunidade primitiva; e o ponto de chegada – socialismo; eram múltiplos, e efetivamente assim se apresentaram.

O desenvolvimento capitalista está circunscrito à esfera de transformações econômicas e sociais do capitalismo, sendo que a industrialização por substituição de importações promoveu uma concentração de renda e desigualdades sociais.

A partir de uma perspectiva histórica, Rangel desenvolveu uma teoria que, abarcando outras esferas da realidade social, tentou dar conta da especificidade da sociedade brasileira. Rangel buscou sistematizar as contradições, que foram superadas ao longo dos ciclos longos de Kondratiev, explicando o padrão da sociedade.

O contraste que existe entre o setor arcaico e o setor moderno fica mais evidente na terceira dualidade pelo fato que nas etapas anteriores da dualidade

não existia um setor moderno construído para servir de antagonismo com o setor rural.

A industrialização brasileira como forma de substituição de importações levou com que surgisse um setor autônomo do modelo de acumulação que existia nas dualidades anteriores, o fato de ser uma industrialização seguindo os reflexos das mudanças nas economias centrais fez com que agravasse o contraste interno do setor arcaico (Rural) com o setor moderno (Urbano).

Conclusão

Desde a sua concepção original, a dualidade básica da economia brasileira que permitiu sua apuração, simultaneamente à incorporação de questões cruciais que emergiram das discussões travadas sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro.

A dualidade básica da economia brasileira, de Ignácio Rangel, possui um fator determinante: sua originalidade. Rangel foi capaz de reunir um cabedal teórico de várias vertentes e formar uma nova concepção, aplicada à especificidade da realidade brasileira. A influência de sua família na formação pessoal e intelectual foi imprescindível em sua visão sobre as desigualdades sociais e, principalmente, sobre a construção do pensamento dialético.

Rangel foi o primeiro autor brasileiro a estudar a formação econômica brasileira através de uma abordagem de ciclos econômicos, análise efetuada utilizando o referencial teórico das ondas longas de Kondratiev, soube de uma forma criativa aplicar o referencial teórico aplicado à realidade brasileira.

O desenvolvimento capitalista brasileiro ocorreu graças à expansão de nossa indústria, a partir da industrialização por substituição das importações. Deixamos de comprar produtos importados e passamos a produzi-los internamente, com muita dificuldade e de forma mais simples, mas atendendo às necessidades imediatas, que estavam circunscritas fundamentalmente aos bens de consumo não-duráveis ou, bens de consumo imediato.

A realidade de cada região ou país tem forte influência sobre a dificuldade de se determinar os parâmetros de causa e efeito da crise dessa nação. Entretanto, a política adotada ou o regime implantado fazem com que os momentos de depressão tenham raízes em fontes desconhecidas e difíceis de detectar. Vê-se que as crises começam e se aprofundam de tal maneira que primeiro passam por um estágio de recessão, que é uma crise branda, e, depois, pela depressão – na verdade, o fundo do poço, ou, a crise profunda.

O capital industrial depende da acumulação de capital do setor cafeeiro e da concentração de renda da burguesia capitalista para importar. Por outro

lado, o capital industrial é incapaz de gerar um mercado interno consolidando o desenvolvimento capitalista e seu crescimento está atrelado à demanda por produtos primários exportados ao mercado externo, criando os complexos exportadores cafeeiro, refletindo, assim, a ausência de forças produtivas capitalistas.

O novo modelo econômico traria repercussões importantes, tanto no âmbito das relações agricultura-indústria, como no das atividades agrícolas em si. Em primeiro lugar, ao impedir o aumento nos custos da produção agrícola em relação à industrial, o novo modelo desempenhou um importante papel no custo de reprodução da força de trabalho urbana. Em segundo lugar, pela mesma razão de rebaixamento do custo real da alimentação, possibilitou a formação de um proprietário rural que serve às culturas comerciais de mercado interno e externo.

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade, ao mesmo tempo em que o proletariado rural formado não ganhou estatuto de proletariado.

As formas de desenvolvimento capitalista, em que a acumulação de capital apóia-se em um aumento extensivo da produção, não podem ser atribuídas simplesmente à abundância de terras, visto que a mesma deve ser explicada pelas novas fórmulas de acumulação de capital, determinadas pelas transformações do capitalismo e pela constituição do modo de produção capitalista mundial.

Rangel observa que os fatores que explicam o desenvolvimento industrial são mais amplos e a industrialização é resultado de um processo de desenvolvimento capitalista. A existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e de um patamar relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho, é pré-requisito para o processo de industrialização: o capitalista brasileiro já existia antes do empresário industrial, como comerciante, plantador ou financista, criando condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial.

Rangel defende que a industrialização resulta de um processo de desenvolvimento capitalista. No entanto, ressalta a importância da forma de inserção da economia brasileira no desenvolvimento do capitalismo mundial. O crescimento do comércio mundial e a exportação de capitais foram condições externas para o desenvolvimento capitalista no Brasil, e estabeleceram condições gerais em que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre pudesse efetivar-se. O movimento internacional de capitais interfere diretamente nas relações de produção: estrada de ferro, investimentos diretos em serviços urbanos (iluminação, transportes, energia elétrica, telefone), imigração européia.

O processo de ruptura ocorre quando o desenvolvimento capitalista das atividades industriais colide, frontalmente, com a anterior inserção do país na divisão internacional do trabalho, já que a indústria dirige-se para o mercado interno e o principal traço é a industrialização por substituição de importações. A criação de um mercado interno poderia fomentar o surgimento do setor moderno, devido aos bens de consumo para os trabalhadores urbanos.

Segundo Rangel, uma das características do Brasil é que parte da estrutura está sempre no setor atrasado e, parte, no setor moderno. Por mais que as indústrias centrais se instalem no Brasil, não haverá o mesmo efeito que há no centro, pois o Brasil possui as suas especificidades.

É importante que se atente para os desdobramentos políticos desses processos, surgidos da transição apontada por Rangel. A burguesia industrial é uma classe projetada, em íntima conexão com aquilo que se caracteriza de economia colonial – burguesia essa que nunca se mostrou à altura de suas tarefas nacionais, como as sociais, econômicas e políticas.

Os cafeicultores exploravam a oferta de mão-de-obra, à medida que não se melhorava as técnicas de trabalho. Ou seja, novas tecnologias poderiam aumentar seus lucros cada vez mais, explorando a força de trabalho. Devido a essa facilidade para os cafeicultores, observava-se um cenário favorável para o cultivo de café, embora algum ano mais tarde acarretasse a superprodução do produto.

O contraste que existe entre o setor arcaico com o setor moderno fica mais evidente na terceira dualidade quando o Brasil inicia o seu processo de industrialização focando estritamente no setor moderno como fator preponderante para o desenvolvimento econômico e esquecendo de qual maneira irá desenvolver o setor arcaico.

A dualidade existente constituía-se, de um lado, por uma agricultura mercantil de alimentos e, de outro, por uma indústria de consumo de mercadorias para o assalariado capaz de se expandir e reproduzir a força de trabalho capitalista. Formava-se um núcleo de indústrias incipientes de bens de capital e, simultaneamente, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescer, ensejaria a reprodução ampliada de fração do capital constante, sem precisar das importações.

Bibliografia:

Barbosa, Wilson do Nascimento. *Relembrando a Formação da Cepal*. In: Pesquisa e Debate Volume 15 – Julho a Dezembro de 2004. Editora Educ. São Paulo. 2004. p. 178.

Bielschowsky, Ricardo. *O Pensamento Econômico Brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Editora Contra Ponto. São Paulo, 1998, p. 212.

_____. *O Pensamento Econômico Brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Editora Contra Ponto. São Paulo, 1998, p. 251.

_____. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Resenha. In: Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Editora Record. São Paulo, 2000. p. 20 e 21.

Bresser Pereira, Luiz Carlos. Um Mestre da Economia Brasileira: Ignácio Rangel. In Mamigonian, Armem e Rego, José Márcio. *O Pensamento de Ignácio Rangel*. Editora 34. São Paulo. 1998. p. 16.

Gremaud. Patrick Gremaud. *Economia Brasileira Contemporânea*. Editora Atlas. São Paulo. 1997. p. 106.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 2001. p 189.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 2001. p 192.

_____. *A Fantasia Organizada*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1985. p. 122.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Editora Nacional. São Paulo. 1968. p. 110 e 111.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. Editora Nacional. São Paulo. 2001.

_____. *Análise do Modelo Brasileiro*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1978. p. 19 e 20.

_____. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003. p. 137 e 138.

_____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. 1963. p. 119 e 120.

Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914 -1991*. Editora Companhia das Letras. São Paulo. 1994.

Kondratiev, Nicolai. *Los ciclos largos de la coyuntura economica*. México D.F. Unam, 1992.

Lambert, Jacques. *Os Dois Brasis*. São Paulo. Editora Nacional. 1967. p. 101.

Lênin, Vladimir. *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Editora Abril Cultural. São Paulo. 1982.

Mantega, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Editora Polis/Vozes. São Paulo. 1985. p. 103.

Mercadante, Paulo. Ignácio Rangel e a Substância da nossa realidade. In: Mamigonian, Armem e Rego, José Márcio. *O Pensamento de Ignácio Rangel*. Editora 34. São Paulo. 1998. p. 89.

Oliveira, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista: o Ornitorrinco*. Editora Boi tempo. São Paulo 2003. p. 37.

Prebisch, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Editora Record. São Paulo, 2000. p. 116.

Ramos, Guerreiro. *O Problema Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga. 1960. p. 88 e 89.

_____. *O Problema Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga. 1960. p. 89.

Rangel, Ignácio. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 292.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 293.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 294.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 301.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 302.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 304.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 327.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 340.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 341.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 344.

_____. História da Dualidade. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume II. Rio de Janeiro. 2005, p. 664.

_____. História da Dualidade. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume II. Rio de Janeiro. 2005, p. 672.

_____. História da Dualidade. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume II. Rio de Janeiro. 2005, p. 698.

_____. História da Dualidade. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume II. Rio de Janeiro. 2005, p. 699.

_____. História da Dualidade. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume II. Rio de Janeiro. 2005, p. 700.

_____. História da Dualidade. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume II. Rio de Janeiro. 2005, p. 701.

_____. Milagre e Antimilagre. Editora . XXXX. p. 91

Rodriguez, Octavio. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Editora Forense. Rio de Janeiro. 1981. p. 95.

Schumpeter, Joseph. Teoria do Desenvolvimento Econômico – In: Coleção os Economistas. Editora Nova Cultural. São Paulo. 1985.

Tavares, Maria da conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1979.

_____. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Editora da Unicamp. Campinas. 1986.

Toledo, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil - a experiência do ISEB*. Editora Revan, Rio de Janeiro. 1997.

Periódico:

Revista Geosul – n ° 12/13 – ano VI – 1991.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)